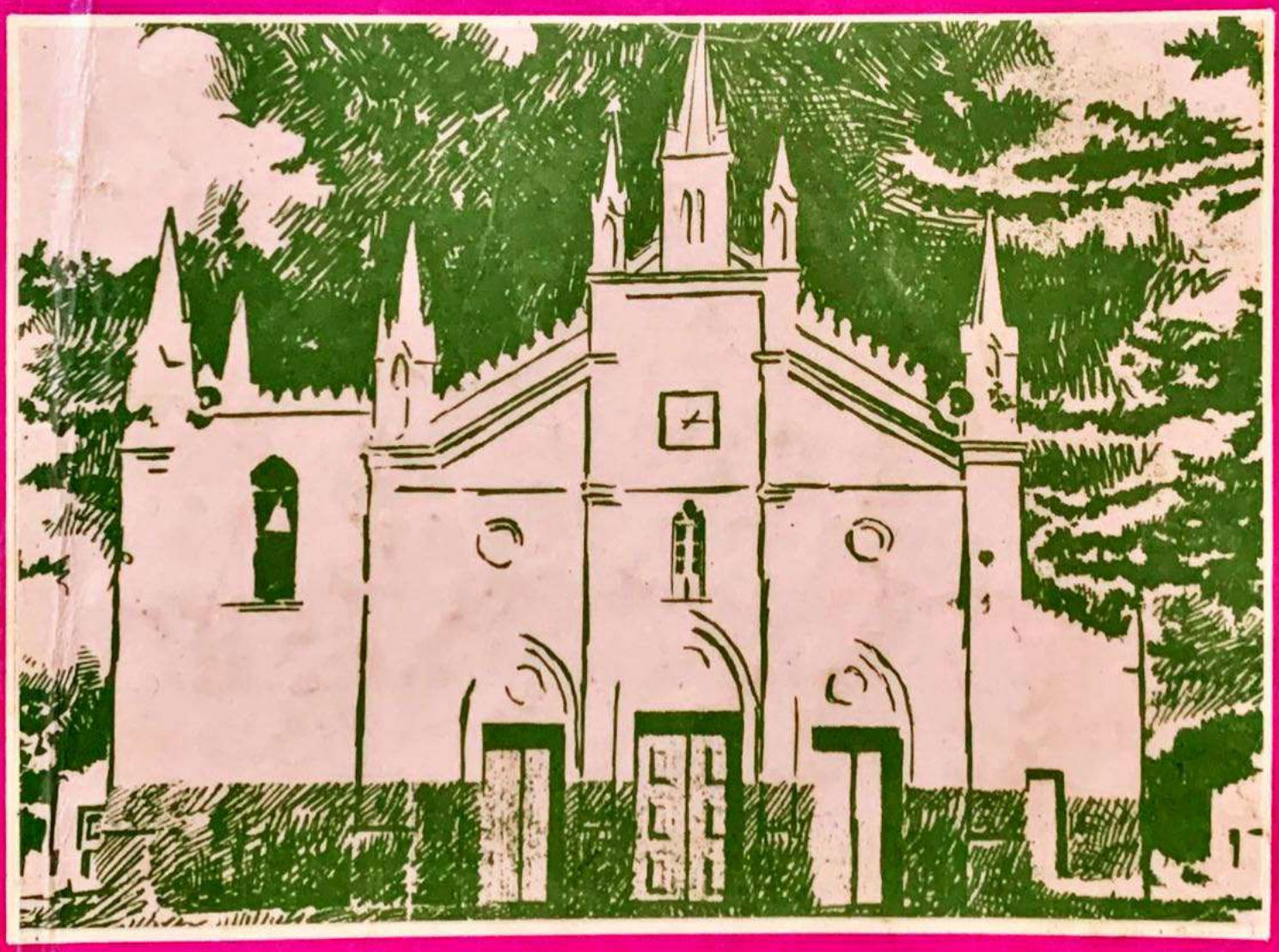
História Religiosa de Guaraciaba do Norte



Pe. F. Sadoc de Araújo

Pe. F. Sadoc de Araújo
(Da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará)

Lembrança do centenário de Guaraciaba do Norte
15/07/88
Rosilene

História Religiosa de Guaraciaba do Norte

JAMSON
LEMOS

FORTALEZA - CEARÁ
1988

OBRAS DO AUTOR

- "Cronologia Sobralense" – 5 volumes. Imprensa Universitária Sobral-CE, 1974 – 1987.
- "A Ciência Criadora", Fortaleza, Grecel, 1976.
- "História da Cultura Sobralense", Sobral, UVA, 1978.
- "Estudos Ibiapabanos", Sobral, UVA, 1980.
- "História Religiosa da Meruoca", Sobral, UVA, 1980.
- "Ceará: Homens e Livros", Fortaleza, Grecel, 1981.
- "Traços Biográficos de Dom José", Fortaleza, Grecel, 1982.
- "História Religiosa da Ibiapina", Fortaleza, IOCE, 1983.
- "Cordeiro de Andrade – Jornalista Perdido na Ficção", Fortaleza, BNB, 1985.
- "Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses", Fortaleza, IOCE, 1985.

Araújo, F. Sadoc de

A658d História Religiosa de Guaraciaba do Norte.

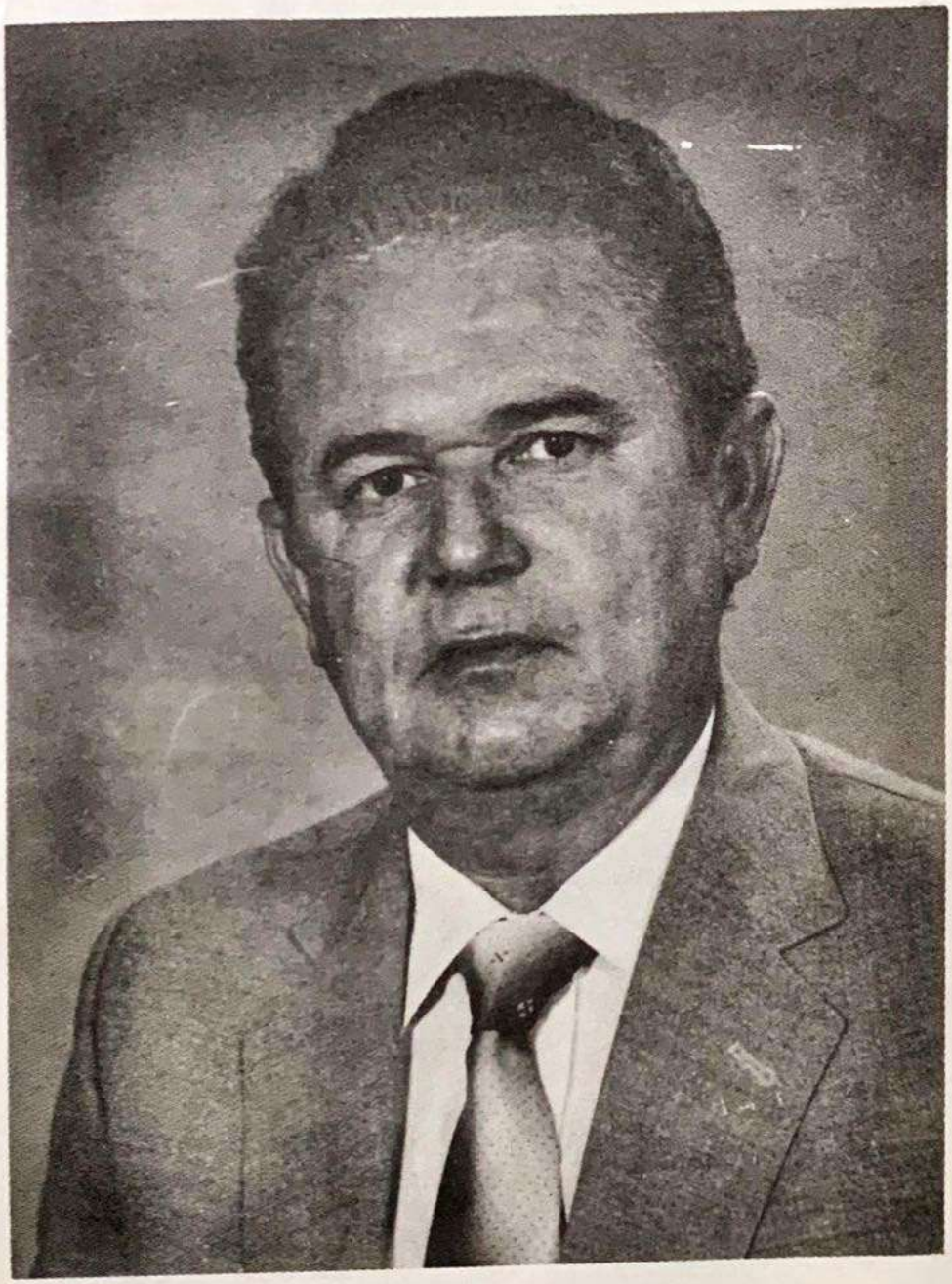
118 p.

1. Estudos Históricos – Ceará
I. Título

CDD 981.31

A Dom Timóteo,
primeiro bispo da Diocese
de Tianguá,
com respeitosa homenagem.

Mons. Antonino Cordeiro Soares
Pároco de Guaraciaba do
Norte desde 12 Jan 1936



Nossa gratidão ao Sr. José Maria Mello, Prefeito de Guaraciaba do Norte, pela grande ajuda que tem dado a esta paróquia e pelo generoso auxílio para a publicação deste livro.

SÚMULA

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO 13

Formação Política 15
Formação Judiciária 17
Divisão Eclesiástica 17
Toporama 17

ORIGENS REMOTAS DA POVOAÇÃO 21

O sítio Buriti 23
Primeiras famílias 25
O dever da desobriga 25
Litígio de jurisdição 26
A descrição do piloto 27
Rua Nova 29

MATRIZ DE SÃO GONÇALO 31

Desavença com os Jesuítas 33
A construção da capela 34
A capela de Ipueiras 35
Elogio a Frei José 35
Criação da freguesia 36
Relação dos vigários 37

CAPELA DE N. SRA. DOS PRAZERES 43

Primeiros registros de batismo 45
Registro do primeiro casamento 46
Frei Vital da Penha 47
Patrimônio das almas 50
Construção da nova capela 51
A matriz atual 52
O orago 53

VILA NOVA DOS ENREDOS 55

O assassínio do juiz 58
O corpo de delito 59

Nascimento, prisão e morte 60
O país dos mourões 61
O catálogo de Alencar 63
Desordem na matriz. 65
Sevícias em frei Agostinho 65
Crime e castigo 70
Violação da matriz. 73

CRIAÇÃO DA PARÓQUIA 75

Antecedentes 77
Criação Civil da Freguesia 79
Instituição Canônica 80
Desdobramento da paróquia 81
Capelas filiais 82

RELAÇÃO DOS VIGÁRIOS 85

Pe. Bernardino de Oliveira Memória 88
Pe. Tomé Alves de Carvalho. 89
Pe. Custódio de Almeida Sampaio 90
Pe. Pedro de Abreu Pereira 91
Pe. João Teixeira de Abreu 92
Pe. Olegário Memória 92
Mons. Gonçalo de Oliveira Lima. 94
Pe. Luís Franzoni 96
Pe. Macário Bezerra de Arruda 96
Mons. Olavo Passos 97
Pe. Nelson Nogueira Mota 98
Pe. João de França Melo 99
Mons. Antonino Cordeiro Soares 99

SACERDOTES GUARACIABENSES 101

Pe. Antônio Maurício Melo 103
Mons. Domingos Gusmão de Sabóia 103
Mons. Eurico de Melo Magalhães 104
Pe. Francisco de Assis Memória 105
Mons. João Alfredo Furtado 106
Mons. José Aristides Cardoso. 106

RESUMO CRONOLÓGICO 109

ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

FORMAÇÃO POLÍTICA

O município de Guaraciaba do Norte foi criado pelo Alvará de 12 de maio de 1791, com o nome de Vila Nova d'El-Rei, com sede no antigo povoado de Rua Nova do Campo Grande. A vila foi instalada pelo Ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, que deu posse à primeira Câmara de Vereadores, cujo primeiro Juiz ordinário foi Antônio Barbosa Ribeiro.

Grande parte do território do município encontra-se situada em bela e verde planície, pelo que a região foi denominada, desde o início do povoamento, de Campo Grande.

Pela Lei n.º 200, de 26 de agosto de 1840, a sede do município foi transferida para Ipu. Revogada esta lei por uma outra de número 230, de 12 de janeiro de 1841, foi criada a Vila Nova do Ipu Grande, ficando o Campo Grande reduzido a simples povoado. O município foi restaurado a 3 de dezembro de 1877, pela Lei n.º 1.798, e a reinauguração da vila, com a eleição da nova Câmara de Vereadores, se deu a 9 de janeiro de 1883. A elevação à categoria de cidade deu-se a 20 de dezembro de 1933, por força do Decreto n.º 448.

Limites Fisiográficos: Limita-se ao norte com os municípios de São Benedito, pelo rio Inhuçu, e Carnaubal. Ao sul, com o município de Ipueiras. Ao leste, com Ipu e Reriutaba. A este, com o município de Pedro II, no Piauí.

Área: 986 km^2.

Situação: A sede do município tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude $4^{o}9'4''$ S. Longitude $40^{o}44'56''$ W.

Altitude: A soleira da parte principal da matriz está a 902,40 m acima do nível do mar.

Topônimos: A localidade já foi denominada, através dos tempos, de Campo Grande, Rua Nova, Vila Nova d'El-Rei, Inhuçu e Guaraciaba do Norte.

Campo Grande, cujo nome aparece em documentos desde o início do século XVIII, significa a fértil planície da região.

Rua Nova foi denominação do primitivo casario que se construiu em torno da primeira capela de N. Sra. dos Prazeres, construída em 1760.

Vila Nova d'El-Rei, nome oficial da criação da vila dada pelo Alvará de 12 de maio de 1791, em homenagem à Vila d'El-Rei, sede de conselho do Distrito de Castelo Branco, Província de Beira Baixa, Portugal.

Inhuçu, de origem tupi, contração de inhu = campo e açu = grande, é nome do rio, afluente do Poti, que divide o município do de São Benedito. É o mesmo que Campo Grande.

Guaraciaba, também de origem túpica, é alteração de coaracy = sol e aba = cabelo. Significa, pois, cabelo cor de sol. Corresponde aos nomes de mulher Flávia ou Laura.

Por motivo de haver um outro município no Estado de Minas Gerais, com o nome de Guaraciaba, o Decreto n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, determinou que a cidade, para diferençar da mineira, passasse a ser denominada Guaraciaba do Norte.

Temperaturas: Média anual: 21°C
Mínima anual: 14°C
Máxima anual: 27°C

Clima: Frio.

Precipitação pluviométrica: Média anual: 1.450 mm.

Divisão geográfica: O município está dividido em seis distritos, com sedes respectivamente, na cidade de Guaraciaba do Norte e nas Vilas de Croatá, Barra do Sotero, Espinho, Morrinhos Novos e Suçuanha.

AGROPECUÁRIA

Principais culturas permanentes: Banana, café, caju, abacate, manga, limão e laranja.

Principais culturas temporárias: Cana-de-açúcar, mandioca, milho, mamona, feijão, tomate, fumo, batata inglesa, melancia, abacaxi.

Produção animal: Principais rebanhos: galinhas, bovinos, asininos, ovinos, suínos, caprinos, eqüinos, muares, perus.

Abastecimento: Há um mercado público reconstruído em 1930 e um matadouro modelo reconstruído em 1936. Semanalmente, aos sábados, há uma feira livre.

Educação: Há no município 143 escolas, sendo 50 urbanas e 93 rurais, com uma de 2.º grau. No ensino regular de 1.º e 2.º graus há 1.961 alunos matriculados.

Saúde: Há na cidade um Hospital Maternidade e um Posto Médico, ambos mantidos pela Prefeitura.

Transporte: Guaraciaba do Norte dista, por via asfaltada, 373 km de Fortaleza e 162 km de Sobral, cidades com que mantém maior comunicação comercial e social. Dista 66 km de Tianguá, sede da diocese a que pertence.

O interior do município é cortado pelas seguintes estradas vicinais, a partir da sede: Croatá, 45 km; Barra do Sotero, 42 km; Morrinhos Novos, 32 km; Suçuanha, 6 km.

Energia Elétrica: O município é servido pelas redes elétricas da COELCE.

Comunicação: Os principais meios de comunicação são a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) e Telecomunicações do Ceará S. A. (TELECEARÁ).

O Código de Endereçamento Postal (CEP) da cidade é 62.380. O acesso ao sistema telefônico local é feito pela ligação do número (085) 611.2596.

Há na cidade 137 aparelhos telefônicos instalados, dos quais 38 comerciais e 99 residenciais.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA

O termo judiciário foi criado por Portaria do Presidente da Província, Domingos Antônio Rayol, datada de 25 de janeiro de 1883.

Tornou-se sede de Comarca criada pelo Decreto n.º 26A, de 8 de julho de 1890. O Decreto n.º 196, de 5 de junho de 1891, porém a suprimiu, tornando-se em simples termo da comarca de Viçosa do Ceará.

A Lei n.º 2.160, de 15 de setembro de 1924, extingue o cargo de Juiz Municipal letrado. Pelo Art. 5.º da Lei n.º 2.677, de 2 de agosto de 1929, é erigido o termo de Juiz togado.

O Decreto n.º 206, de 6 de junho de 1931, transfere o termo para a comarca de Ipu, porém o Decreto n.º 1.271, de 29 de maio de 1934, anexou-o à comarca de São Benedito.

Atualmente, Guaraciaba do Norte é sede de comarca de 1.ª entrância.

DIVISÃO ECLESIÁSTICA

A paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres foi criada pela Lei n.º 2.125, de 25 de outubro de 1886, e canonicamente instituída pela Provisão de 19 de junho de 1888 firmada pelo Bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira.

A paróquia pertenceu às Dioceses de Fortaleza, Sobral e Tianguá, sucessivamente. O atual Bispo diocesano é Dom Frei Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro, OFM Cap., nomeado bispo de Tianguá a 30 de abril de 1971, ordenação episcopal realizada a 4 de julho do mesmo ano.

A paróquia possui atualmente quatro capelas rurais: N. Sra. dos Pobres, em Martinslândia, S. João Batista, em Mocambo; N. Sra. da Saúde, em Suçuanha e N. Sra. do Perpétuo Socorro, em Espinho.

No município está localizada também a sede da paróquia de N. Sra. das Dores, em Croatá, criada em dezembro de 1984, cujo pároco é o Pe. Luiz Gomes Furtado.

O atual pároco de Guaraciaba do Norte é o Mons. Antônio Cordeiro Soares.

TOPORAMA

Do livro "O Ceará", de Raimundo Girão e Martins Filho, colhemos a seguinte descrição panorâmica de Guaraciaba do Norte, que transcrevemos na íntegra para deleite dos leitores:

"O município de Guaraciaba acha-se situado na Serra da Ibiapaba, na parte mais alta desta, gozando, portanto, de todas as excepcionais vantagens, a riqueza e o bem-estar que a majestosa e ubérrima cordilheira da Serra Grande, qual novo paraíso, proporciona ao homem, dada a sua fertilidade incomparável, o encanto de suas paisagens ricas de cores e de acidentes, a suavidade do seu clima europeu.

Dir-se-ia que foi com os olhos fixos na planície verde e luxuriosa da grande montanha que Vaz de Caminha, o arguto escrivão das primeiras expedições ao Brasil, escreveu: 'Esta terra, Senhor, em tal maneira é graciosa que querendo aproveitar, dar-se-á nela tudo'.

Como os demais serranos da Ibiapaba, o município compreende diversos tratos de terreno bem distintos: em baixo — o sertão, a ladeira, o vale cheio de arroios e baixadas úmidas e o carrasco.

A parte sertaneja apresenta a fácies própria das regiões dessa natureza. A da ladeira é coberta de floresta espessa, viçosa e altaneira. O vale, cortado de regatos perenes, é uma sucessão de sítios pinturescos. O carrasco, lembrando o sertão, é a zona de criar, não sujeita, porém, aos efeitos das secas.

O município é grande produtor de cana-de-açúcar, de excelente doce, premiado na Exposição Internacional de Chicago, principalmente no vale do Córrego da Sussuanha, a este da cidade, cerca de 7 quilômetros; café de primeira qualidade; farinha de mandioca finíssima; batata inglesa em abundância e de tamanho considerável; goma de araruta de primeiríssima e que é a farinha vitaminada das populações pobres; pimenta do reino, frutas etc. O fumo constitui outra fonte de riqueza e é vendido na mor parte no Estado do Piauí.

A pecuária se faz no carrasco, que aqui se chama Macambira. Nos campos de Macambira, nas chamadas fazendas do Canindé Grande, já nos limites do Piauí, encontram-se ótimas fazendas de criar. Gado sempre nédio e queijo delicioso.

Podem ser anotadas como fazendas mais importantes: Angico, Lagoa do Sal, Melancias, Caiçara, Alegre, Santa Teresa, Grossos, Gameleira, Canindé Grande, Tucano dos Melos.

Nesta zona se desenvolve em grande escala o caroá ou croá, bromeliácea apropriada à fabricação de cordas, indústria muito explorada pela população menos abastada.

O rio Piau, perene, banha e alimenta as fertilíssimas terras do município. Nasce no sítio Bananeiras a 6 quilómetros da cidade, em direção do Nascente e vai até Croatá a 50 quilómetros da cidade, em rumo a Sudoeste, onde se junta ao Inhuçu e ambos irmanados desaguam no rio Poti.

A cidade de Guaraciaba é pequena. A sua igreja é bem ampla, ao lado de um jardim público interessante. Assenta num lindo planalto, é banhada pelo córrego Tamboatá e circundada de sítios. O clima é delicioso: máxima de 27° e

mínima 14°. Água frigidíssima. Frutas saborosas. É, enfim, um pequeno e bucólico recanto, magnífico para estação de repouso, constituído de 14 ruas, duas praças e um jardim''. (1)

E agora digo eu. E tudo isto unido ao coração aberto e acolhedor de um povo pacato e temente a Deus, de profundas convicções religiosas, torna a cidade um local privilegiado de paz e descanso para os seus felizes habitantes e todos quantos o visitam.

A história religiosa de Guaraciaba do Norte, que passo a descrever, mostrará o quanto essa gente é devota e cheia de piedade, apesar de alguns atropelos provocados por minorias sediciosas, e por que soube construir uma igreja viva e uma comunidade de fé atuante e de profundas raízes evangélicas.

Não é sem razão que sua padroeira é Nossa Senhora dos Prazeres, por comunicar aos seus filhos as delícias da convivência no amor cristão e na fraternidade espiritual de Jesus.

ORIGENS REMOTAS DA POVOAÇÃO

Os índios tabajaras, que habitavam a Serra da Ibiapaba, estavam aldeados ao norte do planalto, do rio Inhuçu para cima. Desse rio para baixo, não houve aldeamento e os indígenas rareavam.

O curso do Inhuçu fazia a divisão da Serra Grande: para o norte, chamava-se Serra da Ibiapaba e para o sul, Serra dos Cocos. Aí, dando início a essa última serra, ficava uma região relativamente plana e muito fértil, apropriada à lavoura e à pecuária, chamada o Campo Grande, hoje enquadrado no município de Guaraciaba do Norte.

A sede desse município, por razões geográficas e históricas, é o único aglomerado urbano do planalto que não teve origem tipicamente indígena. As vias de comunicação primitivas eram feitas com os sertões circunvizinhos da ribeira do Acaraú e do Ipu Grande ou com o restante da Serra dos Cocos. O rio Inhuçu dividia também historicamente as duas serras, pelo que o Campo Grande tem geografia serrana e história sertaneja.

Os primeiros habitantes a se fixarem na região foram fazendeiros do sertão, atraídos pelas condições favoráveis à prática da pecuária e à lavoura de subsistência.

Religiosamente também, diferentemente das demais freguesias ibiapabanas, não recebeu a influência dos jesuítas da missão de Viçosa, mas dos missionários provindos do Curato do Acaraú e, posteriormente, da Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos.

O SÍTIO BURITI

O primeiro sítio de lavoura e pecuária organizado na região do Campo Grande foi o de Domingos Ferreira Chaves e sua mulher Maria Dias. Este foi o primeiro casal branco, de que se tem conhecimento, a fixar residência e manter liderança naquelas cercanias ainda semidesertas.

A 6 de dezembro de 1718 conseguiu sesmaria, concedida pelo capitão-mor do Ceará, Salvador Alves da Silva, medindo três léguas de comprimento por uma de largo, pegando das cabeceiras do Riachão (sítio Oiteiro), afluente do Jaibaras, buscando as cabeceiras do riacho Juré (sítio Potós). Na petição, diz ele ter descoberto os olhos-d'água que o gentio chama Guinoti (sic), com nascentes no pé da Ibiapaba, buscando as cabeceiras do rio Juré. Diz mais que tais serras foram pedidas, há mais de dez anos, pelo defunto Manoel Gomes de Oliveira que nunca as povoou e ficam nas testadas de Francisco Pereira Chaves. (2) Aí, nessa extrema sesmaria, fundou o sítio Buriti (Moriti) que se tornou o centro das atividades, também religiosas, da então rara população dispersa. Domingos Ferreira Chaves, filho de portugueses, era natural de Aquirás e sua mulher, Maria Dias, natural do Forte de Nossa Senhora da Assunção (Fortaleza).

Já que nos interessa aqui apenas o aspecto religioso, concentramos nossa pesquisa nos livros de assento de batismo e casamento do antigo Curato

da Ribeira do Acaraú, criado em 1712, que se encontram arquivados na Cúria Diocesana de Sobral e que documentam a administração dos sacramentos a partir de 1725. Nessa época, a região dependia eclesiasticamente daquele velho curato.

Nota-se claramente, ao exame desses documentos, que ao sítio Buriti de Domingos Ferreira Chaves dirigiam-se os sacerdotes seculares ou religiosos itinerantes, que serviam ao curato, para ali atender à população, já que não existia qualquer capela naquelas cercanias.

A 2 de fevereiro de 1728, o cura Pe. João da Costa Ribeiro fez a primeira visita àquele sítio, quando batizou três crianças. Por serem os documentos mais antigos sobre a região, passo a transcrevê-los na íntegra:

1 – "Aos dous dias do mês de fevereiro de mil setecentos e vinte e oito no sítio do Boriti baptisei a Lucinda, filha legitima de Domingos Ferreira Chaves e Maria Dias. Foram padrinhos Cipriano Gomes e Luzia Pereira sua mulher, todos desta freguesia, do que fis este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro". (Livro Misto, n.º 1, 1725-1750, fl. 9v).

2 – "Aos dous dias do mês de fevereiro de mil setecentos e vinte e oito no sítio do Boriti baptisei a Lucinda, filha legítima de Domingos Ferreira Chaves gas Martins. Foram padrinhos Antonio da Silva Volante e Maria Dias, mulher de Domingos Ferreira Chaves, todos desta freguesia, do que fis este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro." (Ib, fl. 10).

3 – "Aos dous dias do mês de fevereiro de mil setecentos e vinte e oito no sítio Boriti baptisei a Eleuteria, filha legitima de Luis Tavares e Inacia Dias. Foram padrinhos Joseph da Costa e Luzia Pereira, mulher de Cipriano Gomes, todos moradores no dito sitio desta freguesia, do que fis este termo era ut supra. Pe. João da Costa Ribeiro." (Ib.)

Pe. João da Costa Ribeiro, 3º cura da Ribeira do Acaraú (1725-29), foi o primeiro sacerdote a visitar a região e limitou-se a essa única e penosa viagem. Já o seu sucessor, Pe. Izidoro Rodrigues Resplandes, esteve no Boriti, em maio de 1730, fevereiro de 1733 e setembro de 1734, em desobriga pascal.

No dia 11 de maio de 1730, foi administrado o sacramento do batismo a cinco crianças, sendo que não se registra o nome do sítio Buriti, nas "fazendas ou sítio de Domingos Ferreira Chaves", como se vê do seguinte termo: "Aos onze de maio de mil setecentos e trinta na fazenda ou sítio de Dommingos Ferreira Chaves, ribeira do Acaracu, baptisei com santos óleos a Joana, filha natural de Manoel Nogueira, casado, e de Antonia, índia da serra. Foram padrinhos Antonio Gomes Linhares, viuvo, e Domingas da Silva, viuva índia da serra, desta freguesia, do que fis este termo era ut supra. Pe. Izidoro Rodrigues Resplandes." (Ibidem, fl. 16).

PRIMEIRAS FAMÍLIAS

Desses primitivos registros, conhecemos os primeiros casais que povoaram a região do Campo Grande: Domingos Ferreira Chaves e Maria Dias, Cipriano Gomes e Luzia Pereira, Salvador Pereira e Domingos Martins, Luis Tavares e Inácia Dias, Matias de Oliveira e Antônia Pinto, Manoel Barbosa Ribeiro e Inácia de Almeida, Antônio Rodrigues e Catarina de Sousa, Antônio da Costa Favela e Mônica Gomes, João Alves Fontes e Ana Dias Madeira, Pedro de Miranda Cabral e Sebastiana Gomes Linhares, todos, de sobrenomes portugueses, demonstram a boa origem do sangue.

Muitos já chegaram casados, outros receberam as bênçãos matrimoniais das mãos do cura, no próprio sítio Buriti, como se observa do seguinte texto: "Aos vinte e dous dias do mês de fevereiro de mil setecentos e trinta e quatro neste sítio do Moriti da Serra da Ibiapaba, desta freguesia do Acaracu, feitas as denunciações na forma Sag. Conc. Trid. nesta freguesia donde os contrahentes são moradores, sem descobrir impedimento algum, em minha presença e das testemunhas que presentes estavam Francisco Ferreira da Ponte, Manoel Barbosa Ribeiro, Tomé Dias Pereira, Manoel Jorge Magalhães, João de Sousa Magalhães, se casaram in facie Ecclesiae, por palavras de presente, João Álvares Fontes, filho legitimo de Joseph Alvares e Serafina Dias, já defuntos, naturais da freguesia de Santo André da Portela, termo dos Arcos de Valdevez, arcebispado de Braga, com Anna Dias, filha natural do Comissario Sebastião Dias Madeira e de Maria Índia da Serra da Ibiapaba e dela naturais, justificando primeiro o nubente, perante o muito reverendo Dor. Vig. Geral Antonio de Aguiar Pereira, de solteiro e vindo para esta serra de menor idade apresentando-me mandado seu para os poder casar, de que fis este termo dia e ora ut supra. Pe. Isidoro Rodrigues Resplandes, cura do Acaracu." (Liv. Misto, nº 1), Sobral, 1725-50, fl. 114v).

Não há registro de cerimônia religiosa em outro qualquer sítio do Campo Grande, o que prova que o sítio Buriti, mesmo sem capela, foi o centro e local das atividades religiosas durante vários anos.

Do casal Pedro de Miranda Cabral e Sebastiana Linhares tratei na "Cronologia Sobralense", vol. 1, p. 120, onde consta que se matrimoniaram a 8 de janeiro de 1730 e, em março de 1738, Pedro Miranda foi assassinado a tiro de espingarda a mando de sua própria mulher.

O DEVER DA DESOBRIGA

Durante o tempo pascal, o cura tinha a obrigação, por si ou por seu representante, de fazer visita ao território de sua freguesia com o fim de desobrigar os seus fiéis do dever da comunhão da Páscoa. Na região do Campo Grande, o cura cumpriu este dever, quase todos os anos, geralmente por padres seculares e, algumas vezes, por religiosos.

Dos assentos paroquiais consultados, podemos encontrar a presença dos seguintes sacerdotes em desobriga naquelas cercanias:

Em 1732, Frei João de Santa Rosa de Lima, monge beneditino.

Em 1733 e 34, Pe. Agostinho do Couto Soares e o cura Pe. Elias Pinto de Azevedo.

Em 1736, Pe. Nazário da Silva percorre toda a Serra dos Cocos.

De 1737 a 1739, encontramos o beneditino frei João de São Boaventura em viagens contínuas pelos sítios e fazendas.

Em 1740, Pe. Pedro da Costa desobriga a população do Campo Grande do preceito pascal.

A partir de 1741, a presença do Pe. Felipe Dias Santiago começa a ser registrada e se prolonga por mais de trinta anos. Passou a residir na região, em sítio que adquiriu por compra, mas sempre como padre avulso, sem qualquer ofício eclesiástico.

Em abril de 1742, por ordem expressa do Visitador Pe. Lino Gomes Correia que esteve pessoalmente no curato, o Pe. José da Cruz Canedo recebe a incumbência de servir como vigário cooperador na capela de São Gonçalo, com jurisdição por toda a Serra dos Cocos.

Em 1745 é o Pe. Sebastião Pereira que desobriga os fiéis nas cercanias do Campo Grande.

Em 1747 ali se encontra o Pe. Pascoal de Arruda.

Durante o ano de 1750, encontramos o Pe. João Vieira administrando os sacramentos do batismo e matrimônio, como missionário itinerante.

Somente a partir da criação da freguesia de São Gonçalo, ocorrida a 30 de agosto de 1757, é que os limites desta com a freguesia da Caiçara (Sobral) ficam definidos e o Pe. Felipe Dias Santiago assume o dever de realizar a desobriga anualmente. Em 1760, ele mesmo dá início à construção da capela de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje Matriz de Guaraciaba do Norte.

LITÍGIO DE JURISDIÇÃO

Enquanto isso ocorria, surgiram problemas de jurisdição sobre o território do Campo Grande e de toda a Serra dos Cocos.

Os limites da parte ocidental do Ceará com o Piauí, que correspondem a toda a Serra Grande (Ibiapaba e Cocos), ainda hoje não foram exatamente determinados, mesmo após a anexação da região de Crateús ao Ceará, em troca do porto de Amarração que passou a pertencer ao Piauí.

O litígio é antigo e envolveu também problemas de jurisdição religiosa. O impreciso "divisor de águas", critério estabelecido para determinar os limites entre os atuais dois Estados, ainda hoje provoca interpretações contrárias e dificuldades para um acordo. O mesmo ocorreu com relação aos limites dos Bispados do Maranhão e Pernambuco no tocante a esta região, que embora

fosse sempre assistida pelos sacerdotes ligados ao velho Curato do Rio Acaraú, não faltaram protestos de ambas as partes.

Na ata da visita feita à região de Crateús pelo Pe. Francisco Rodrigues Fontes a 2 de fevereiro de 1745, por exemplo, ficou consignada a seguinte ordem dirigida ao cura da Matriz de Nossa Senhora do Desterro de Marvão: "Ordeno ao dito reverendo cura desta freguesia que todos os anos, no tempo em que for à desobriga à ribeira dos Crateús, vá ou mande, sob pena de suspensão de seu ofício, à Serra dos Cocos um sacerdote de inteligência que aí proteste ao reverendo cura da freguesia do Acaraú, ou ao coadjutor que está encima da dita serra, que as vertentes que emanam da dita serra para o rio Poti são pertencentes a este bispado do Maranhão por ordem de Sua Magestade, quando foi servido desanexar esta capitania do bispado de Pernambuco para este dito bispado do Maranhão, o que S. Exa. Revma. apresentou ao dito senhor no ano próximo passado, do que espera resolução a seu favor." (3)

A DESCRIÇÃO DO PILOTO

Por ordem do Governador e Capitão Geral de Pernambuco, Luis Diogo Lobo da Silva, partiu às 9 horas da manhã do dia 19 de maio de 1759 do porto do Recife a sumaca N. Sra. da Graça, tendo a bordo o Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco e sua comitiva. O destino da expedição era atingir a Serra da Ibiapaba e a finalidade, tratar da expulsão dos padres jesuítas que dirigiam a missão de Viçosa, onde devia ser instalada uma vila, dando cumprimento à determinação régia obtida por influência do Marquês de Pombal.

A sumaca transportou a comitiva de Gama Casco até Camocim. De lá, a expedição prosseguiu a pé, tendo chegado a Viçosa às 10 horas da manhã do dia 4 de junho.

O percurso dessa viagem foi detalhadamente descrito pelo mestre-piloto Manoel Rodrigues dos Santos que comandou a navegação. O minucioso relatório foi denominado "Derrota e Jornada do mestre-piloto Manoel Rodrigues dos Santos", por onde constam as qualidades de que se reveste a Serra da Ibiapaba, desde que chegou ao porto de Camocim".

Como se sabe, na linguagem prolixa e gongórica daquele tempo, a palavra "derrota" (de que rota é forma aferética) significava o caminho percorrido por uma embarcação numa viagem por mar, e o termo "jornada" aludia a uma viagem por terra.

A "derrota e a jornada" descrevem, portanto, todo o percurso da expedição, a parte marítima e a terrestre. O texto deste precioso documento foi publicado na íntegra pelo Barão de Studart em "Notas para a História do Ceará", Lisboa, 1892, p. 206-215).

Do roteiro do piloto Manoel Rodrigues, podemos colher dados interessantes sobre a região do Campo Grande, hoje município de Guaraciaba do Norte.

Segundo a descrição do piloto, o território da Serra da Ibiapaba, na parte que pertencia ao novo município da Vila Viçosa Real, media seis léguas de largo e vinte e cinco de comprido, com início na ladeira da Ubatuba e término no riacho de Inhuçu. Nesse rio, diz ele, "acaba o limite da Vila (Viçosa), com distância de 25 léguas de comprido, ainda que a serra sempre segue para adiante, ao mesmo rumo, a qual vai acabar na altura de 11 graus e 12 minutos que é na serra da Tabaínha que fica ao sul do rio São Francisco com Sergipe d'El-Rei, arcebispado da Bahia." E prossegue: "Por várias informações de pessoas de crédito, as quais muito bem inqueri, também em distância de uma légua da Vila (Viçosa) para o sueste, centro da mesma serra até o riacho Inhuçu, tudo são terras de planta, com matas virgens, capaz de formar muitas fazendas, assim de gado como engenhos de açúcar, por ser terra de seu natural criadeira."

Especialmente, com relação à região atual de Guaraciaba do Norte, diz: "Do riacho Inhuçu para adiante continua o Campo Grande, o qual querem dizer alguns que pertence ao termo desta Vila (Viçosa), mas na verdade não é. (...) É voz pública que toda aquela terra, que cai para a parte do Campo Grande, é deliciosa e por antonomásia lhe chamam a mata, da qual cousa tenho feito larga experiência por ver que os mais dos mantimentos que entram para esta Vila (Viçosa) é daquela parte, para a qual ainda não fui, mas sim estou bem informado." A nascente da bica do Ipu empolgou o piloto: "A terra em si é a mais deliciosa que até ao presente tenho encontrado, a cor como cinza do lume, e uma cachoeira de água saindo pelo interior da mesma pedra, a qual causa admiração aos olhos humanos."

Quanto às vias de comunicação da serra com o sertão, o piloto relaciona dezenove ladeiras, quatro das quais destinam-se ao Campo Grande:

1. "A ladeira da Ubatuba, por onde saem boiadas ainda que com muito trabalho por ser muito fragosa e comprida;
2. A ladeira do Orocá, que só serve para gente de pé;
3. A ladeira do Obary, por onde saem as mais das boiadas que vêm da parte do Maranhão e esta, cuido eu, que é a melhor de todas elas, por se subir e descer a pé e a cavalo, o que não acontece nas mais, segundo informações que tenho;
4. A ladeira do Tubarão, pela qual entramos, é a principal entrada dos comboios das oficinas do Camocim para a Vila, e quando a subi foi a pé;
5. A ladeira da Imbueira, principal entrada das fazendas pertencentes a esta Vila, como também para as oficinas;
6. A ladeira da Pitinga, estrada da fazenda do mesmo nome e também de outras;
7. A ladeira do Acarape, cultivada de todo o Coreaú e de todo o Acaraú, para a dita Vila;
8. A ladeira do Canhotim, cultivada de toda a gente do Campo Grande;

9. A ladeira da Taparga, também cultivada da mesma gente do Acaraú e **Campo Grande**;

10. A ladeira da Boa-Vista, que vem da Tapiranguara, a qual vem sair à Maria Pina (Ibiapina), pouco cultivada;

11. A ladeira que sobe para o Espírito-Santo, distrito do **Campo Grande**;

12. A ladeira que entra da Ipueira do Cap. José de Araújo Chaves para São Gonçalo da Serra dos Cocos, onde hoje é Matriz;

13. A ladeira que sobe das cabeceiras do Acaraú, a qual vem sair ao sítio São Jorge, pertencente à Serra dos Cocos;

14. A ladeira que vem dos Carateús, pela qual entram muitas boiadas e algumas coisas comestíveis;

15. A ladeira chamada Carnaubal, a qual vem do distrito do Maranhão para a dita Vila (Viçosa);

16. A ladeira que vem a sair à Pavuna, distrito da mesma Vila, a qual vem do Piauí e Maranhão;

17. A ladeira que sobe pelo engenho do Rdo. Padre Felipe Dias Santiago, cultivada da gente do **Campo Grande**;

18. A ladeira da Guritinha que vem do Piauí e Maranhão;

19. A ladeira do Asimim que vem da Parnaíba, Longá, Maranhão, Vila da Mouxa (Oeiras) e Bahia, a qual vem sair à Taboca, pela qual entram as mais das boiadas que vão para o Camocim, como também para esta Vila."

RUA NOVA

Em 1760, o Pe. Felipe Dias Santiago deu início à construção de uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, na região do Campo Grande. Em torno dessa ermida, pouco a pouco a população branca e os poucos índios dispersos, e já catequizados, foram se agregando, à margem do rio Piau, afluente do Inhuçu, formando um arruado irregular de casas de beira e bica, que recebeu o nome de Rua Nova. Foi o início da fundação da cidade de Guaraciaba do Norte, que deve ser creditada ao Pe. Felipe Dias Santiago.

É esta também a versão sustentada por Aires de Casal, que escrevendo sua "Corografia Brasílica" publicada em 1817, afirma: "Vila Nova d'El-Rei, noutro tempo Campo Grande, situada sobre a serra dos Cocos, que é uma porção da Ibiapaba, perto da ribeira Macambira, fundada para habitação de uma horda de índios cristianizados, dos quais há poucos apesar da fertilidade do território, bondade das águas e salubridade do ar, conveniências que atraíram grande número de brancos." (...) "Seus contornos são ricos em lavouras de mandioca, cana-de-açúcar e algodoeiros." (Vol. 2, p. 175).

Com o passar do tempo, o arruamento foi crescendo graças ao incremento das transações comerciais e à visita periódica dos missionários que atraíam para lá a população em busca da instrução cristã e da administração dos sacramentos.

Matriz de São Gonçalo

MATRIZ DE SÃO GONÇALO

No ano de 1712, a Junta das Missões da Diocese de Pernambuco resolveu criar o Curato da Ribeira do Acaraú para catequizar os índios já aldeados. O Curato compreendia três missões: a dos Tremembés do Aracatimirim, sediada na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, entregue ao Pe. José Borges de Novais; a dos Reriús, sediada na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Meruoca, entregue ao Pe. José Teixeira de Morais e a dos Aconguaçus, sediada na Capela de Santo Antônio de Ibuaçu, entregue ao Pe. Antônio de Sousa Leal.

À frente de todo o Curato, responsável pelas três Missões e pelo restante da população dispersa, estava o Pe. João de Matos Monteiro, conhecido por Padre Matinhos, sobrinho do vigário do Ceará, Pe. João de Matos Serra.

Durante a gestão do Pe. Matinhos, que se estendeu até dezembro de 1724, foram construídas as capelas de Nossa Senhora do Livramento do Parazinho, de Nossa Senhora do Rosário do Riacho Guimarães (Groaíras) e de Nossa Senhora da Conceição do Sítio São José (Patriarca).

Eram seis capelas, das quais três de indígenas, onde se ministravam os sacrementos. Havia ainda, no território do Curato, a Capela de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba (Viçosa), já entregue anteriormente ao zelo dos padres jesuítas.

Nessa época, o Curato era visitado freqüentemente por sacerdotes seculares e religiosos que exerciam uma pastoral itinerante, viajando pelos sertões e serras, levando à população dispersa, pelos sítios e fazendas, o conforto da religião católica.

Os locais onde havia capela, geralmente tosca e pequena, serviam de ponto de parada para repouso, atualização da escrita e encontros marcados com o Cura ou com o Visitador Geral.

A jurisdição dos jesuítas, na Serra da Ibiapaba, estendia-se até as margens do rio Inhuçu. Para além, era a Serra dos Cocos, sem qualquer capela, mas sujeita diretamente à autoridade do Cura da Ribeira do Acaraú.

DESAVENÇA COM OS JESUÍTAS

Desde 1656, com algumas interrupções, os Jesuítas missionavam entre os índios tabajaras. Com a criação do Curato do Acaraú, começaram a surgir problemas de jurisdição.

Uma vez que as três outras missões e a coordenação do Curato estavam entregues a padres seculares, chamados, então, da Ordem de São Pedro, e sujeitos à Diocese de Pernambuco, os jesuítas, que dependiam da Casa Provincial do Maranhão, julgavam-se isentos de qualquer prestação de contas ao Pe. Matinhos. Tal fato começou a criar dificuldades de bom relacionamento entre eles.

A crise se agravou em 1722, quando o Pe. João Guedes, superior da Missão de Viçosa, foi intimado pelo Pe. Matinhos a se retirar da serra. Opôs-se a isto o Coronel Sebastião de Sá, potentado da Ribeira do Acaraú, que na oca-

são estava na aldeia da Ibiapaba e prestou solidariedade aos padres da Companhia de Jesus. A notícia correu longe e até os moradores da Parnaíba quiseram vir à serra para defender os jesuítas.

O fato foi comunicado pelo Pe. João Guedes ao Cabido de Pernambuco e este ordenou que o Pe. Matinhos entregasse o Curato a um outro sacerdote. Enquanto não chegava o substituto, o cura, com o auxílio do Frei José da Madre de Deus, carmelita que se encontrava na Ribeira do Acaraú, resolveu que se construísse uma igreja sobre a Serra dos Cocos, a fim de que os jesuítas não pudessem estender sua jurisdição até aquela parte da Ibiapaba.

A CONSTRUÇÃO DA CAPELA

Com ordem de escolher o local para o novo templo, Frei José foi ter com o Capitão José de Araújo Chaves, potentado daquela região e proprietário das vastas sesmarias da Boa Vista, na Serra dos Cocos, e da Ipueira Grande, no sertão. O encontro do carmelita com o capitão foi dos mais amistosos e a idéia da construção foi muito bem aceita. O Capitão propôs até que em vez de uma, fossem construídas duas capelas, sendo uma sobre a serra e a outra no sertão, e para tanto doou os terrenos necessários. Ele mesmo escolheu os oragos: São Gonçalo e Nossa Senhora da Conceição. O primeiro santo escolhido seria uma homenagem ao Conselho de Amarante, vila portuguesa de onde provinham os Martins Chaves, e a Senhora da Conceição, homenagem a Portugal do qual é a padroeira.

Frei José da Madre de Deus deu prioridade à capela da serra e ali se estabeleceu para dar início à construção.

Nesse entretempo, as disputas entre o Cura e os Jesuítas continuavam acirradas. Frei José foi acusado de ter apoiado o Pe. Matinhos, de ter escrito do próprio punho uma denúncia falsa contra os padres da Companhia de Jesus e de ter sublevado a população. Tudo chegou ao conhecimento da Corte, em Lisboa, que considerou o carmelita um acérrimo inimigo dos jesuítas.

Em 1733, quando a capela de São Gonçalo estava já quase completamente construída, uma Carta Régia pedia a prisão de Frei José, por desatinos cometidos no interior da Capitania. Tal prisão também foi encarecida ao Ouvidor do Piauí, Francisco Xavier Norato Boréa, e ao Governador Geral de Pernambuco. Finalmente, o carmelita foi preso nos sertões de Crateús, para onde fugira, a 5 de fevereiro de 1734. Dali, escoltado pelo Sargento Francisco Gil de Lima, foi levado a Pernambuco.

Em Olinda, onde foi muito bem recebido, foi reconhecida a sua inocência e reintegrado ao Convento do Carmo da Reforma, onde viveu vida exemplar e ocupou cargos de alta posição na sua ordem.

Ficou no Ceará, como testemunha muda de sua operosidade e zelo sacerdotais, a vetusta Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos.

A CAPELA DE IPUEIRAS

Também a capela de Nossa Senhora da Conceição da Ipueira do Capitão José Araújo Chaves foi levantada, embora com mais vagar. Sua inauguração e bênção deu-se no dia 4 de julho de 1745, pelo Pe. Pedro da Costa.

No mesmo dia foi batizado Manuel Martins Chaves, o célebre potentado da Vila Nova, filho do construtor da capela, Capitão José de Araújo Chaves e de sua mulher Luzia de Matos de Vasconcelos, como se vê da transcrição do seguinte documento:

"Aos quatro dias do mês de julho de mil setecentos e quarenta e cinco, na Capella de Nossa Senhora da Conceição da Ipueira, baptizou sem santos óleos, de minha licença, o Pe. Pedro da Costa a MANOEL filho legitimo do Cap.-mor José de Araújo Chaves e de sua mulher Luzia de Matos. Foram padrinhos José de Araújo solteiro e Luzia de Matos solteira, de que fiz este termo que assigno. Antonio de Carvalho e Albuquerque, cura do Acaracu." (Liv. Misto, Sobral, 1725-50, fl. 48v).

Os homônimos solteiros, José de Araújo e Luzia de Matos, eram sobrinho e filha do Capitão-mor, respectivamente.

ELOGIO A FREI JOSÉ

Frei José da Madre de Deus, construtor da Capela de São Gonçalo da Serra dos Cocos, nasceu no Recife em 1677 e dele faz o elogio Dom Domingos de Loreto Couto em sua obra "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", escrita em 1757, p. 312:

No mesmo Convento (do Carmo da Reforma) descançam as cinzas do padre Frei José da Madre de Deus, natural do Recife, filho de Manoel Duarte e de sua mulher Maria Peres. Na idade da adolescência foi admitido à Congregação do Oratório e na casa de Nossa Senhora Madre de Deus deste Recife recebeu a roupeta, em cuja palestra aprendeu as virtudes, em que foi eminente, e as letras, em que saiu consumado. Por justas razões largou a congregação e professou o instituto carmelitano, no qual exercitou, com maior excesso, as virtudes que sempre praticara. Foi mestre de noviços, prior do convento da Paraíba e duas vezes do Recife definidor e provincial, observando em todas estas prelazias igual prudência que virtude para os súditos. Viveu muitos anos no convento pátrio, em cuja fábrica material trabalhou muito, não sendo menos diligente na espitirual, edificando domésticos e estranhos com seus bons exemplos. Carregado de anos e merecimentos, morreu placidamente e jaz sepultado no dito convento."

Documento datado de 1747, escrito em latim e existente no Arquivo dos Carmelitas em Roma, traz outras informações:

"Rev. P. Fr. Josephus a Matre Dei, aetatis 70, Religionis 37 annorum

olim Indiorum Missionarius, pro una vice Comissarius 3arium, quater Superior, pro una vice Novitiorum Magister, pro duplici Prior, pro una vice Provincialis, pro alia Definitor 3us, et nuno iterum Definitor 2us."

Eis a tradução para o português: "O Reverendo Pe. Frei José da Madre de Deus, de 70 anos de idade e 37 de religioso, foi outrora missionário dos índios, por uma vez Comissário da ordem terceira, por quatro vezes Superior, por uma vez Mestre de Noviços, por duas vezes Prior, por uma vez Provincial, por outra vez 3.º Definidor e agora novamente 2.º Definidor". (4)

Foi na qualidade de missionário dos índios, como diz a informação, que veio para a Ribeira do Acaraú.

Seu nome deveria ser lembrado em uma rua de Ipueiras ou da Vila da Matriz de São Gonçalo.

CRIAÇÃO DA FREGUESIA

Por Provisão de 30 de agosto de 1757, o Bispo de Pernambuco dividiu o extenso Curato da Ribeira do Acaraú em quatro freguesias:

"1 – Nossa Senhora da Conceição de Amontada, compreendendo as ribeiras do Mundaú e Aracatiaçu, com suas vertentes e praias.

2 – Santo Antônio de Pádua do Coreaú, compreendendo as vertentes desse rio, as ribeiras que vão ao mar até o braço oriental do Parnaíba, com o litoral correspondente, até o pé da Serra da Ibiapaba, para formar o novo Curato de Santo Antônio de Pádua (Ibuaçu), enquanto se levanta a Matriz no lugar Macavoqueira (Granja).

3 – Nossa Senhora da Conceição da Caiçara (Sobral), compreendendo todo o território, desde o litoral até a barra do Macaco, banhado pelas vertentes que despejam no Acaraú.

4 – São Gonçalo da Serra dos Cocos, compreendendo as vertentes do Acaraú, da barra do Macaco para cima, o sertão e a chapada correspondente da Serra da Ibiapaba, sendo destinada provisoriamente para Matriz a capela de São Gonçalo do Amarante, onde se chama Serra dos Cocos."

A região do Campo Grande, que sempre pertencera ao Curato do Acaraú, passou a pertencer à nova freguesia de São Gonçalo. O rio Inhuçu servia de limite entre esta e a freguesia de Viçosa criada a 7 de julho de 1757.

Por ser o núcleo habitacional mais importante e populoso de todo o termo, Campo Grande passou a ser o lugar preferido para residência dos vigários, embora ainda não houvesse capela. Mas esta começou a ser construída em 1760.

Cem anos depois, a situação ainda era a mesma, conforme se conclui das informações publicadas no jornal "Pedro II", de Fortaleza, edição de 7 de janeiro de 1858:

"Freguesia da Serra dos Cocos ou Vila Nova – A freguesia da Serra dos Cocos foi desmembrada do Curato do Acaraú, hoje Vila de Sobral, por Provisão

do Bispo Dom Francisco Xavier Aranha, passada a 30 de agosto de 1757 e lhe foi destinada por Matriz interina a capela de São Gonçalo do Amarante, fundada sobre a Serra Grande no lugar denominado Serra dos Cocos, de que veio o nome da freguesia. Esta compreende parte da Serra Grande, e também sertão, e tem dentro dos seus limites a povoação de Campo Grande que em 12 de maio de 1791 foi criada Vila com o nome de Vila Nova d'El-Rei e nela reside o pároco, por ser solitária a povoação de São Gonçalo. Confina ao norte com a freguesia de Sobral em 20 léguas; ao sul, com Crateús, freguesia do Marvão da Capitania do Piauí, em 9 léguas; ao nascente, com a freguesia de Quixeramobim, em 25 léguas; ao poente, com a freguesia de Vila Viçosa, em 19 léguas. Tem de longitude 29 léguas e 44 de latitude. É curato amovível e o seu orago é São Gonçalo do Amarante. Tem, além da Matriz, as seguintes igrejas: a de N. Sra. da Expectação e São Sebastião, no Ipu, distante 10 léguas da Matriz; a de N. Sra. da Conceição na Ipueiras, distante 4 léguas da Matriz; e a de N. Sra. dos Prazeres em Vila Nova d'El-Rei, distante 14 léguas. O pároco tem o título de cura e é vigário da vara."

RELAÇÃO DOS VIGÁRIOS

A freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos teve os seguintes vigários:

1 – PE. ANTÔNIO TOMÁS DA SERRA
30 Ago 1757 – 30 Out 1761

Nasceu em Goiana, Pe, filho de Manuel da Serra Cavalcante e Isabel Álvares Castro. Deu início à construção da primitiva Capela do Campo Grande que foi benta em 1761, pelo Pe. Felipe Dias Santiago. Foi professor em Sobral, onde faleceu a 13 de agosto de 1787.

2 – PE. ANTÔNIO SALGUEIRO
1762 – 1765

A 7 de novembro de 1762 esteve em Campo Grande, em cuja capela batizou os gêmeos José e Francisco, filhos de Manoel Coelho Ferreira e Jacinta Pereira Marinho. Em dezembro, recebeu o Visitador Geral, Pe. José Machado Freire.

3 – PE. MANOEL GOUVEIA DE SOUSA
1766 – 1772

Em julho de 1772 assistiu ao casamento nulo de Polinardo César de Ataíde, nome falso de José Luis Pestana de Vasconcelos que, já casado em Pernambuco, mudou de nome para matrimoniar-se com Isabel Pinto de Mesquita,

de Santa Quitéria. Deste matrimônio nulo nasceram quatro filhos, dentre eles, Geracina, mãe do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil; José Luis ou Polinardo foi parar na prisão de Limoeiro, em Lisboa, e o Padre Gouveia foi exonerado. De 1776 a 1779 foi cura de Fortaleza. A 3 de novembro de 1772 oficia em Sobral, ainda como vigário de São Gonçalo.

4 – PE. FRANCISCO VAZ LEITE
1773 – 1775

Nasceu em 1719. Em janeiro de 1764 oficiou batismo na Caiçara (Sobral). Foi vigário em Fortaleza de 1770 a 1772. Faleceu em Sobral a 4 de setembro de 1775. Seu inventário foi feito a 22 de setembro do mesmo ano, no sítio Pé do Morro, onde residia seu cunhado Alferes Geraldo Gonçalves Moreira. Morreu pobre.

5 – PE. JOÃO CALDAS DE OLIVEIRA CAMPOS
1776 – 1782

Foi padre avulso em Santa Quitéria (1771) e Icó (1772). Vivia ausente, por causa da grande seca.

6 – PE. JOÃO GOMES CHACON
3 Mai 1783 – 6 Fev 1785

Não consegui qualquer informação.

7 – PE. JOAQUIM DA COSTA MENDONÇA
6 Fev 1785 – 10 Nov 1793

Natural de Pernambuco. Em 1784 oficia batizados em Lavras da Mangabeira. Após deixar São Gonçalo, foi vigário de Sobral, onde esteve de 10 de novembro de 1793 a 13 de janeiro de 1798, dia em que faleceu com 40 anos de idade.

8 – PE. ANTÔNIO JOSÉ HONORATO BARROS
1795 – 1801

Nasceu em Pernambuco, onde foi ordenado sacerdote. Foi vigário de Granja, onde faleceu a 20 de abril de 1829. Durante o seu paroquiato foi assassinado o juiz ordinário de Vila Nova, Antônio Barbosa Ribeiro. Em 1799 deu início à construção da nova capela hoje matriz de Guaraciaba do Norte. Em 1880, 1803 e 1804 oficia em Santa Quitéria.

9 – PE. MANOEL RIBEIRO BESSA DE HOLANDA CAVALCANTE
1802 – 1803

Nasceu em Pernambuco em 1767 e faleceu em Fortaleza a 16 de abril de 1839. Foi Deputado Constituinte em 1823. Vigário de Quixeramobim (1800) e de Mecejana (1801). Pela segunda vez, vigário de Quixeramobim (1811).

10 – PE. JOÃO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
1804 – 1805

Nasceu em Pernambuco em 1772. Foi vigário interino.

11 – PE. MIGUEL FRANCISCO DE OLIVEIRA
1806 – 1809

Nasceu na Fazenda Catinguinha, município de Jaguaruana, filho de José Francisco Marques de Oliveira e Joana Rodrigues de Oliveira. Concluiu a igreja de Santa Quitéria. Vigário de Aracati de 1882 a 1832. Morreu cego, como capelão de Giqui, Jaguaruana, a 7 de abril de 1841, com 73 anos. O Visitador João José Saldanha Marinho chamou-o "exemplo do clero".

12 – PE. MANUEL PACHECO PIMENTEL
1809 a 7 Out 1840

Nasceu em Pedra de Fogo, Paraíba, em 1767. Era tio do Tenente-Coronel João da Costa Alecrim. Nos 31 anos de seu paroquiato, viveu muito tempo ausente, exercendo atividades políticas. Foi professor público em Sobral. Durante um ano manteve escola pública em Campo Grande, ajudado pelo Pe. Mororó. Participou ativamente da Confederação do Equador, quando esteve condenado à morte, mas foi indultado. Foi Deputado Geral nas legislaturas de 1823, 1830 e 1833. Deputado Provincial no biênio 1838-39. Era Cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu em Fortaleza, de hidropsia, a 7 de outubro de 1840.

13 – PE. JOSÉ GOMES FERREIRA TORRES
8 Out 1840 – 31 Dez 1842

Nasceu em Sobral em 1790. Era conhecido pela alcunha de Padre Caú. A 23 de maio de 1834 fora nomeado vigário interino da Serra dos Cocos, para servir nas ausências do vigário Pimentel. Nesse tempo, dirigiu ofício ao Presidente da Província, datado de 21 de abril de 1835, em que afirma que tomando posse da freguesia a 8 de dezembro de 1834, não encontra nenhuma escrita paro-

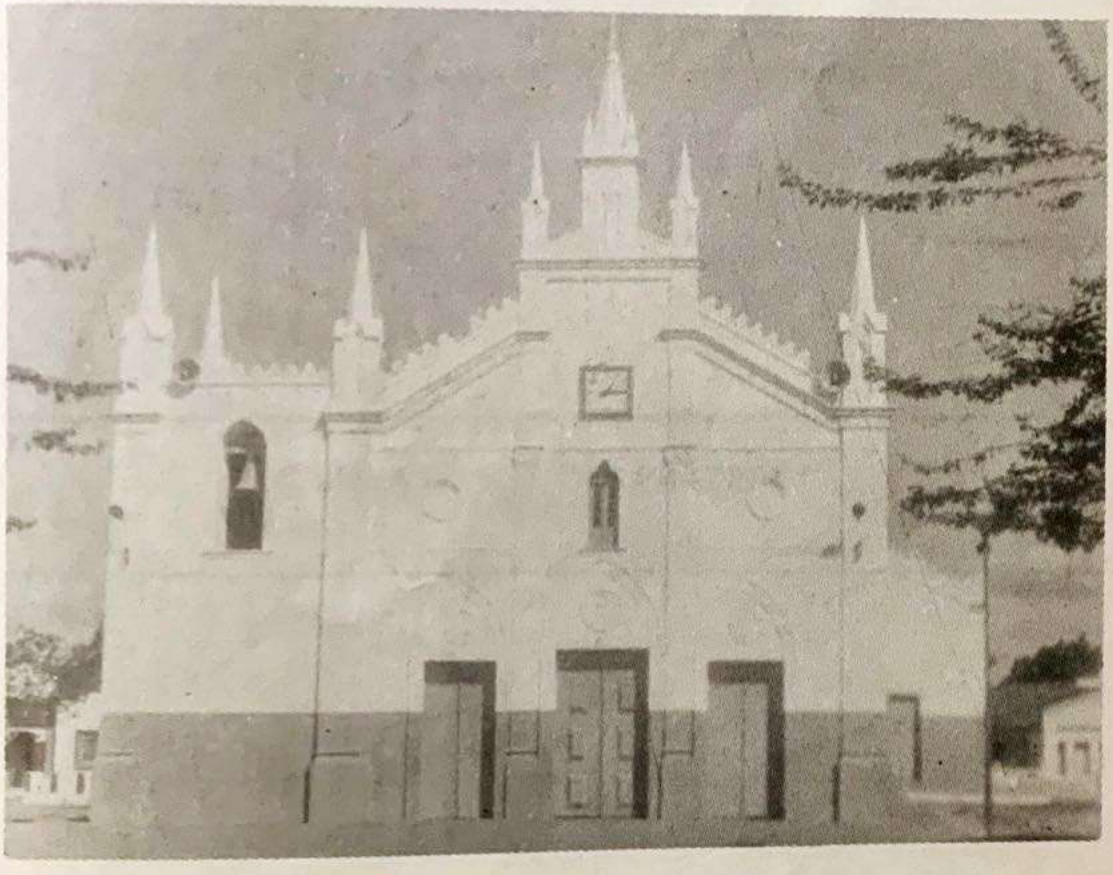
quial feita ou por fazer. Diz que a freguesia é muito grande e pode perfeitamente desdobrar-se em duas mais, sendo uma sediada em Vila Nova e outra no Tamboril, ficando todas elas com um grande terreno e "chega muito bem para um pároco passar decentemente". Em outro ofício, datado de 10 de maio de 1841, responde a um questionário que lhe foi enviado pelo vice-presidente do Ceará, João Facundo de Castro Menezes, em que afirma que sua "freguesia padece necessidade de tudo, mas a maior é a de policiamento. Acrescenta que não há uma só igreja que não esteja arruinada. Com a morte do Padre Pimentel, assumiu a freguesia, tempo em que a capela de São Gonçalo começou a ruir.

14 – PE. FRANCISCO CORREIA DE CARVALHO E SILVA
11 Jan 1843 – 13 Jun 1881

Nasceu em Aracati a 10 de janeiro de 1814. Ordenou-se sacerdote em Olinda a 21 de dezembro de 1841. Foi nomeado vigário colado da freguesia da Serra dos Cocos a 10 de julho de 1842, tomando posse a 11 de janeiro do ano seguinte. Dirigiu essa freguesia, durante quase quarenta anos, com muita agitação política. Como em 1844 a matriz de São Gonçalo ameaçou ruir, conseguiu licença para transferir as imagens e alfaias para a capela do Ipu, onde passou a residir. Faleceu a 13 de junho de 1881, ainda como vigário de São Gonçalo, mas voltou com residência no Ipu.

15 – PE. JOÃO JOSÉ DE CASTRO
12 Set 1881 – 27 Out 1883

Sobralense. Nasceu a 27 de janeiro de 1847. Ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1872. Foi cooperador de Santa Quitéria e de Sobral. A 27 de outubro de 1883 foi extinta a freguesia da Matriz de São Gonçalo e criada a de São Sebastião do Ipu, onde se manteve na função. Foi o último pároco de São Gonçalo e o primeiro do Ipu. Faleceu a 11 de junho de 1893.



Matriz de N. Sra. dos Prazeres
Guaraciaba do Norte - Ceará 1988

CAPELA DE N. S. DOS PRAZERES

O Pe. Felipe Dias Santiago desde 1741 como serventuário do Curato da Ribeira do Acaraú visitava a região do Campo Grande administrando os sacramentos e, posteriormente, ali se estabeleceu em sítio de sua propriedade. No ano de 1760, construiu uma pequena casa de oração, com licença do primeiro vigário da recém-criada freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, Pe. Antônio Tomás da Serra. A capela foi dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres.

PRIMEIROS REGISTROS DE BATISMO

O termo de batismo mais antigo administrado na Capela do Campo Grande tem a data de 20 de fevereiro de 1761:

"Aos vinte de fevereiro de mil setecentos e sessenta e hum, na Capela do Campo Grande da freguesia da Serra dos Cocos, de licença minha, o Pe. Phelippe Dias Santiago baptisou e pôs os santos óleos à criança José, filho de Domingos Ferreira Chaves e de sua mulher Isabel Ferreira naturaes desta freguesia; neto por parte paterna de Domingos Ferreira Chaves natural do Ceará e de Joachina india natural da Villa Viçosa Real; neto por parte materna de Joachim da Rocha e de sua mulher Isabel Ferreira. Foram padrinhos Luiz Pereira da Silva, casado e morador em Pernambuco, do que fiz este termo em que me assigno. Manoel da Fonseca Jayme, cura do Acaracu." (Liv. Bat. Sobral, 1761-1764, fl 4v).

É o primeiro documento em que se faz referência à capela do Campo Grande, o que leva a crer que tenha sido benta no dia 6 de janeiro de 1761, durante a festa de N. Sra. dos Prazeres, dia em que naquele tempo era celebrada. A construção deve ter sido no ano anterior, pois era de pequenas dimensões, com paredes de adobe cru e cobertura de palha. Resistiu até ao final do século, quando foi demolida e, em seu lugar, foi levantada a atual Matriz. A demolição foi proposta por Frei Vital da Penha, em 1786, mas o início da nova capela só teve início em 1799.

No ano seguinte de 1762, durante os festejos da padroeira, o mesmo Pe. Felipe batizou novamente. Transcrevo abaixo dois termos de batismos realizados no dia primeiro de janeiro, pois fornecem dados genealógicos importantes sobre algumas famílias da região:

1. "Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil setecentos e sessenta e dous anos, de licença minha na Capella do Campo Grande filial da Igreja Matriz de São Gonçallo da Serra dos Cocos, o Padre Phelippe Dias Santiago baptisou a Francisco, filho de Francisco Martins Leitão, natural do Bispado de Coimbra, e de sua mulher Ignacia do Nascimento, natural desta freguesia. Avós paternos Francisco Martins e sua mulher Maria Joana do mesmo bispado de Coimbra. Avós maternos João Alvares Fontes, não se sabe a naturalidade, e sua mulher Anna Dias Madeira natural da freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos. Foram padrinhos Thomé Dias Pereira casado freguês deste curato e morador na sua fazenda da Barra, e Eugenia Ferreira, mulher de José Ribeiro, fregueses do

curato de S. Gonçallo, do que fiz este assento em que me assigno. Manoel da Fonseca Jayme – Cura do Acaracu." (Liv. Cas. 1761-1769, fl. 25v).

2. "Ao primeiro dia do mês de janeiro de mil setecentos e sessenta e dous, sem minha licença, no Campo Grande, freguesia de São Gonçallo da Serra dos Cocos o Padre Phelippe Dias baptisou sem os santos óleos a Joana, filha de Domingos Gonçalves Lemos e de sua mulher Francisca Correia. Neta paterna de Domingos Gonçalves e de sua mulher Maria Lopes. Neta materna de Belchior Correia e de Luzia digo e de Lucrecia da Silva. Foram padrinhos Manoel Pinto de Macedo casado e morador na sua fazenda do Pires e Eugenia Ferreira mulher de José Ribeiro, fregueses deste curato. Não ponho naturalidades e o dia em que nasceu a criança, por não vir na certidão, do que fiz este termo em que me assigno. Manoel da Fonseca Jayme – Cura do Acaracu." (Ib, fl 28).

Os dois últimos textos acima transcritos merecem algumas observações. Embora ministrados no mesmo dia, o primeiro batismo foi celebrado "de licença do cura" e o segundo, sem a licença dele e sem santos óleos. O primeiro refere-se à capela e o segundo, não. Se a freguesia de São Gonçalo já estava criada desde 1757, por que estes registros foram feitos nos livros paroquiais do curato da ribeira do Acaraú?

A resposta a esta pergunta parece encontrar-se no fato de que o primeiro vigário da Serra dos Cocos, Pe. Antonio Tomás da Serra, pediu exoneração no início do ano de 1761 e voltou a residir na povação da Caiçara (hoje Sobral). A partir de então, o vigário da Matriz de N. Sra. da Conceição da Caiçara assumiu cumulativamente as duas freguesias.

Quanto às naturalidades omitidas, sabemos por outros textos que João Álvares Fontes era natural da freguesia de Santo André de Portela, concelho de Arcos de Valdevez, Portugal, Belchior Correia de Carvalho, era natural da freguesia de São Silvestre de Requião, concelho da Vila Nova de Famalicão. Domingos Gonçalves Lemos nasceu na freguesia de São João de Barqueiros, concelho de Barcelos e, finalmente, Sebastião Dias Madeira proveio do concelho de Montalegre. O único brasileiro era Domingos Ferreira Chaves, natural de Aquirás, mas descendente de pais portugueses.

REGISTRO DO PRIMEIRO CASAMENTO

Quanto ao sacramento do matrimônio, o primeiro somente foi realizado na Capela do Campo Grande, seis anos depois, quando já vem expresso no texto o nome do orago:

"Aos nove dias do mês de janeiro de mil setecentos e sessenta e seis, de manhã, na capella de N. Sra. dos Prazeres do Campo Grande, da Matriz de São Gonçallo, feitas as denunciações nesta Matriz de N. Sra. da Conceição da Caiçara donde são os nubentes fregueses e moradores, e na Capella de N. Sra. do Rosário do Riacho de Guimarães, filial desta Matriz e mais vizinha de sua assistencia,

.tudo na forma do Sagrado Concílio Tridentino, sem se descobrir impedimento algum como consta dos banhos que ficam em meu poder e justificando o nubente ser solteiro em seu natural a freguesia do Recife, e de seu domicílio e freguesia da Santa Sé no lugar da Boa Vista, como consta dos mandados de casamento que ficam em meu poder, em presença do Reverendo Padre Estevam Velho Cabral de Mello, da minha licença, e das testemunhas o sargento Tomé Dias Pereira, casado, e o sargento-mor João Pinto de Mesquita, viuvo, e José Alvares Muniz, casado, moradores desta freguesia, se casara, em face da Igreja solenemente por palavras Gaspar Ferreira de Carvalho, filho legitimo de João Carvalho e Margarida Ferreira, já defuntos, naturaes do Recife, com Luisa Paes de Castro, filha legitima de Pedro de Sousa Paes, natural da freguesia da Luz, e de Maria Manuela de Jesus natural do Seridó e logo lhes deu as bençãos na forma dos ritos e cerimonias da Sancta Madre Igreja, do que para constar fiz este termo aos onze do mês e anno supra e assignei. João Ribeiro Pessoa, cura e vigario da vara da Caiçara." (Liv. Cas. 1741-1769, fl. 97v).

FREI VITAL DA PENHA

No ano de 1786, esteve no Campo Grande o célebre missionário capuchinho Frei Vital da Penha, assim chamado por pertencer ao convento da Penha do Recife. Seu nome secular era Vasco Carullo e o religioso, Frei Vital de Frascarolo, por ter nascido nessa localidade da Itália, perto de Pavia.

Peregrinou por todo o Nordeste, pregando missões populares e excitando os fiéis à prática da penitência. Na região da Ibiapaba e da ribeira do Acaraú, seu nome ainda hoje, já decorridos dois séculos, é lembrado pelo povo que o guardou na memória, são transmitidas de geração a geração, as profecias que proferia do alto do púlpito como castigos divinos sobre os pecados humanos.

Quando esteve no Campo Grande, Frei Vital mandou levantar um alto cruzeiro de madeira de lei na frente da pequena capela, a qual, por proposição sua, deveria ser demolida para ceder lugar à construção de um templo de maiores dimensões.

É desse tempo a promessa que o Sargento-mor Antônio Alves Bezerra fez a Nossa Senhora dos Prazeres, perante o capuchinho, de doar cento e dez mil réis para a construção da nova capela. Tendo falecido aquele fiel antes do cumprimento do voto, a dívida constou do seu inventário feito em 1792. O juiz de órfãos João da Silveira Gadelha, atendendo à uma solicitação escrita que lhe dirigiu o então vigário da Matriz de São Gonçalo, o Pe. Joaquim da Costa Mendonça, determinou que fosse posta em hasta pública a venda de um escravo e trinta vacas, pertencentes ao inventariado, para pagamento da promessa.

Do referido inventário consta a seguinte certidão: "Quinhão para pagamento da dívida de Nossa Senhora dos Prazeres da quantia de cento e dez mil réis que ficou devendo o inventariado o defunto Antonio Alves Bezerra, para

cujo pagamento lhe dão os avaliadores um negro da nação angola, por nome Pedro, pelo preço de cinquenta mil réis e trinta vacas a dois mil réis cada".

A arrematação foi vencida pelo Capitão José da Costa Machado, como se vê do seguinte documento: "Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e dois annos, aos cinco dias do mês de julho do dito anno, nesta Villa Nova d'El-Rei, termo da capitania do Ceará Grande, em praça pública dela onde foi vindo o juiz de órfãos atual João da Silveira Gadelha comigo escrivão adiante nomeado, e sendo aí para efeito de ser arrematado o preto chamado Pedro e trinta vacas parideiras. E logo pelo dito juiz de órfãos foi mandado ao porteiro do auditório Julião Coelho armasse a mesa de estilo e que trouxesse, em pregão, na dita praça a referida sobre os lanços que já haviam tido. Ao que satisfazendo o dito porteiro, depois de armar a dita mesa, foi para a dita praça e com voz alta e inteligível que todos muito bem entendiam, passando de uma para outra parte, entrou a pregar na forma seguinte: cinquenta e quatro mil réis me dão por um negro chamado Pedro de nação angola; dois mil e vinte réis me dão por cada vaca parideira. Há quem mais dê chegue-se a mim que receberei o seu lanço. Afronta faço porque mais não acho e se mais achara, mais tomara. Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe mais uma pequenina em cima. A quem der, chegue-se a mim ereceberei o seu lanço. Já entrego o ramo, já estou arrematando a quem mais deu, senão arremato. E por não haver quem mais lançasse, se chegou o dito porteiro ao dito arrematante Capitão José da Costa Machado e lhe meteu um ramo verde na mão, dizendo: bom proveito lhe faça. E desta forma se chegou o dito porteiro com o arrematante à mesa e disse que havia arrematado o dito negro com as trinta vacas na pessoa dele arrematante, por não haver quem maior lanço desse. E logo pelo dito arrematante foi satisfeita a quantia de cento e catorze mil e seiscentos réis em dita mesa, que tanto importou o dito negro com as trinta vacas, de que dou minha fé, e desta forma houve o dito juiz de órfãos por arrematados ditos bens na pessoa do dito arrematante e de tudo, para constar, mandou o dito juiz lavrar este termo, no qual assinou com o dito arrematante." (Revista do Instituto do Ceará, 1927, p. 56).

Na mesma ocasião, o vigário passou um recibo referente apenas ao preço do negro Pedro: "Recebi no Juízo dos Órfãos desta Vila Nova de El Rei cinquenta mil réis, de Nossa Senhora dos Prazeres da Capela desta Vila, o qual dinheiro era devedor o Sargento-mor Antonio Alves Bezerra, por promessa que fez à mesma Senhora pela Missão do R. Missionário Frei Vital da Penha e para constar passo este, de minha letra e sinal. Pe. Joaquim da Costa Mendonça." (Ib.)

Não sabemos se o restante foi pago em outra oportunidade. Há quem diga que o juiz de órfãos destinou-o para despesas de custos.

* * *

O historiador Eusébio de Sousa, em artigo publicado na Revista do Instituto do Ceará, 1934, p. 118, narra os seguintes fatos que diz ter ouvido de uma testemunha presencial:

"Frei Vidal (sic) missionava em Campo Grande sobre a serra da Ibiapaba. Num de seus sermões falou contra os sambas e toques de viola muito em voga nos sertões cearenses.

Verberando o erro, do púlpito pediu que os possuidores de viola lhes trouxessem, sob pena de excomunhão, grande espantalho na época para o espírito do crente.

O efeito era de esperar. Foi como se uma bomba estourasse no seio daquela população ignara. Surgiram violas como se estivessem encantadas e, em poucos dias, a casa de hospedagem do frade estava entulhada desse instrumento. O missionário teve uma astúcia própria de frade. Mandou dependurá-las nos galhos de uma árvore seca, arrumando uma parte – delas havia centenas – embaixo da mesma árvore.

Feito isto, ateou fogo à pilha de violas, que arderam, comunicando-se as labaredas às que estavam dependuradas. Refere a testemunha que as cordas das violas vibravam, ao queimarem-se, e o som era ouvido pelos assistentes."

Diz mais o historiador: "Na mesma freguesia do Campo Grande, Frei Vidal, como em muitas outras localidades do interior da capitania, deixou um cruzeiro de madeira de cedro, medindo aproximadamente dois palmos em cada face e vinte, de altura. O pedestal era de pedras toscas. Contaram-me que na era de quarenta e tantos, um homem perseguido de inimigos, que o procuravam matar, abraçara-se com esse cruzeiro, em cuja haste havia um oratório cavado na madeira e onde se achava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição.

Foi isso um domingo, por ocasião da missa paroquial.

O vigário, sabedor do que se passava, acabando de celebrar, saiu paramentado com o cálice nas mãos a pedir misericórdia e perdão para o perseguido. Os algozes a nada atenderam, dando a seguir uma descarga sobre o pobre homem. Uma das balas, alcançando-o, atravessou a imagem da Virgem da Conceição e a madeira do cruzeiro.

O orifício deixado pela bala assassina ficou à vista de todos.

Esse cruzeiro foi substituído por outro, ainda em dias da monarquia, sendo guardado religiosamente na sacristia. O povo, na sua inocente e santa crendice, dele tirava as carepas, com as quais fazia amuleto."

Maior crendice parece ter sido o autor dessa lenda, que a história não registrou em nenhum documento escrito da época.

Frei Vital nasceu em Frascarolo, pequena aldeia nas proximidades de Pavia, província da Lombardia, Itália, no ano de 1749. Veio para o Brasil em 1780. Esteve no Ceará em 1785 e.86 e, posteriormente, em 1796 a convite da Câmara Municipal de Fortaleza. No ano seguinte, a mesma Câmara solicitou ao Bispo de Pernambuco que o não retirasse das missões que pregava no Brasil.

Onde não podia erigir igrejas, levantava cruzeiros. Em Sobral, levantou a Cruz das Almas em 1786, fato que deu o nome a um bairro da cidade. Infelizmente, foi criminosamente demolida.

O esforçado missionário faleceu a 23 de abril de 1820, com 71 anos de idade.

Há certa confusão com relação ao seu nome. Alguns chamam-no Frei Vidal. O certo, porém, é Vital, já que, antes de vir ao Brasil, seu nome italiano era Fra Vitale da Frascarolo.

PATRIMÔNIO DAS ALMAS

Francisco Esteves Marinho era possuidor, desde 1745, de uma sorte de terras de criar e plantar no lugar denominado Inhuçu, anteriormente pertencente ao território da Vila Nova d'El-Rei e hoje ao município de São Benedito.

A 10 de setembro de 1793, referido proprietário fez esmola e doação às Benditas Almas do Purgatório de parte dessas terras, medindo uma légua de comprimento por meia légua de largura, com trinta cabeças de gado bovino. Os limites dessa doação constam da seguinte escritura que se encontra registrada no Livro de Notas de 1793-1796 do Cartório Geral do Ipu:

"Pegando as ditas terras da parte de cá do riacho Inhuçu, da passagem da ponte de pedra do mesmo riacho, servindo a estrada de extrema e chegando ao riacho que corre pelo campo abaixo, largando a estrada geral que vai para São Pedro de Ibiapina, subindo pelo dito riacho e chegando em cima na assentada buscando a estrada velha até a uma cruz; e para a parte do norte, buscando o mesmo riacho Inhuçu, descendo por ele abaixo pela parte de lá, fazendo limite donde principiou digo pegando as terras desta doação na passagem do riacho Inhuçu da Ponte de Pedra, subindo pelo corgo acima onde mora Joana Maria, reservando a mata que fica à mão direita, seguindo o rumo da chapada, onde tinha uma cruz que servirá de extrema, buscando para as partes do norte as nascentes do dito riacho Inhuçu, descendo por ele abaixo pela parte de lá do riacho, fazendo limite donde principiou; cujas terras assim confrontadas e as ditas trinta cabeças de gado vacum dava, cedia e transpassava às Benditas Almas do Purgatório, advertindo porém não sejam em tempo algum vendidas as ditas terras com os seus gados situados nela, só sim o fruto e rendimento delas para se distribuir em missas, ou sufrágios que foram mais úteis às benditas almas, para cujo fim elegia para administradores, em primeiro lugar ao muito reverendo vigário desta freguesia Joaquim da Costa Mendonça e, por sua ausência ou morte, ficará em segundo lugar o Capitão-mor Bernardino Gomes Franco e, em terceiro lugar, o sargento-mor Antonio Matias Magalhães; e findos estes três administradores ficará no arbítrio dos Juizes das Capelas e Resíduos para determinar na mesma forma desta instituição."

Assinaram como testemunhas desta escritura pública de esmola e doação o Capitão José Ribeiro Fialho e Luis Gonçalves Lemos.-

Para servir de maiores informações sobre o doador, segue abaixo o termo de seu casamento religioso: "Aos onze dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta e cinco em o sitio Inhuçu da Serra dos Cocos, pelas quatro horas da tarde, corridos os banhos sem impedimento algum, na forma do Sagrado Concilio Tridentino se receberam do palavras de presente em presença de Rdo. Pedro da Costa de minha licença, Francisco Esteves e Luzia Ferreira, sendo presentes por testemunhas João. Machado, casado, e Miguel Gomes Ferreira, casado, do que fiz este assento em que me assigno. Antonio de Carvalho Albuquerque, cura do Acaracu." (Liv. Cas. 1741-69, fl. 96).

CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPELA

Após as missões de Frei Vital da Penha, o povo do Campo Grande conservou o desejo de demolir a pequena capela levantada em 1760 pelo Pe. Felipe Dias Santiago e, em seu lugar, construir uma outra, de pedra e cal, em maiores dimensões. A partir da criação da Vila Nova d'El-Rei pelo Alvará de 12 de maio de 1791, a idéia tomou corpo, principalmente depois da posse dos primeiros vereadores da Câmara Municipal que prometeram todo apoio ao empreendimento. Também o Pe. Antonio José Honorato Barros, que assumiu em 1795 a freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos a cuja jurisdição pertencia a capela de Nossa Senhora dos Prazeres, empreendeu campanha de arrecadação de fundos no afã de atender ao anseio popular.

A 6 de janeiro de 1799, dia da festa da padroeira, o Pe. Honorato benzeu a pedra fundamental do noco templo e imediatamente os trabalhos da construção tiveram início.

Sobre as primeiras providências tomadas neste sentido, trata o seguinte documento, datado de 23 de janeiro de 1799:

"Escritura de trato devido e obrigação que faz Felix Ribeiro Fialho ao Capitão-mor Bernardino Gomes Franco, como administrador da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres que se está edificando nesta Villa Nova d'El-Rei, tudo na forma abaixo declarada: Saibam quantos este publico instrumento de escritura de tanto devido e obrigação, ou como em direito para a sua validade melhor nome e lugar haja mais válido seja e diser-se possa, virem que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e nove annos, aos vinte três dias do mês de janeiro do dito anno, nesta Villa Nova d'El-Rei da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos da Comarca e Capitania do Ceará Grande, na casa de vivenda do Capitão-mor Bernardino Gomes Franco, onde eu escrivão adiante nomeado fui vindo a seu chamado, e sendo ahi apareceu Felix Ribeiro Fialho, pelo qual foi dito em minha presença e das testemunhas adiante nomeadas e no fim desta nota assinadas, que ele havia tratado e se

obrigado ao mesmo Capitão-mor Bernardino Gomes Franco a pôr a madeira e toda a pedra precisa que for necessária para a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres que se está edificando nesta mencionada villa, tudo ao pé da dita obra, tudo por preço e quantia de cento e vinte mil réis em dinheiro de contado, a saber, sessenta mil réis logo no primeiro dia que der princípio ao dito serviço, e os outros sessenta no fim dele, com a condição porém de que não pondo a dita pedra a tenpo ao pé da dita obra, e que por falta dela tenha demora a dita obra, pagar ele dito aos pedreiros o seu salário do dia ou dias que estiverem sem trabalhar por omissão dele dito; a saber, a pedra para a dita obra há de ser toda grande, e que no caso de não botasse a madeira e pedras na forma acima dita, se sujeitava a pagar de sua bolsa a quem a puzer pronta ao pé da mesma igreja, e para este fim obrigava a sua pessoa, em bens havidos e por haver; e logo pelo dito administrador aceitante Capitão-mor Bernardino Gomes Franco foi dito que ele aceitava a presente escritura, assim e da mesma forma que pelo outorgante lhe era feita, estipulava e se obrigava por sua pessoa e bens, a sustentar o que com o mesmo outorgante havia tratado, e um e outro uniformemente disseram que se obrigavam a terem e manterem a presente escritura de por firme e valiosa, de hoje até se finalizar a dita obra e trato, e de como assim disseram, estipularam e aceitaram, eu tabelião como pessoa pública, estipulante e aceitante que a estipulei e a aceitei em nome do ausente a quem a favor desta tocar possa, em fé e testemunho da verdade, assim outorgaram e pediram e que requiseram lhe fizesse este instrumento nesta nota que aceitaram e assinaram, tendo a tudo testemunhas presentes o muito reverendo vigário José Honorato de Barros, Manoel Esteves da Rocha, todos pessoas conhecidas de mim tabelião pelas próprias de que faço menção e dou minha fé, que todos os outorgantes assinaram depois de lhes ser lido o presente instrumento que o fiz por me ser distribuido pelo Juiz Ordinário como distribuidor do juízo, do que dou minha fé. Eu Antonio Carlos da Cunha, tabelião que o escreví. Felix Ribeiro Fialho, Bernardino Gomes Franco, Padre Antonio José Honorato Barros, Gonçalo Esteves da Rocha."

O documento acima transcrito, em ortografia atualizada para facilidade dos leitores, encontra-se guardado no Arquivo Público do Estado do Ceará, cujo original consta do Livro de Notas, n.º 7, do cartório do distrito de Vila Nova d'El-Rei, fls. 22v e 23.

A MATRIZ ATUAL

A atual Matriz da paróquia de Guaraciaba do Norte é a mesma construída sob a direção do Pe. Antônio José Honorato Barros, acrescida das reformas empreendidas pelos sucessivos vigários. Hoje, é um templo vasto, sólido e bem edificado.

Em 1884, Antônio Bezerra a visitou e assim a descreveu: "Fiz uma visita à igreja, templo vasto, pobre e despido de ornamentação, como são em geral

os do interior, e ao penetrar na capela-mor não pude deixar de admirar um grande quadro a óleo, representando S. Vicente Ferrer em todo o corpo, trabalho do inteligente cearense José de Lemos que, apesar de não ter tido escola, revela um talento superior para a pintura. Não me foi possível detidamente analisar esta tela, mas me agradou sobremodo a correção dos traços fisionômicos, a harmonia do colorido e principalmente o feixe de luz com que o artista aureolou a fronte pensativa do santo dominicano que, longe de ter aquela expressão de terror dos monges de Zurbaran, deixam transpirar do semblante a doçura melancólica de S. Bruno, como lhe imprimiu o pincel inspirado de La Sueur. O que atrai, o que prende a atenção, o que faz refletir diante daquele quadro singelo, que o tempo mais lhe tem realçado a beleza, adoçando a intensidade das cores, é o pequeno número de tons empregados e sobretudo o ar humilde, fervoroso e cheio de unção do ilustre pregador espanhol, cujo olhar embebido na amplidão do firmamento parece sondar os mistérios do desconhecido, que se dissipando como tênue nevoeiro, lhe desvenda os deslumbramentos do céu." (5)

A 9 de setembro de 1912, na ata da Visita Pastoral ali realizada por Dom Manuel da Silva Gomes, diz o bispo que a encontrou em obras, e por isso desorganizada, notadamente a falta de asseio nos altares laterais. No mesmo ano, ao assumir a paróquia, diz o Pe. Olegário Memória que encontrou a Matriz em estado péssimo, "a frente toda completamente aberta, as sacristias em ruínas e a capela-mor em triste e deplorável desprezo".

Em 1932, o pároco Pe. João de França Melo empreendeu sensível reforma, especialmente na parte interior. O grande benfeitor, porém, da atual Matriz tem sido o Mons. Antonino Soares que não tem medido esforços para melhorá-la continuadamente, tanto na parte física, quanto no tocante a alfaias, móveis e ornamentos. Em 1980, colocou o relógio na frente da Matriz.

O ORAGO

O orago da igreja de Guaraciaba do Norte é Nossa Senhora dos Prazeres, o mesmo desde a pequena capela primitiva.

Prazer, na teologia bíblica, é satisfação da alma, alegria espiritual. O fiel deve regozijar-se, por isso são freqüentes na Bíblia as exortações à alegria, cuja motivação está em Deus, especialmente em seus benefícios, em sua lei, em sua misericórdia e em suas promessas. O prazer espiritual chega à plenitude em Jesus Cristo que nos trouxe a esperança e nos ensinou as bem-aventuranças.

Os Atos dos Apóstolos nos dão o exemplo da alegria em que viviam os primeiros cristãos, no clima de amor fraterno e na união estreita com o Senhor Ressuscitado.

É esta também a fonte dos Prazeres de Maria, dos santos e de todo e qualquer cristão. Aquela que é cheia de graça (kekaritoméne) vive em plenitude, a gratuidade de Deus, pelo que não pode deixar de fruir permanentemente as delícias do amor divino e, como mãe, de transmiti-las a cada um de seus filhos.

Porque amada por Deus e cheia de amor por nós, a Mãe de Jesus é a Senhora dos Prazeres.

A reflexão teológica sobre os prazeres marianos remontam aos primeiros séculos do cristianismo e o culto popular, sob tal invocação, encontra-se desde o meado do século XI, pelo menos.

Há referências à devoção aos prazeres de Maria, em número de sete como antítese às sete dores, desde o início do século XIII. E consta que foi o monge beneditino Santo Arnolfo, falecido em 1228, que assim os enumerou: Conceição Imaculada, Anunciação do Anjo, Parto Virginal, Convivência com Cristo, Ressurreição de Jesus, Descida do Espírito Santo no Pentecostes e Assunção ao Céu. Aparece, entre os autores, certa variança sobre alguns desses sete prazeres.

Também no século XIII, começa a surgir na literatura popular espanhola, especialmente na catalã, a divulgação de composições poéticas com o nome de "goigs" (gozos), que são trovas ou coplas rimadas que louvam os prazeres de Maria, escritos por clérigos vagantes ou goliardos que, entre uma "endresa" e uma "tornada", cantavam "em som de missa" as alegrias litúrgicas do povo cristão.

A contemplação dos mistérios gozosos na recitação do rosário são também homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres.

Em Portugal, de onde nos chegou a devoção, remonta ao século XV, embora no século XVI tomasse maior desenvolvimento por causa de uma suposta aparição de uma imagem de Maria na Quinta dos Condes da Ilha, sobre a ribeira de Alcântara. (6)

No Brasil existem muitas igrejas dedicadas a essa invocação, sendo a mais conhecida a que foi erguida nos Guararapes, subúrbio do Recife, celebrando a proteção de Maria ao conceder aos brasileiros a vitória sobre os holandeses na batalha travada sobre aquele monte pernambucano. Após os regozijos do triunfo nacional, o general Francisco Barreto de Menezes, comandante das tropas vitoriosas, mandou construir a igreja à sua custa, em cumprimento de uma promessa feita no campo de batalha: erguer uma capela dedicada a Nossa Senhora dos Prazeres, entregando-a aos beneditinos que a transformaram em belíssimo templo barroco, no ano de 1782.

A iconografia representa a Virgem de pé, vestida em túnica de mangas largas e um manto que lhe envolve o corpo. Tem o Menino Jesus sentado em seu braço esquerdo, com os braços abertos e segurando com a mão direita um pequeno cetro. Os prazeres são representados por sete rosas, ou sete anjos, colocados aos pés da santa.

VILA NOVA DOS ENREDOS

Criada a Vila Nova d'El-Rei com sede no Campo Grande, o local passou a ser o centro de referência dos acontecimentos de toda a vasta região compreendida dentro de seu vasto território. Com isto deu-se um fato curioso: todo o novo município continuou a depender religiosamente da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, enquanto esta começou a depender civilmente da Câmara daquela nova vila. Tal fato provocou certa confusão entre os poderes civis e eclesiásticos, bem como na própria maneira de falar dos seus habitantes. Dizia-se, indiferentemente, Matriz de Vila Nova ou Matriz de São Gonçalo referindo-se à freguesia, como Vila Nova do Campo Grande ou Vila Nova da Serra dos Cocos referindo-se à sede do município. Acresce ainda, para aumentar a imprecisão, que quando a 26 de agosto de 1840 foi criado o município do Ipu, este tomou o nome de Vila Nova do Ipu Grande.

Ainda hoje os historiadores caem em erros de anacronismo quando tratam da criação dos municípios de Guaraciaba do Norte e Ipu, porque os confundem sob a denominação genérica de Vila Nova, ou quando tratam da criação das respectivas freguesias, incluindo posteriormente a de Ipueiras, porque as não distinguem da de São Gonçalo da Serra dos Cocos criada a 30 de agosto de 1757 e extinta somente a 27 de outubro de 1883.

O certo é que tudo o que acontecia na região era dito ter acontecido no termo da Vila Nova, sem a especificação localizada das ocorrências.

O fato é que o município de Vila Nova d'El-Rei antecedeu a todas as três acima referidas, por ter sido criada a 12 de maio de 1791, enquanto a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Guaraciaba do Norte (ex-Campo Grande) é posterior às outras supracitadas, pois somente foi criada a 25 de outubro de 1886.

Como se vê, Guaraciaba do Norte foi o centro administrativo e político de toda a região durante mais de meio século, mas sempre esteve religiosamente subordinada às demais freguesias circunvizinhas, até obter sua própria autonomia eclesiástica.

A liderança civil fez com que, no tempo do cangaço dos Melos, Mourões e Feitosas, a Vila adquirisse a fama de turbulenta e sediciosa. A difamação correu longe e prolongou-se por decênios. Assim é que Aires de Casal, na sua "Corografia Brasílica" escrita em 1817, tomo II, p. 175, e Millet du Saint-Adolphe, no seu "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Brasil", dizem que "eram tantas as intrigas nesse lugar que o povo passou a chamá-lo Vila Nova dos Enredos."

Realmente, tais "enredos" não foram poucos, e alguns verdadeiramente bárbaros. A população da região, porém, é bondosa e pacífica, mas a onda de sanguinolência do passado deixara tristes lembranças e marcaram profundamente a sua história.

Vejamos, a seguir, alguns desses "enredos".

O ASSASSÍNIO DO JUIZ

Da eleição da primeira Câmara Municipal de Vila Nova d'El-Rei saiu vencedor, para o cargo cumulativo de presidente e juiz ordinário, o Capitão Antônio Barbosa Ribeiro. Natural daquela localidade, era filho de Manuel Barbosa Ribeiro e Inácia de Almeida, proprietários de um fértil sítio à margem do rio Inhuçu.

O juiz ordinário era rival político do Coronel de Cavalaria Manuel Martins Chaves, homem influente e temido na redondeza.

Em dezembro de 1794, um cavalo pertencente ao juiz foi posto à prova, em desafiante corrida, ao lado de um outro animal pertencente ao coronel. Saindo vencedor o corcel de Barbosa, Martins Chaves não aceitou a derrota e propôs a compra do cavalo. Recusada a proposta, o Coronel de Cavalaria mandou matar o animal que foi barbaramente sacrificado por dois de seus sobrinhos. Daí nasceu séria desavença entre os dois potentados. O juiz ameaçou revide e tudo terminou em tragédia. Pelas nove horas da manhã do dia 3 de março de 1795, o juiz Antônio Barbosa Ribeiro era brutalmente assassinado pelos capangas de Manuel Martins Chaves. O crime abalou a província, então sob o governo de Luís da Mota Feo e Torres que mandou instaurar rigoroso inquérito.

Do que ficou apurado constou que foram mandantes o Capitão-mor Bernardino Gomes Franco e seu tio Manuel Martins Chaves. O juiz foi morto a tiros de espingarda e golpes de catanas e facas. Foram trinta os malfeitores que assaltaram a residência do juiz, mandatários do coronel, dentre os quais foram arrolados Felipe Néri, seus filhos Sebastião e Manuel e sobrinhos Vitor e Raimundo, os cabras Teodósio, João Pereira, Felipe Marçal e seu irmão Antônio Manuel, João Martins, João de Araújo, Bernardino, João Dias, Francisco Ribeiro, Luís Antônio, Domingos Ferreira, o crioulo Simeão e o preto Pedro de tal, todos pronunciados a 29 de julho de 1796.

Em ofício escrito em Aquirás e datado de 27 de setembro do dito ano, o Presidente da Província comunica ao Governador Geral de Pernambuco que "depois do crime a vila ficou deserta, porque a maior parte de seus habitantes a desampararam temerosos do que viram, e a pouca gente que ficou na vila e quase toda a do termo, que é muito grande, são os protegidos do Capitão Bernardino e do Coronel Martins Chaves, os quais se gabam de ter prontos trezentos cabras armados à primeira voz. Vivem estes dois homens nos confins desta comarca, na parte que termina com o Piauí, rodeados de infinitos parentes." (7)

Em face da grave situação, o Governador de Pernambuco pediu ajuda ao General do Maranhão no sentido de que expeça ordens e alguns homens do Piauí para prender os dois criminosos, pois as forças locais são insuficientes.

Acha que João Ferreira Chaves ou Antônio da Costa Leitão seriam capazes de ser nomeados para o posto de capitão-mor, apesar de parentes, para substituir o Capitão-mor Bernardino que deve ser exonerado da patente.

Mal sabia o General de Pernambuco que Antônio da Costa Leitão, irmão de Manuel Martins Chaves, tinha sido o verdadeiro mandante do crime, como depois foi apurado.

O CORPO DE DELITO

Juntamente com o Juiz Municipal Antônio Ribeiro Barbosa, foi morto também o seu serventuário João do Nascimento e saíram feridos Manuel Carlos de Melo e Antônio da Silva Bezerra. Vagando a presidência da Câmara, assumiu o segundo juiz ordinário, Bernardo Francisco de Oliveira, que logo tomou as devidas providências para que fosse feito o corpo de delito, em presença dos dois oficiais de justiça, José Paz Barreto e Manuel da Costa Oliveira. É o seguinte o texto do macabro documento:

"Os cadáveres se achavam deitados de costas, ambos em cima de um couro de vaca em cabelo. O do juiz ordinário Antônio Barbosa Ribeiro com uma camisa de pano de linho vestido e umas ceroulas do mesmo pano, sem mais outra vestimenta alguma, todo ensangüentado e nele vimos: uma facada na boca do estômago, com a largura de três polegadas, que penetrou-lhe o vão, que mostrava ser feita com faca grande a que chamam Parnaíba; uma estocada no peito direito, que também foi ao vão, de largura de uma polegada, que mostrava ser feita com catana; uma grande cutilada na nuca, do tamanho de um palmo, que lhe partiu o osso do pescoço que só ficou pregado à cabeça pelas gargantas; mais duas estocadas em cima do ombro direito, que também foram ao vão, com largura de uma polegada cada uma, que, aos nossos pareceres, mostravam ser de catana; mais uma cutilada de faca grande no lombo direito buscando ao vazio, tão penetrante que chegou ao vão e estava aparecendo o interior, o qual tinha o comprimento de cinco polegadas; tinha mais um tiro de arma de fogo em cima da junta do ombro esquerdo, com cinco buracos, a saber: quatro mostrando ser de bastardos e um de bala; os bastardos não saíram, ficaram dentro, e a bala atravessou pela pá da mesma parte, que todos de necessidade eram mortais.

No cadáver de João do Nascimento vimos as seguintes feridas: úm tiro de espingarda no rosto, da parte esquerda, com oito buracos de chumbo grosso e uma bala junto do ouvido, da mesma parte, que lhe veio a sair pela nuca; e uma cutilada, que mostrou ser de catana, pelas costas, acima das cadeiras um palmo, com o comprimento de oito polegadas, com couro e carne cortados, porém pouco penetrante. De cujas feridas faleceram logo, repentinamente, e sem os sacramentos.

Na vistoria da casa, onde residia o juiz, vimos: quatro portas escaladas de machado, a saber: a da rua com um rombo da parte das dobradiças, com a lar-

gura de um grande palmo e o comprimento de dois; a da parte inferior do quintal, toda escalada ao chão; a de um corredor da dita casa com uma lasca tirada de baixo até em cima da parte da fechadura; e a de uma camarinha com uma lasca tirada da largura de quatro dedos, pouco mais ou menc .

E tudo foi feito sem cirurgião, pelo não haver nesta dita Vila." (8)

Informa o texto acima transcrito que as vítimas faleceram sem sacramentos. Sobre este fato, consta que na ocasião estava presente na Vila o sacerdote português Pe. José Maria Martins, cooperador da freguesia, que tentou ir atender às vítimas, mas foi impedido pelos criminosos, de revólver em punho e com ameaça de morte imediata, de sair de casa e se aproximar do local. Sabe-se que este sacerdote faleceu com 37 anos, a 27 de setembro de 1799, em Sobral, em cuja matriz foi sepultado.

Consta também que o juiz, ferido e esvaindo-se em sangue, ainda teve forças de sair correndo para a rua e foi morrer aos pés do cruzeiro, que também ficou crivado de balas. O cruzeiro, de madeira de cedro, fora levantado, na frente da igreja, pelo Frei Vidal da Penha, no ano de 1786. Como agravante, diz-se que a vítima implorava que a deixasse se confessar e que para tanto chamasse urgente o sacerdote. Mas, a nada assentiram os matadores.

O Pe. José Maria Martins celebrou a missa de corpo presente e presidiu às solenes exéquias.

Sem justiça e com a falta de sacerdotes, o trabalho de educação e evangelização se tornava insuficiente para imprimir os sentimentos cristãos e as normas da moral no coração daquela gente rude e valente, que vivia praticamente afastada da civilização.

NASCIMENTO, PRISÃO E MORTE

Manuel Martins Chaves, coronel de cavalaria auxiliar do Campo Grande, nasceu e foi batizado na Fazenda Ipueiras, propriedade de seus pais, no mesmo dia em que foi inaugurada uma pequena capela dedicada a N. Sra. da Conceição, 4 de julho de 1745.

Ao ser nomeado coronel de cavalaria, Manuel foi residir no Campo Grande, onde se tornou pessoa influente e prepotente.

Depois do assassinato do juiz Antônio Barbosa Ribeiro, evadiu-se da Vila e ali só apareceu após alguns anos. Ao retornar, foi dado conhecimento ao Presidente do Ceará de então, João Carlos Augusto de Oeynhausen, que resolveu pessoalmente vir para efetuar sua prisão.

Em março de 1805, alegando a necessidade de passar revista nos regimentos da Capitania, o governador viajou para a Serra da Ibiapaba. Manuel Martins Chaves, querendo ser gentil e desconhecendo a trama, o acompanhou por algumas localidades. Em Ibiapina aconteceu que o Governador achou ter chegado o momento propício para a prisão do criminoso. Colocando uma coroa real sobre

uma mesa, perguntou o Governador ao Coronel: — De quem é esta coroa? Ao que ele respondeu: — É de Sua Majestade a Rainha, minha Soberana! O Governador então retrucou-lhe: — Pois em nome dela se considere preso! O Coronel a nada reagiu. Com ele foi também preso o seu sobrinho Francisco Xavier de Araújo Chaves, tido também como um dos mandatários mais cruéis no assassínio do juiz.

Os presos foram então levados a Sobral, sob a guarda do capitão de cavalaria Alexandre Nery Pereira, tio do célebre missionário Padre Ibiapina. De Sobral foram os presos transferidos para Fortaleza e de lá para a cadeia do Limoeiro em Lisboa. Ali, depois de muitos padecimentos, o coronel veio a falecer a 27 de maio de 1808.

Quanto ao Capitão Bernardino Gomes Franco, foi indultado, indo residir na Paraíba, onde faleceu em avançada idade. Ali esteve protegido por seu sobrinho Pe. João Gualberto Pessoa, natural de Sobral e que foi pároco de Pombal.

Manuel Martins Chaves era casado com sua sobrinha Ursula Gonçalves Vieira, filha de seu irmão João Ferreira Chaves e de Ana Gonçalves Vieira Mimosa.

O PAÍS DOS MOURÕES

O território da Vila Nova d'El-Rei, coincidente com o da freguesia da Matriz de São Gonçalo dos Cocos, estendia-se, ao norte, até o rio Inhuçu; a leste, até a barra do rio Macaco, onde dominava o comissário Sebastião Dias Madeira, e os sertões do Tamboril sob o comando do Cap. Luis Vieira de Sousa; ao sul, até os sertões de Crateús dos Mourões e Feitosas, passando pela Ipueira do Cap.-mor José de Araújo Chaves; e ao poente, pelo Piauí.

Este vasto território, durante mais de meio século, tornou-se palco de lutas e atos de vingança, entre clãs familiares. Da família de Manuel Martins Chaves, também tornaram-se célebres, pelas tropelias que cometiam, os seus cunhados Bernardino Gomes Franco e Silvestre Rodrigues Veras.

Alexandre Mourão e seu irmão Antônio, Vicente da Caminhadeira, José Barros deixaram nome na história do cangaço. Foram os formadores do País dos Mourões, onde o poder judiciário estava na vingança, o legislativo no direito da força e o executivo nas balas do bacamarte.

O País dos Mourões já foi cantado em prosa por Nertan Macedo e, em verso, pelo poeta Gerardo Mello Mourão. Para eles, envio a curiosidade dos leitores.

Não posso, porém, deixar de transcrever um pequeno trecho da epopéia um tanto helênica, de Mello Mourão:

"Naquele tempo
Manuel Martins Chaves, Coronel das Ordenanças
da Cavalaria do Rei
tataravô de meus tataravós
sobre a cordilheira da Ibiapaba
no pé da Serra dos Cocos
assentou sua casa
sobre a várzea dos carnaubais das Ipueiras
sobre as macambiras do Tamboril e dos Inhamuns
assentou sua casa
e no alto da serra
entre as palmeiras de São Gonçalo dos Mourões
nas lonjuras altas e azuis do Ipu e da Vila Nova em Campo Grande
assentou sua casa
no sertão do Crateús
assentou sua casa:
e as colunas de aroeira da alpendrada
riscam o retângulo: era fundado
o país dos Mourões
e o Coronel Manuel Martins Chaves
mantinha a tropa e era senhor do Ipuçaba
das ribeiras do Poti, do Acaraú, do Jatobá
mantinha a tropa e era senhor
até o Parnaíba
e além, muito além daquela serra que ainda azula
no horizonte
naquele tempo
levantavam a fronde
os coqueiros e os machos
no País dos Mourões." (9)

A história das façanhas da família Mourão, especificamente falando, começou a 24 de dezembro de 1829, quando, por ocasião dos preparativos da celebração da missa do Natal na Matriz de São Gonçalo, foi assassinado Manoel de Ferro Mourão, a mando de Vicente da Caminhadeira, e terminou a 25 de janeiro de 1846, quando foi assaltada a cadeia pública do Ipu, e a partir de então a família começou a ser perseguida e reprimida diretamente pelo Governo da Província. Foram dezesseis anos ininterruptos de sobressaltos e angústias para toda uma população.

Durante a hegemonia dessa família, o País dos Mourões teve como capital a Vila Nova dos Enredos e a vetusta Matriz da Serra dos Cocos, por causa

da conduta contrária às normas do Evangelho, foi impedida de ser o seu santuário nacional.

O CATÁLOGO DE ALENCAR

A Câmara Municipal de Vila Nova d'El-Rei nada podia fazer para conseguir a paz de seus habitantes. A 15 de janeiro de 1831, seu presidente José de Araújo Costa dirigiu um ofício ao Governo da Província, então entregue ao Marechal de Campo Manoel Joaquim Pereira da Silva, em que resume o estado de violência em que se encontra o País dos Mourões: "Esta Câmara já está cansada de ver os transtornos de seus munícipes causados pelo grande número dos facínoras, criminosos, ladrões e assassinos e pede providências de V. Exa., pois o Juiz de Paz local, Francisco Paulino Galvão, se diz impotente para resolver o grave problema."

O governador também sentindo-se incapaz, nada pôde fazer. Omissos também ficaram os seus dois sucessores José Mariano de Albuquerque Cavalcante, ocupado no combate à revolta de Pinto Madeira, e Inácio Correia de Vasconcelos.

A 6 de outubro de 1834, assumia o governo provincial o Pe. José Martiniano de Alencar que resolveu enfrentar os criminosos. São conhecidas as providências corajosas que tomou. Desejando o apoio do governo central, envia um ofício datado de 6 de junho de 1836 ao então Ministro da Justiça, Limpo de Abreu, pelo qual encaminhava uma relação detalhada de crimes praticados na região.

Assegurando a veracidade dos fatos, informa ao Ministro: "Eu posso afirmar a V. Exa. que a pessoa que compôs e remeteu-me este "catálogo" é digna de fé e bastante conhecedora daqueles lugares."

Eis o texto do "catálogo de Alencar", verdadeiro abecedário do crime:

"A — No lugar Goes, termo da Vila Nova, Antônio da Silva Mourão, Alexandre, Joaquim e José de Barros indo matar o velho Constantino e a família, ali moradores, como não os achassem mais por terem fugido, mataram a João de Freitas, da mesma família, que por doente não se evadiu, e o mandaram enterrar por Manoel Solidônio, recruta dessa Vila, em 1834.

B — No lugar Arara, termo da Vila Nova, Alexandre da Silva Mourão matou pessoalmente a Manoel Joaquim, no ano de 1833.

C — No lugar Curtume, termo da Vila Nova, José de Barros matou a um ourives por sobrenome Uchoa, no ano de 1833.

D — No lugar Manxeiro, termo da Vila Nova, Antônio, Joaquim, Alexandre e José de Barros mataram a Tomás, sequaz de Vicente Lopes, no ano de 1832.

E – Na Boa-Esperança, sítio do velho Mourão, termo da Vila Nova, Antonio, Joaquim e José de Barros mataram um moço dos Inhamuns, no ano de 1835.

F – No lugar Vila Nova, em caminho que vai para a Matriz, Antonio da Silva Mourão matou a José do Rego Carneiro, no ano de 1836.

G – No Serrote, entre Papu e Açude, termo da Vila Nova, Alexandre da Silva Mourão e seu sequaz Ciríaco mataram o pardo Francisco, no ano de 1831.

H – No lugar Potência, termo da Vila Nova, Alexandre Mourão e seu sequaz Manoel de Almeida, por alcunha Tetéu, mataram um romeiro, no ano de 1836.

I – Na Matriz de São Gonçalo, de Vila Nova, Antonio, Joaquim e Alexandre mataram o pardo Antonio Rodrigues, por alcunha Belchior, no ano de 1831.

J – No lugar Curralinho, termo da Vila Nova, Antonio, Alexandre, Joaquim e José mataram seu sequaz, por alcunha Vaca-Seca, em 1835.

K – No Crateús, termo da Vila Nova, Antonio, Joaquim, Alexandre e José mataram seu sequaz por alcunha Trinta-Léguas, em 1834.

L – Na Matriz de São Gonçalo, de Vila Nova, Antonio da Silva Mourão e seu primo João Ribeiro Melo mataram a Vicente Fernandes, em 1835.

M – No lugar Caminhadeira, termo da Vila Imperatriz, desta Província, Antonio Mourão, Alexandre Mourão e José de Barros mataram a Joaquim de Freitas, a Antonio e seu irmão Manoel Ferreira, da família do velho Constantino, que para ali tinham fugido quando os ditos Mourões o foram assassinar no Goes, onde moravam, e como os não encontraram os seguiram até o referido lugar, no ano de 1834." (10)

Após esta lista fúnebre e aterradora, o catálogo enumera outros crimes de morte perpetrados pelos Mourões na Província do Piauí, além de surras, atentados e roubos incontáveis de que foram vítimas seus inimigos.

O Presidente Alencar afirma que está tentando punir os criminosos, mas as grandes distâncias o impedem de agir efetivamente.

A própria Justiça local, cuja comarca estava sediada em Sobral, parecia conivente, pois o Juiz Bernardo Rabelo da Silva Pereira tornara-se amigo dos Mourões. A Igreja, por sua parte, representada pela figura isolada do vigário, por falta de meios, fazia vistas grossas e pecava por omissão, pois o pároco estava freqüentemente ausente.

Tudo isto acontecia durante o longo paroquiato do Pe. Manoel Pacheco Pimentel, então Deputado Geral e ocupado em suas atividades parlamentares na Corte. A 1 de agosto de 1836, na fala de abertura da segunda sessão ordinária da Assembléia Provincial, o Presidente Martiniano de Alencar, ao tratar da Segurança Pública, disse: "Contudo cabe-me a consolação de afirmarmos que os cri-

minosos, prostitutas e séquitos têm diminuído, e só no Termo de Vila Nova ainda existem, pois que embrenhados alguns dos criminosos vulgarmente chamados mourões, que chamais deixaram de andar armados e com seus séquitos, apesar de todas as diligências do Governo.

DESORDENS NA MATRIZ

A sede da Matriz de São Gonçalo foi também palco de muitas desordens:

– A 24 de dezembro de 1829, antes da missa do Natal, foi assassinado a tiros Manoel de Ferro Mourão, irmão de Alexandre Mourão, pelo conhecido valentão Vicente Lopes de Negreiros, vulgo Vicente da Caminhadeira, que fugiu homiziou-se em Vila Nova em casa do Tenente-coronel João da Costa Alecrim, sobrinho do vigário Pacheco Pimentel.

– A 21 de outubro de 1743, no átrio da Igreja, foram presos os portugueses João de Oliveira Garride e Estevão Gomes Madeira perseguidos por Antônio Gonçalves de Araújo, superintendente da exploração das minas do Araticum (Gruta de Ubajara). A prisão foi feita por ordem do Comissário Geral Domingos Alves Ribeiro, na conclusão de um processo criminal em que foram apuradas irregularidades praticadas na mineração.

– Em 1832, Alexandre Mourão surrou a José, filho da viúva Narcisa, moradora na Matriz.

– Em 1834, Alexandre Mourão e sua quadrilha surraram toda a família de José Gomes que constava da mãe, filhos e filhas ali residentes.

– Em 1844 é assassinado um outro filho da viúva Narcisa acusado de tentar matar o vigário Pe. Francisco Correia que teria desonrado uma sua irmã de nome Antônia. O crime foi imputado a Alexandre Mourão, desejoso de atrair as graças do padre.

– Antônio Mourão, seduzindo a uma mulher de nome Antônia, amásia de Leandro Rodrigues Bezerra, morador na Matriz, lhe roubou quatro contos de réis em ouro.

– A 25 de janeiro de 1846 é assaltada a cadeia pública do Ipu, sendo morto José de Barros Mourão. Foi a última e a maior façanha dos Mourões, diz Nertan Macedo. (11) Os capangas foram presos e se dispersaram.

Tudo isso se passava como se acontecido em Vila Nova, em cujo extenso território atuavam os facínoras. A má fama inquinou a memória do pacato povo que é mais vítima do que autor das inúmeras desordens. Mais uma vez pagou o justo pelo pecador.

SEVÍCIAS EM FREI AGOSTINHO

A 6 de janeiro de 1850, a Vila Nova foi abalada por atos sacrílegos cometidos na pessoa de um frade carmelita. Estas tristes ocorrências foram detalhada-

mente descritas por Aderson Ferro, em seu livro "O Dedo de Deus", p. 269. Apesar de alguns anacronismos, transcrevo, na íntegra, o teor deste deprimente relato: "Corriam bastante animados os festejos de Nossa Senhora dos Prazeres, na Vila de Campo Grande (Ceará). Grandes levas de fiéis, trajando mudas novas, enchiam o espaçoso adro da Igreja, deixando transluzir no semblante o mais recolhido fervor religioso.

Depois da missa da festa, celebrada a 6 de janeiro de 1859, as mais gradas pessoas da vila, fazendo-se acompanhar da música, saíram em passeata pelo povoado, soltando fogos e dando calorosos vivas à ínclita Mãe do Redentor.

O cortejo, sempre animado, seguia, em desalinho, o seu desfilar, aumentando a cada passo, e parando ora à porta de um, ora à porta de outro, onde, entre as mais vivas expansões de alegria, era aquela boa gente acolhida e obsequiada com alguns copos de cerveja, em honra à Festejanda.

Um duplo sentido incitava-os naquela inocente diversão domingueira: glorificar a Soberana do Mundo e espancar para bem longe o tédio e a monotonia de toda uma semana passada em meio de fatigantes labores.

Nesse intuito, houvessem ou não os passeantes se excedido, merecessem ou não algumas adjetivações de censura — não sei o intuito — o que é certo ao defrontarem a casa em que se achava hospedado o religioso, Frei Agostinho, da ordem de Santo Antônio do Maranhão, este, vindo à porta, verbera-lhes acrimoniosamente a conduta, dizendo parecer aquela passeata mais uma orgia do que um meio digno de festejar a Santa...

A este inopinado aparte, sucede indescritível confusão. O cortejo foi imediatamente dissolvido e uma agitadíssima discussão teve então lugar, entre os passeantes e o frade, da qual resultou passarem aqueles aos doestos e às ameaças.

Naquele tempo, um inspetor de quarteirão valia tanto quanto um chefe político, hoje, pelo centro. Não só consubstanciava na sua autoridade todos os poderes da terra, como podia matar, surrar, prender, pôr no tronco, e fazer, enfim, tudo quanto lhe viesse às ventas, sem ter a quem prestar contas de seus atos.

Quando dava um esturro, até os santos tremiam. Era um poder absoluto, discricionário, arbitrário, sem peias nem restrições, a obrar por si mesmo, como soe ser o daqueles régulos a que já me referi, os quais alertados como são sempre, pelas auras oficiais, constituem para a humanidade flagelo muito maior que o da própria peste.

Da passeata, composta, como ficou dito, dos melhores homens da terra, fazia também parte o inspetor de quarteirão, que, não habituado a ver homem bufar na sua presença, propôs aos companheiros a prisão do frade, o que sendo aplaudido por todos, deu a este aquela voz, no que foi desobedecido pelo frade, que, batendo-lhe com a porta à cara, refugia-se para o interior da casa.

Além do inspetor, havia na vila um subdelegado de polícia, a quem, em certos e determinados casos, era por aquele algumas vezes consultado. Diante da

formal desobediência do frade e querendo o inspetor fazer a cousa bem feita, por se tratar de pessoa de certa consideração, foi ter com aquela autoridade, e, referindo tudo a seu bel prazer, exige uma ordem assinada para a captura dos criminosos e desagrados das ofensas feita à lei na sua pessoa, no que foi prontamente atendido.

Na posse da ordem, fez-se acompanhar do oficial de justiça e de dois homens do povo, que notificou, e, seguido sempre dos companheiros, dirigiu-se à residência do indigitado culpado. Ali chegando, ordenou a leitura do mandado de prisão, o que foi feito, intimou o frade a entregar-se e a acompanhá-lo até à cadeia.

Este, porém, protestando com toda a energia de sua alma contra a violência do ato, declara que só arrastado dali sairia, ao que meteram mãos à porta e atiraram-se todos contra a pobre e indefesa vítima, que depois de muito esbofeteada e arrastada para a rua e entregue aos dois homens para conduzi-lo à prisão.

Na rua recomeça o rolo, por se obstinar o preso em querer seguir por seus próprios pés, pelo que é levado aos empuchões pelos cabras, umas vezes arrastado pelos braços, outras pelas pernas, sendo que devido à intervenção de alguns populares e do subdelegado, que acudiu ao clamor não mais o esmurraram.

Chegado que foi à cadeia, prenderam-no pelos dois pés no tronco e entregaram-no à vigilância do comandante do destacamento, o sargento Alberto, do Exército, que, a partir de então constituiu-se acérrimo defensor do prisioneiro, cujo estado era lastimável, tendo a roupa em tiras e o corpo enodoado de equimoses.

A estas torturas, entretanto, não se limitaram os sofrimentos de infeliz congregado do Maranhão. Seus algozes prolongaram-nas por todo esse dia e pelo subseqüente, da forma que se vai ver.

Voltando à cadeia, momentos depois, o capitão Manoel Eustórgio, eis que chega o terrível inspetor, tenente João Pinto Suaçuna e passa a reforçar a ordem de vigilância que havia dado ao comandante da guarda, a quem, confiando as chaves do tronco, declara responsabilizar com as penas da lei, pela fuga do prisioneiro.

Ao vê-lo Frei Agostinho, sua indignação subiu de ponto a não se poder conter; e partindo contra seu principal verdugo verbera-lhe com energia a violência de que estava sendo vítima, resultando daí uma forte altercação, entre ambos e em descarregar-lhe o inspetor uma formidável bengalada, que muito a tempo, é desviada pelo corajoso sargento, que, se atracando com a déspota autoridade, a conduz para fora da prisão.

Algumas horas apenas eram passadas, quando à cadeia chega o farmacêutico Antônio José de Lima, que a título de pôr os seus serviços à disposição do desventurado cenobita, entra com este em estudadas explicações, não o perden-

do, porém, de vista o sargento protetor, graças à cuja dedicação pôde, talvez, aquele sacerdote escapar com vida à sanha de seus perseguidores.

Suas previsões não eram infundadas. Assim é que aparentando, ao chegar, uma piedade bem longe de sentir pelo prisioneiro, não tardou que o farmacêutico Lima, num momento de súbita exaltação, descarregasse sobre este uma grande bofetada, que, pelo heróico militar, é ainda felizmente amparada, não podendo, porém, evitar um ponta-pé que, caindo em cheio sobre o rosto da vítima, ocasiona-lhe profunda escoriação do lado direito.

Diante do sangue que passou a verter da ferida, o soldado, perdendo as estribeiras, liga-se com o agressor e o leva de rastos até fora da prisão, protestando não dar mais ingresso a nenhum visitante, o que cumpriu, negando a quantos da comitiva lá foram nessa tarde pedir-lho.

Todo esbordoado, deitado de costas sobre as lajes do cárcere, tendo os pés suspensos no tronco e expostos ao frio da serra, completamente despido, por lhe haverem, ao chegar, despojado das roupas — eis como passou a noite desse dia este infortunado mártir.

Entretanto, provações muito maiores aguardavam-no ainda. Assim é que, ao amanhecer, enquanto o seu guarda e protetor foi tomar alguma refeição, entra-lhe de prisão a dentro o Cap. Gonçalo de Andrade, que, servindo-se das palavras sacramentais usadas no batismo, urina-lhe na coroa e faz sobre esta uma papa de areia, afronta e profanação estas que a desgraçada vítima não pôde resistir sem verter uma lágrima. Sua dor moral excedeu, nesse instante, a de todos os sofrimentos físicos até ali recebidos.

Ao deixá-lo o Cap. Gonçalo, chega a beata Maria Cambute, que foi ama de leite do Senador Pompeu e que a mandado de uma pessoa caridosa, fora levar-lhe um lençol e uma esteira, nos quais envolveu-se o frade e deitou-se.

Sentindo-se fraco, pede à beata uma tijela de caldo e esta, indo à casa, traz-lho momentos depois. Ao entrar, porém, na prisão, dá de cara com Joaquim Músico, caixeiro do farmacêutico Lima, que vendo-a com o caldo, arrebata-lho da mão e entorna-o dizendo: "Comida para este patife tenho aqui". E, indo à rua, apanha um pouco de esterco de cavalo e mete na boca do frade, ajuntando: "Aqui está a tua comida".

Frei Agostinho profundamente ressentido, intimamente levanta os olhos para os céus e exclama: "Permita Deus que acabes os teus dias comendo deste manjar..."

Maria Cambute levando o ocorrido ao conhecimento da pessoa que havia mandado o caldo, esta, que tinha alguma influência entre os grandes da terra, com tal diplomacia se houve que conseguiu a soltura do desventurado frade, algumas horas depois; pois estava assentado que a sua tortura se prolongaria por mais tempo.

Uma vez em liberdade e recolhido à casa em que se havia aboletado, negou-se Frei Agostinho receber a quantos lhe foram visitar, inclusive o seu

libertador, sendo que deste apenas aceitou uma rede, na qual passou o resto do dia e da noite, partindo na manhã seguinte para o Ipu, que fica a quatro léguas de distância. Desta cidade, a cujas autoridades estão sujeitas as de Campo Grande, partiu, quatro dias depois, o delegado de polícia, Victorino Rodrigues Leite, acompanhado do respectivo escrivão, com o fim de fazer ali as sindicâncias do costume, tendo afinal ficado em nada, não só por se tratar de pessoas elevadas, como também por se haver Frei Agostinho recusado o copo de leite.

Pelo vigário do Ipu, entretanto, Padre Francisco Correia, foram excomungados os principais autores deste vandalismo: o inspetor João Pinto Suaçuna, capitão Gonçalo de Andrade, farmacêutico Antônio José de Lima e Joaquim Músico, caixeiro deste. Após a publicação da excomunhão, os amaldiçoados partiram para Recife (à cuja Diocese pertencia então o Ceará), no intuito de obterem do Bispo D. João Marques Perdigão, uma provisão para o levantamento daquela, o que conseguiram mediante o cumprimento das penas disciplinares da Igreja, sendo desse ato encarregado o Padre Costa Barros, vigário de Sobral.

Ao que consta, toda esta gente submeteu-se ao cerimonial exigido, porém, mais por deferência à sociedade que a evitava e repelia, do que pelo sentimento de obediência e humildade para com Deus e sua Igreja, acrescentando que a maior parte das penitências prescritas, no ato do levantamento das censuras, não foram devidamente cumpridas. Feita a narração deste inaudito atentado, convido o leitor a ver no capítulo que se segue o modo como acabaram-se estes homens, em bem dos quais, servindo-me das próprias palavras do Salvador, ao Eterno dirijo a seguinte súplica: perdoa-lhes, Pai, que eles não souberam o que fizeram..." (12)

No relato de Aderson Ferro, além do estilo rebuscado, há manifestos anacronismos que logo saltam à vista e necessitam de retificações. O triste acontecimento não ocorreu em 1859, mas em 1850, até porque foi neste ano que o 6 de janeiro caiu em dia de domingo. E Frei Agostinho não era franciscano, mas carmelita ligado ao Carmelo do Maranhão. Como prova da veracidade destas correções, basta uma simples leitura de um ofício que a 3 de março de 1850 o Vigário Geral da Diocese do Maranhão dirigiu ao Dr. Fausto Augusto de Aguiar, que governou o Ceará de 13 de maio de 1848 a 15 de novembro de 1850, no qual aquele dignitário eclesiástico solicita do Presidente cearense urgente providência no sentido de fazer embarcar para São Luiz o frade carmelita Frei Agostinho "que está em Campo Grande, tendo sofrido em seu corpo mãos violentas".

Também não foi o Pe. José da Costa Barros quem absolveu os facínoras sacrílegos da excomunhão, mas sim o Pe. Francisco Jorge de Sousa. O primeiro, falecido em novembro de 1845, foi vigário de Sobral de 10 de julho de 1842 a 28 de julho de 1845, e o segundo, de 21 de março de 1847 a 13 de novembro de 1866.

Após descrever as sevícias infringidas a Frei Agostinho, o autor Aderson Ferro relata como os autores foram exemplarmente castigados pela Justiça Divina: "Frei Agostinho era um ministro de Cristo, representante da sua religião, e, portanto, estava no seu papel tornar público o feito que lhe causara aquela passeata, a horas impróprias do dia, um tanto desordenada e em que Excelça Rainha dos Céus era saudada com libações alcoólicas, à moda das festas e banquetes profanos.

Os excessos de que, nesse caráter, foi vítima, não se justificam por uma exaltação do momento, motivada, fosse por que causa fosse, pois que, se assim fora, as mesmas cenas de atrocidade e barbarismo não se teriam reproduzido na manhã do dia imediato. De que o plano combinado era retê-lo no tronco por muitos dias, nu, exposto ao escárneo, ao frio, privado de alimento, etc. — dizem todos os contemporâneos. Não fora a intercessão desta alma caridosa, que veio em seu auxílio, e ele por certo, como nos tempos da Roma antiga e da moderna China, teria bem caro de pagar a sua temeridade, de fazer aquela advertência.

O capitão Pedro José Ribeiro, que conhecia pessoalmente e com quem muito relacionei-me naquela vila, era um serrano pouco instruído, porém de maneiras fidalgas, atencioso, afável e por todos muito considerado, dispondo de regular fortuna. Como subdelegado, que então era, foi ele quem assinou o mandado de prisão contra Frei Agostinho, a pedido do inspetor, que o denunciara por desordeiro, sendo que foi essa a última vez que de sua mão direita se servia para escrever. Com ela abotoava a camisa, dava traço à gravata, afivelava as esporas, chicoteava o cavalo, etc., porém, faltava-lhe o tato para empunhar a pena, o que o constrangia a fazê-lo somente com a mão esquerda.

O braço, como se vê, não ficou de todo paralítico, nem definhou de sua carnação; tornou-se, sim, um tanto pesado e alguma cousa entorpecidos os músculos e os dedos. Nesse estado viveu até 1877 ou 1880, quando faleceu, e, devido, sem dúvida, à parte que ao depois tomou na defesa do frade, a isso tão somente se limitou a sua punição.

Antônio dos Santos, o oficial de justiça que leu o mandado e auxiliou na prisão, pouco tempo depois ficou com ambas as mãos aleijadas e cego, vindo acabar os seus dias atormentado pelo remorso e pelas provações da miséria, na impossbilidade em que se via de poder trabalhar. Os dois guardas notificados pelo inspetor, e que de ordem deste e de seus companheiros, ajudaram a despir e surrar o frade, arrastando-o depois até a cadeia, acabaram-se da seguinte forma; primeiro, o que se chamava Gonçalo Calabaça, indo ao terceiro dia ao roçado cortar cana, entraram-lhe no braço alguns picos da folha desta planta, picos que ele pretendia tirar raspando com a faca. Ao voltar à casa levava o braço bastante vermelho e inflamado, o que sempre a mais, deu lugar a que se manifestasse o tétano, vindo a falecer no quarto dia, horrivelmente disforme.

O segundo, cujo nome era Antônio da Cunha, tão impressionado ficou com o que sucedera ao companheiros, que lançou-se aos matos e por lá morreu, sendo encontrado, dias depois, em adiantado estado de putrefação, comido pelos cães e urubus.

O capitão Manoel Eustórgio de Brito, que fizera do tronco um púlpito e pregara como o frade, dois anos mais ou menos depois perdeu a fala, em conseqüência de uma congestão, que lhe deformou todo o corpo, sobretudo a boca, cujos músculos, instante a instante, tomavam gestos e contrações horríveis. A língua, que se diria deslocada, ao menor movimento de querer abrir a boca, dava pulos medonhos, como que procurando saltar para fora das arcadas labiais. Sua mania era percorrer as ruas da vila, apoiado nos filhos e genros, desejosos de assim ser visto por todos. Quatro meses depois, sucumbiu a um segundo acesso. Corre como certo que, no dia em que morreu, restabelecendo-se-lhe a fala, sendo que desta particularidade foram testemunhas o coronel Francisco Pedro Sampaio atual lente catedrático de Manaus e o capitão Marcolino de Brito, já falecido. (13)

O tenente João Pinto Suaçuna, inspetor de quarteirão e principal responsável por todos aqueles desmandos, e que, quando o frade no tronco, descarregou-lhe uma bengalada, sendo excomungado, seguiu para o Recife, onde logrou obter do Bispo, D. João Marques Perdigão, uma provisão para o vigário de Sobral levantar-lhe, uma vez submetendo-se às penas disciplinares da Igreja, segundo já disse em outra parte desta narração. Regressando arrependido, ou não do que fizera, submeteu-se aos cerimoniais adotados, vivendo sempre na adversidade e vindo a falecer em 1880 na vila da Ibiapina, de uma hidropisia, agravada por outros sofrimentos, que o fazia transudar pus por todos os poros do corpo.

O capitão Cândido José de Carvalho, membro de uma das mais conceituadas famílias de Campo Grande, por todos ali muito querido e respeitado, em razão da circunspecção de seu caráter e de suas maneiras distintas, fazia também parte da passeata, e conquanto nenhuma parte houvesse tomado nas ofensas físicas feitas ao frade, quando no tronco, nem por isso deixara de ser menos culpado perante Deus, a julgar pelo que posteriormente a essa lamentável ocorrência lhe sobreveio. E assim que perdendo a razão algum tempo depois passou a viver quase que diariamente a cavalo, escoltado sempre por pessoas de sua ilustre família, que, não podendo, afinal nisto por mais tempo continuar, viu-se na dura contingência de tê-lo prisioneiro em um quarto, onde dois anos mais ou menos depois, faleceu, clamando pungentemente por socorro. Dir-se-ia que sofria dores atrozes, tais os seus gemidos e a sua inquietação de agonias.

O farmacêutico Antônio José de Lima, que dera uma bofetada e ferira o frade na fronte com o pé, do lado direito, sendo um dos excomungados do Recife, e, como os outros, de lá trouxera uma provisão de alevantamento para o vigário de Sobral. No dia aprazado para esta cerimônia, que era um domingo, a matriz enchia-se de fiéis. A notícia de que os bandidos da Igreja seriam neste dia readmitidos ao seu grêmio, havia se alastrado por toda a cidade e para ali o povo

afluíra em massa. O caso era novo e a posição social dos excomungados, ao passo que davam largas aos comentários, por sua vez muito concorriam para grande ajuntamento. Falta-me competência para dizer e soe ser uma solenidade desta, contra cujo processado, aliás, revoltara-se o farmacêutico Lima, por julgá-lo em extremo humilhante para a sua dignidade e a sua honra, pelo que, arrostando embora com a reprovação de todos, destacou-se, no ato, dos companheiros. A partir de então, ninguém houve que não desprezasse, até mesmo a própria família, pelo que se viu forçado a render-se mais tarde sem deixar, contudo, de manifestar o seu profundo constrangimento por estas provas de submissão. A sociedade, porém, que julga pelas exterioridades e que se ilude como a criança, acolheu o ato com aplausos e restituiu ao convertido a mesma estima de outrora; mas, Deus que lê os corações e que julga de modo diferente, manteve de pé a interdição imposta pelo vigário do Ipu; e senão vejamos como se exprime uma testemunha coeva altamente respeitável, ali residente. Voltando Lima para o Campo Grande, ali ainda permaneceu alguns anos, quando, muito empobrecido, seguiu para o Pará, onde se fez dentista e por onde errou cerca de vinte anos, sempre na adversidade. Regressando ao Ceará em 1884, foi forçado a receber o óbolo da caridade que, em Sobral, dava-lhe um honrado parente, por ter ali chegado arrastando a perna direita (a mesma que deu no frade) e com o braço (o que deu a bofetada) do mesmo lado completamente paralítico, o que o impedia do exercício da arte dentária, profissão que trocara pela de farmacêutico. Caindo repetidas vezes, ferira a fronte no mesmo lugar em que, com o pé, ferira o infeliz frade. Não podendo mais ter-se de pé, passou a viver de chambre, deitado numa espreguiçadeira de pano, onde satisfazia todas as necessidades da natureza, tendo sempre os olhos cerrados e o corpo em completa imobilidade. Nesse estado lamentável finou-se ele em 1896.

O capitão Gonçalo de Andrade, que, servindo-se das palavras sacramentais, usadas no batismo, profanara a coroa do frade, urinando e fazendo sobre esta uma papa de areia, — pouco tempo depois era um homem verdadeiramente inutilizado. A adversidade e as enfermidades não mais o deixaram, nada lhe tendo servido o levantamento da excomunhão, por não ter cumprido as penitências a que se obrigou. Levava a vida continuamente de cama: ora impedido da dupla função do ventre, ora dominado pela mania de que se achava enfeitiçado, pelo que os curadores deste sortilégio lhe não deixavam o beiral da casa. Com o aparecimento da diabetes, mal de urinas, deu-se a atrofia do membro viril, ficando este completamente ressequido. E assim, sempre em lutas com as provações da sorte, e a extravasar pus por muitas aberturas do corpo, viveu ele até 1863, quando evolou-se-lhe a alma às infinitas regiões.

Joaquim Músico, ou Beiju, como o conheciam, era um moço filho de Pernambuco e empregado do farmacêutico Lima, o qual, não satisfeito em se haver oposto a que a beata Cambute desse uma tigela de caldo a Frei Agostinho, levou sua perversidade ao ponto de meter na boca deste um pouco de esterco

de cavalo, dizendo-lhe que o comesse, por ser esse o único alimento que lhe tinha a dar. Como todos os outros, também não cumpriu este moço as penitências que, pelo vigário Costa Barros, lhe foram prescritas no ato do levantamento da excomunhão. Adoecendo logo em seguida, passou longos meses de cama, gritando dia e noite com dores atrozes por todo o corpo. Ao cessarem estas, estava louco e completamente entrevado, passando a andar firmando-se nas mãos e trazendo o corpo de rastos. Nesse estado viveu cerca de três anos, vindo a falecer no Ipu, contaminado de piolhos e de bichos-de-pé, e o que é mais — sempre que encontrava esterco de cavalo, levava-o à boca e comia-o mesmo.

Concluindo, devo declarar ao leitor que, da verdade deste fato, com todas as suas circunstâncias e conseqüências aqui mencionadas — apelo para toda a Ibiapaba, toda a Ipu, Sobral etc.: e para não deixar de individualizar alguns nomes, citarei os testemunhos do ilustrado Snr. Antônio Bezerra de Menezes, que o ouviu, como eu, de todos os velhos daquelas paragens, quando, da Fortaleza, por lá viajou; do honrado Snr. Coronel João de Mendonça Furtado, atualmente estabelecido no Ipu, mas que a esse tempo habitava em Campo Grande; do notabilíssimo jurisconsulto brasileiro, Luiz de Miranda, residente em Fortaleza, um dos que assistiram à cerimônia do levantamento da excomunhão do farmacêutico Lima, em Sobral; do digno Snr. José de Mendonça Furtado, hoje comerciante em Fortaleza, e que outrora residiu em Campo Grande; do hábil maestro, Snr. Zacarias Gondim, atualmente em Fortaleza, e quando residente em Sobral, a todo aquele tempo ouviu referir os fatos; do considerado Snr. Coronel Francisco Pedro de Sampaio, sobralense, hoje lente catedrático do Amazonas etc.

(Faz-se ainda mister acrescentar que a Vila de Campo Grande era uma das de mais pujança do Ceará, já pelo seu comércio e riqueza, já pela sua população que era também crescida; entretanto, a partir de então, entrou num período tal de decadência, que muitos de seus filhos se viram obrigados a abandoná-la. Comércio, riqueza, animação, tudo, tudo desapareceu. E assim devia ser. Se de Jerusalém não ficou pedra sobre pedra pelo martírio e morte de Jesus, era justo que até Campo Grande, isto é, aos seus faustos também se estendesse o castigo do Senhor, em desagravo da bárbara hospitalidade que ali tivera um seu ministro.

"Eu estarei convosco todos os dias até o fim do mundo" — disse o Salvador aos seus Apóstolos, ao encarregá-los do apascentamento de seu rebanho. E a nós que somos as ovelhas, disse-nos: "Não tocai em meus ministros". Cumpriu-se o divino intento".)

É este o relato macabro de Aderson Ferro, aqui transcrito por mostrar a quantos duvidam a fama de Vila Nova dos Barretos.

VIOLAÇÃO DA MATRIZ

No paroquiato do Pe. Nelson Nogueira Mota houve uma imprevista violação da Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, como ele próprio descreveu no Livro do Tombo:

"No dia 21 de fevereiro de 1927, esta pequena vila de Campo Grande despertou debaixo de grande alvoroço. Era a política mesquinha e estreita dos Partidos (Democrata e Conservador) que se acham no direito de perturbar o sossego público.

O mercado amanheceu com as portas trancadas. Ninguém ia lá. Pelas ruas transitavam pessoas armadas, de ambas as partes. Os insultos se sucediam de ambos os partidos. Eram tiros, palavras, gritos e desafios. Faziam-se trincheiras por toda parte. No quadro do mercado dominavam os que pertenciam à facção democrata; no quadro da Matriz, os que pertenciam à facção conservadora. Apesar, porém, das ameaças, se excetuarmos uma pequena descarga que houve ao meio-dia, nada houve. Até a mesma noite correu calma.

A aflição foi grande das famílias. Sentindo-se sem garantias, começaram logo a se retirar para os sítios vizinhos, na maior perturbação, desde o dia 21. No dia seguinte, continua o mesmo estado de coisas.

Apesar disto fui obrigado a ir fazer uma confissão no Carnaubal, distante desta freguesia cerca de seis léguas, chegando de volta à noite do mesmo dia 22.

À tardinha já tinha chegado à Vila um oficial do Governo para acalmar as cousas, e voltou o lugar à normalidade. Foi então, depois de minha chegada, que soube pelo sacristão da violação da igreja matriz. Disse-me ele que pela manhã havia encontrado aberta a porta da capela-mor, do lado do poente, e fechando-a, à tarde encontrou-a outra vez aberta, dando que supor que se tinha faltado ao respeito à Igreja. Indo eu fazer pesquisa, encontrei vestígios de gente que esteve lá. Fiquei indignado.

Como estavam dominando a Praça da Matriz os chefes dos Conservadores só a eles atribui tão horrível atentado à Casa de Deus.

Fiz vir à minha presença os chefes dos Conservadores. Reprovei, indignado, esta irreverência do seu pessoal e comuniquei tudo ao Exmo. Sr. Bispo de Sobral. S. Exa. ficou indignado também e mandou que eu fizesse ao Prefeito da localidade o seu veemente protesto em comissão oficial e expressa, e depois exprobasse do alto do púlpito este procedimento estranho e ímpio de gente que se diz católica, e, por fim, registrasse."

CRIAÇÃO DA PARÓQUIA

Quando a região do Campo Grande começou a ser habitada pertencia canonicamente, como aliás toda a Capitania, à freguesia do Ceará Grande com sede no Forte de Nossa Senhora da Assunção, sob a jurisdição do Bispado de Pernambuco.

Essa freguesia já existia desde 1671, conforme comprovam os documentos colhidos pelo historiador João Perdigão de Oliveira e publicados na Revista do Instituto do Ceará, tomo 2, p. 223. O vigário do Ceará, porém, nem por si nem por algum representante, não fez qualquer visita à região. É o que se pode concluir do completo silêncio da documentação disponível da época.

A partir de 1712, com a criação do curato do rio Acaraú, todo o território do norte da capitania ficou entregue aos cuidados pastorais dos curas itinerantes que davam assistência, em constantes viagens, aos habitantes desta região. No entanto, o primeiro cura a se fazer pessoalmente presente nesta parte da serra foi o Pe. João Ribeiro da Costa, em fevereiro de 1728. A partir desta data, a documentação existente nos arquivos eclesiásticos atesta a sucessiva e freqüente presença dos Curas do Acaraú na região do Campo Grande.

A 30 de agosto de 1757 é criada a freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, a cujo território passaram a pertencer o Campo Grande e o Ipu.

Com a bênção e inauguração da primeira capela de N. Sra. dos Prazeres a 6 de janeiro de 1761, os vigários da matriz de São Gonçalo amiudaram a assistência religiosa ao Campo Grande, sendo que alguns deles chegaram a fixar residência ali. A capela permaneceu sob a jurisdição dessa freguesia até 27 de outubro de 1883, dia da promulgação do decreto que a extinguiu e criou, do seu território, as de São Sebastião do Ipu e de N. Sra. da Conceição de Ipueiras.

ANTECEDENTES

Em 1843, a primitiva igreja matriz de São Gonçalo, que estava ameaçada de ruir, foi demolida. O vigário colado recém-nomeado, Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva. resolveu, então, pedir licença para trasladar as imagens e alfaias para a capela de São Sebastião do Ipu, enquanto não se construísse o novo templo. O padre, no entanto, permaneceu sempre no Ipu, até a sua morte ocorrida a 13 de junho de 1881, apesar de ter ele mesmo concluído a reconstrução da matriz de São Gonçalo. Com isto ocorreu um fato interessante e inédito. O Pe. Correia viveu durante 40 anos no Ipu, mas nunca foi pároco de lá, pois, na realidade, era oficialmente pároco da freguesia de São Gonçalo. Foi ele, portanto, um vigário colado que nunca residiu na sede de sua própria freguesia, mas em uma de suas capelas, a de São Sebastião do Ipu. Como se sabe, esta só foi elevada a matriz mais de dois anos após a morte do Pe. Francisco Correia. Como ele, muitas vezes, era conhecido popularmente como vigário do Ipu, sem na realidade o ter sido, causou e continua a causar confusão aos historiadores desatentos à voz dos documentos, quando tratam sobre a história da simpática cidade do Ipu.

O seu sucessor, Pe. João José de Castro, foi nomeado ainda como vigário encomendado de São Gonçalo da Serra dos Cocos e, como o antecessor, continuou a residir também no Ipu.

A 5 de agosto de 1883 assinou ele o termo de abertura de um livro de batizados, em que diz textualmente: "Este livro há de servir para n'elle serem lançados os assentos de baptizados feitos nesta freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos. Vai por mim numerado e rubricado com a rubrica — Castro — de que uso, levando no fim o termo de encerramento. Ipu, 5 de agosto de 1883. Padre João José de Castro, parocho encomendado".

Ao percorrer as páginas deste livro, que se encontra no arquivo da Secretaria do Bispado de Sobral, constata-se que até 3 de julho de 1884 o templo do Ipu é chamado de "Capela de São Sebastião" e, a partir de 7 de julho, começa a ser denominado de "Matriz de São Sebastião". Tal fato vem provar que a inauguração da instalação canônica da paróquia de São Sebastião do Ipu, e posse oficial de seu primeiro pároco, se deu no dia 6 de julho, que é o domingo entre as duas datas acima referidas.

Para que sejam dissipadas todas as dúvidas, transcrevo abaixo os dois termos de batismo que vêm seguidos, onde se vê que o primeiro fala de "capela" e o segundo, da "matriz" de São Sebastião:

"Theodorico, filho natural de Francisca Maria da Conceição, nasceo a um de julho de mil oitocentos e oitenta e quatro e foi baptizado solenemente pelo reverendo João Dantas Ferreira Lima, na Capella de São Sebastião, a trez do mesmo mês e ano. Padrinhos Antonio Bezerra de Menezes e Maria Ferreira de Sousa. E para constar fiz este termo. O vigário Pe. João José de Castro" (Liv. Bat. São Gonçalo e Ipu, 1886, fl. 143).

"João, filho legítimo de Joaquim Luis do Carmo e Theresa Maria de Jesus, nasceo a vinte e dois de dezembro de mil oitocentos e oitenta e trez, foi baptizado solenemente por mim Parocho na matriz de São Sebastião a sete de julho de mil oitocentos e oitenta e quatro. Padrinhos Damásio Ferreira de Oliveira e Manoela Ferreira de Oliveira. E para constar fiz este termo. O vigário João José de Castro". (Ibidem).

O Pe. João José de Castro foi, portanto, o último vigário da freguesia da matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos e o primeiro, da freguesia de São Sebastião do Ipu. No exercício das duas funções, sempre teve residência nesta segunda localidade.

A decisão desses vigários de fixar morada no Ipu era, porém, perfeitamente regular, uma vez que o Direito Canônico exige que o pároco resida dentro do território de sua freguesia, sem determinar que seja exatamente na sede onde está a matriz.

Com a instituição canônica da paróquia do Ipu, a capela de Campo Grande, que sempre pertencera à matriz de São Gonçalo, passou a pertencer à recém-inaugurada freguesia ipuense. Tal fato não foi do agrado da população campo-grandense que, de imediato, iniciou campanha para ser sede de freguesia.

A igreja de São Gonçalo da Serra dos Cocos foi matriz e sede de freguesia durante 126 anos ininterruptos, pelo que mereceu o topônimo permanente de Matriz, denominação oficial que lhe foi outorgada pela Lei Estadual n. 6.440, de 21 de julho de 1963. Hoje, não obstante ser uma simples capela filial da paróquia de Ipueiras, pertencente à diocese de Crateús, continua a ser chamada Matriz, como vila e sede de distrito do município ipueirense.

CRIAÇÃO CIVIL DA FREGUESIA

No tempo do Brasil-Império, durante o qual vigia a Carta Outorgada ou Constituição de 1824, o catolicismo era a religião oficial do Estado e, conseqüentemente, o governo da Igreja exercia-se em estreita união com o governo civil. Por esta razão, a instituição canônica de freguesias ou paróquias era precedida da criação das mesmas por ato decisório das Assembléias Provinciais, posteriormente sancionada em lei pelo chefe do Poder Executivo provincial.

Com a extinção da freguesia da matriz de São Gonçalo e a criação da de São Sebastião do Ipu por força da Lei n. 2.037, de 27 de outubro de 1883, a capela de Nossa Senhora dos Prazeres de Campo Grande passou a ser filial da recém-criada matriz do Ipu. Tal situação não foi aceita pela população de Campo Grande que, no início do mesmo ano, já tinha conseguido a reinstalação do próprio município. Nasceu daí um movimento popular, apoiado pela recém-instalada câmara municipal, no sentido de conseguir também sua independência eclesiástica. Foi então elaborado um abaixo-assinado, com centenas de assinantes, que foi enviado à Assembléia Legislativa Provincial solicitando a criação da própria freguesia.

O documento foi protocolado na portaria da Assembléia no mês de outubro de 1885 e convertido no Projeto n. 50 que começou a tramitar na sessão de 9 de novembro, presidida pelo Deputado Pe. Antero José de Lima, quando foi encaminhado à Comissão de Estatística.

Já na sessão do dia 11, conforme consta da ata respectiva, "foi aprovado o parecer da Comissão de Estatística, sob o n. 44, para que entre nos trabalhos da casa o Projeto n. 50, deste ano, que cria a freguesia de Campo Grande, devendo depois da segunda discussão ser ouvido o prelado diocesano. Foi julgado o projeto objeto da deliberação e vai a imprimir".

Na sessão de 21 de novembro, o projeto entrou na ordem do dia e "foi aprovado em primeira discussão e passou à segunda".

No expediente da sessão do dia 3 de dezembro foi feita a seguinte comunicação: "Fica encerrada a segunda discussão e adiada a votação do Projeto n. 50, deste ano, criando uma freguesia na vila de Campo Grande com um aditivo do Sr. Arraes criando igualmente uma freguesia na povoação de Mulungu, na comarca de Baturité". Este Arraes foi o deputado Henrique Nogueira de Albuquerque Arraes, natural de Assaré e comerciante em Fortaleza.

Na legislatura de 1885, o Projeto n. 50 ficou na fase da segunda discussão, pois a Assembléia entrou em recesso regimental, pelo que somente foi retomado no ano seguinte. É digno de nota que referido projeto tramitou sem qualquer restrição por parte dos Deputados.

Se na legislação de 1885 o projeto tramitou sem empecilho, na do ano seguinte correu mais rapidamente ainda. Ele foi retomado na sessão de 22 de outubro de 1886, presidida pelo Deputado Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora em cuja ata consta textualmente: "Entra em terceira discussão, é sem debate aprovado e vai à Comissão de Redação o Projeto n. 50 do ano passado que cria uma freguesia na vila de Campo Grande, desmembrada da do Ipu, com a denominação de Freguesia de N. Sra. dos Prazeres. O Sr. Martinho Rodrigues (1.º Secretário) pede a palavra e apresenta o seguinte requerimento, que é lido, apoiado, posto em discussão e sem debate aprovado: Requeiro que seja ouvido o Diocesano, sem prejuízo desta discussão".

Na sessão do dia seguinte, presidida pelo Deputado Diogo Gomes Parente, o Projeto foi lido, discutido, aprovado sem debate e enviado à sanção da redação.

Redigido o texto da Lei, que tomou o número 2.125, foi imediatamente remetida ao Presidente da Província, Dr. Enéas de Araújo Torreão, que a assinou no dia 25 de outubro de 1886. Estava criada a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Campo Grande.

INSTITUIÇÃO CANÔNICA

No dia seguinte ao da assinatura da lei, o Presidente da Província encaminhou cópia autêntica ao Bispo Diocesano, Dom José Joaquim Vieira, que demorou quase dois anos para expedir a Provisão de instituição canônica e nomeação do primeiro pároco.

Ao tomar conhecimento da criação da freguesia, o povo de Campo Grande vibrou de alegria e de entusiasmo pela vitória conseguida e, em caráter particular, contratou o Pe. Antônio José de Lima para ali fixar residência e preparar os fiéis e a vila para receber o primeiro vigário a ser nomeado. O sacerdote acolheu o convite e era pago com esmolas conseguidas pela população. Ele mesmo não podia aceitar ser o pároco, pois já estava na avançada idade de 77 anos, já que nascera em Itapipoca em 1809. Em sua já longa vida sacerdotal, trabalhava pela Serra da Ibiapaba como padre avulso e, então, fixou residência em Campo Grande, onde faleceu a 26 de fevereiro de 1893.

Por ser tio do Pe. Antero José de Lima, então Presidente da Assembléia Provincial na legislatura de 1885, quando tramitou o Processo n. 50 da criação da freguesia, já havia trabalhado junto ao seu sobrinho deputado para que este colaborasse no deferimento da pretensão do povo campo-grandense. Merece, pois, ser lembrado e receber a homenagem durante os festejos do centenário da paróquia.

Enquanto o Pe. Antônio José de Lima trabalhava em Campo Grande, no Paço Episcopal de Fortaleza o processo da instituição canônica continuava paralisado, certamente por dificuldade que o Bispo encontrou para escolher o pároco.

Finalmente, no dia 19 de junho de 1888 foi assinada a Provisão Episcopal de instituição canônica da freguesia de N. Sra. dos Prazeres de Campo Grande e de nomeação de seu primeiro pároco, o Pe. Bernardino Oliveira Memória.

O Pe. Bernardino era vigário de Pacatuba, desde 1870, e foi com grande reação dos seus fiéis que deixou a freguesia, onde fizera tantas amizades e deixara tão profundas marcas de seu fecundo apostolado.

A posse solene na freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres realizou-se no dia 15 de julho de 1888, com a participação ativa do povo, que lotou literalmente toda a praça da Matriz.

Hoje, a população guaraciabense revive estes fatos históricos, em clima de festa, na comemoração do primeiro centenário. As alegrias são justas, porque o acontecimento foi o marco decisivo para o desenvolvimento da airosa e progressista cidade cearense de Guaraciaba do Norte.

DESDOBRAMENTO DA PARÓQUIA

De acordo com o texto da Lei n. 2.125, de 25 de outubro de 1886, o território da recém-criada freguesia, desmembrada do Ipu, seria o mesmo do município reinstalado a 9 de janeiro de 1883.

Era um vasto território medindo um máximo de 59 km de comprimento, na direção Norte-Sul, e 23,5 km de largura, na direção Leste-Oeste, com área total aproximada de 1.386 km2.

Esse território já foi desmembrado três vezes, através do tempo, para criar três paróquias: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Reriutaba; Nossa Senhora Auxiliadora, de Carnaubal; e Nossa Senhora das Dores, de Croatá.

A de Reriutaba foi criada por Dom José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, a 23 de novembro de 1936 e tem a seguinte linha divisória com a de Guaraciaba do Norte: "Limita-se por uma linha que partindo da nascente do rio São Francisco ruma para Urubu, e marginando o pé da serra passa pelos seguintes lugares: Gamilheira dos Paulos, Fundões, Mato Grosso, Casa Forte, Olho-d'Água das Cotias, Sabiá, Jatobá, Cipó, Barro Vermelho, Goiabeira, Carnaúba do Juré até a ladeira do Urubu. Ficam todos estes lugares para a paróquia de Guaraciaba do Norte, excetuando a parte sul da mencionada ladeira do Urubu, a qual pertence ao Ipu."

A paróquia de Carnaubal, também criada por Dom José Tupinambá da Frota, a 4 de janeiro de 1957, tem a seguinte divisória com a de Guaraciaba do Norte: "Começa à margem do rio Inhuçu no lugar Carrapato, daí seguindo para Morrinhos do Abraão, Boqueirão, Carnaubinha, Patos, Barra do Sotero, Melan-

cias, Aninga, Lagoa do Sal; daí segue pela estrada para o Saco, Gamilheira, Olho-d'Água da Roça, Campo do Meio, Madeira Cortada, onde encontra o limite da paróquia de Pedro II, no Piauí. Todas as referidas moradas ficaram pertencendo a Carnaubal."

A recente paróquia de Croatá, criada em dezembro de 1964 por Dom Timóteo Nemésio, bispo de Tianguá, limita com a de Guaraciaba do Norte pela interdistrital entre os dois distritos do município.

CAPELAS FILIAIS

Após estes desdobramentos, dentro do território atual da paróquia de Guaraciaba do Norte, há apenas quatro capelas rurais: Nosse Senhora do Perpétuo Socorro, de Espinho; Nossa Senhora dos Pobres, de Martinslândia; São João Batista, de Mocambo e Nossa Senhora da Saúde, de Suçuanha.

ESPINHO – A povoação, com o nome de Várzea dos Espinhos, foi elevada à Vila e sede de distrito pela Lei n. 1.677, de 2 de agosto de 1929. O Decreto-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou o nome oficial para simplesmente Espinho.

A vila começou a se formar pelo casario construído em torno da capela de N. Sra. do Perpétuo Socorro edificada em terreno doado, a 30 de agosto de 1916, pelo capitão Florêncio Ribeiro do Amaral. Media oitenta braças em quadro. O templo foi concluído pelo Pe. Olegário Memória que benzeu a pedra fundamental a 27 de setembro de 1916. Foi aberta ao culto público, após a bênção litúrgica do mesmo sacerdote, a 24 de junho de 1918.

MARTINSLÂNDIA – Tem por orago Nossa Senhora dos Pobres. A povoação é uma antiga fazenda de gado denominada Espinho. O topônimo é homenagem à família Martins, bastante numerosa no lugar.

A capela foi construída por iniciativa da própria população e tem como zelador o Sr. João Martins Batista.

MOCAMBO – Povoação nascente com o arruamento que começa a se organizar em torno da capela de São João Batista.

SUÇUANHA – O distrito foi criado pela Lei n. 1.153, de 22 de novembro de 1951. A vila fica à margem direita do riacho do mesmo nome.

Em ofício dirigido pelo então Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande, Capitão João Furtado de Mendonça, ao Presidente da Província do Ceará, datado de 1884, há a seguinte informação: "Há duas igrejas no município, sendo uma nesta Villa e outra, em construção, no córrego Sussuanha".

O orago é Nossa Senhora da Saúde. A capela recebeu melhoramentos na gestão do primeiro pároco Pe. Bernardino de Oliveira Memória, que a concluiu em 1892. O patrimônio foi organizado em 1919 pelo Pe. Olegário Memória.

Além dessas quatro capelas rurais, há na sede da paróquia mais duas capelas: a de Nossa Senhora das Dores, no cemitério, e a de São Francisco, no Patronato Benjamin Soares.

A primeira foi construída após a obtenção da licença do Bispo de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota, que a 17 de setembro de 1918 deferiu requerimento do Sr. Clínio de Oliveira Memória para edificá-la. Em setembro de 1919, apesar dos efeitos calamitosos da seca desse ano, foram iniciados os trabalhos de construção, graças aos esforços de Dona Joaquina Sofia Memória Soares. A capela foi benta, pelo vigário local, a 28 de fevereiro de 1920, e o zelo pela conservação da mesma foi entregue, por expressa autorização do bispo Dom José, ao casal Joaquim Benjamin Soares e dona Joaquina Sofia.

O cemitério havia sido construído, em 1864, pelo Pe. José Tomás de Albuquerque.

A capela do Patronato, por sua vez, foi construída pelo pároco Mons. Antônio Soares, que a benzeu e abriu ao culto público no dia 9 de outubro de 1966.

REAÇÃO DOS VIGÁRIOS

Durante os cem anos de sua história religiosa, a paróquia de Guaraciaba do Norte teve 14 vigários, sendo 9 titulares e 5 interinos, cujos nomes e datas de posse vão abaixo relacionados:

1. – PE. BERNARDINO DE OLIVEIRA MEMÓRIA
15 Jul 1888 a 26 Ago 1897

2. – PE. TOMÉ ALVES DE CARVALHO (Interino)
31 Ago 1897 a 16 Out 1902

3. – PE. CUSTÓDIO DE ALMEIDA SAMPAIO (Interino)
17 Out 1902 a 12 Mar 1903

4. – PE. PEDRO DE ABREU PEREIRA
13 Mar 1903 a 20 Jul 1910

5. – PE. JOÃO TEIXEIRA DE ABREU FILHO
02 Out 1910 a 28 Dez 1912

6. – PE. OLEGÁRIO RIBEIRO DE OLIVEIRA MEMÓRIA
23 Fev 1913 a 27 Out 1920

7. – MONS. GONÇALO DE OLIVEIRA LIMA (Interino)
28 Out 1920 a 2 Dez 1922

8. – PE. LUÍS FRANZONI
03 Dez 1922 a 25 Jun 1923

9. – MONS. GONÇALO DE OLIVEIRA LIMA (Interino)
26 Jun 1923 a 28 Out 1925

10. – PE. MACÁRIO BEZERRA DE ARRUDA
29 Out 1925 a 31 Dez 1925

11. – MONS. OLAVO PASSOS (Interino)
01 Jan 1926 a 14 Set 1926

12. – PE. NELSON NOGUEIRA MOTA
15 Set 1926 a 31 Dez 1931

13. – PE. JOÃO DE FRANÇA MELO
09 Jan 1932 a 31 Dez 1935

14. – MONS. ANTONINO CORDEIRO SOARES
12 Jan 1936 a...

Apresentamos, a seguir, um esboço biográfico de cada um dos vigários, com breves informações sobre o que realizaram na paróquia de Guaraciaba do Norte:

1. – PE. BERNARDINO DE OLIVEIRA MEMÓRIA

Nasceu em Sobral a 12 de dezembro de 1832, filho do segundo matrimônio do português Antônio José Memória com Angélica Francisca de Oliveira, realizado a 7 de janeiro de 1830.

Seu pai era ourives, e também rábula, que vendia jóias a que o povo chamava vulgarmente de "memória", apelido que lhe foi imposto e por ele acolhido como sobrenome. Contraiu três matrimônios, deixando grande descendência que constitui a família Memória. Casou-se, a primeira vez, com Mariana Inocência de Menezes, falecida a 24 de março de 1826, deixando dois filhos: José Victor e Maria Edeltrudes.

Angélica Francisca de Oliveira, segunda mulher, era filha de Bernardino Francisco de Oliveira e Antônia Ribeiro de Oliveira, avós maternos do Pe. Bernardino que teve mais cinco irmãos inteiros.

O terceiro matrimônio de Antônio José foi contraído com Ana Joaquina Memória, filha de João do Rego Chaves e Inácia Francisca, a 25 de agosto de 1842, do qual nasceram mais quatro filhos. Antônio José Memória faleceu a 11 de setembro de 1859.

Pe. Bernardino ficou órfão de mãe aos 9 anos de idade, tempo em que estudava com o Pe. Antônio da Silva Fialho que o preparou para ingressar no Seminário de Olinda. Iniciou o curso de teologia em 1854, foi ordenado sacerdote no dia 23 de novembro de 1856 e veio cantar a primeira missa na Matriz de Sobral a 8 de dezembro do mesmo ano.

Suas primeiras atividades sacerdotais foram exercidas em Sobral, na qualidade de coadjutor da paróquia, tempo em que deu assistência a seu pai enfermo até falecer.

A 20 de abril de 1860 foi nomeado vigário cooperador da freguesia de Acaraú, ali permanecendo por dois anos. Em 1862 assumiu a capelania de Santana da Barra do Macaco, hoje Macaraú, durante as ausências do Pe. Antônio de Sousa Neves que tomara assento em uma das cadeiras da Assembléia Provincial.

Pe. Bernardino foi, sucessivamente, primeiro vigário de três paróquias recém-criadas: Santo Antônio de Aracatiaçu, Nossa Senhora da Conceição de Pacatuba e Nossa Senhora dos Prazeres de Guaraciaba.

Tomou posse da nova freguesia de Aracatiaçu a 18 de dezembro de 1863, ali permanecendo até 26 de janeiro de 1870. Nesse tempo, construiu a capela de Nossa Senhora da Conceição do Juá, hoje distrito do município de Irauçuba.

A 01 de fevereiro de 1870 foi nomeado para reger a nova freguesia de Pacatuba, função que exerceu até 19 de junho de 1888. Durante esse tempo

foi eleito Deputado Provincial, desempenhando mandato no biênio 1882-1883, quando defendeu ardorosamente a criação de novas escolas no interior do Estado e o aprimoramento da instrução pública.

A 19 de junho de 1888, foi nomeado para a nova freguesia de Campo Grande (Guaraciaba do Norte), tomando posse a 15 de julho do mesmo ano. Aí, desenvolveu um apostolado dos mais dignificantes, permanecendo no posto até o dia de sua morte ocorrida a 26 de agosto de 1897.

Do seu inventário, feito a 3 de fevereiro de 1899, consta que possuía muitos bens de raiz: um sítio no córrego da Suaçunha medindo meia légua de fundo; uma fazenda chamada Nova Floresta à margem esquerda do Riachão; um sítio denominado Goiabeira; uma posse de terra no lugar denominado Buriti das Éguas; uma posse de terra no lugar denominado Mucambo e três casas na Vila do Campo Grande. Seu patrimônio foi avaliado em mais de sete contos e quinhentos mil réis, o que era uma boa fortuna para a época.

Após a morte do Pe. Bernardino, a paróquia foi anexada à de São Benedito e assistida durante mais de cinco anos por dois vigários interinos sucessivos.

2. – PE. TOMÉ ALVES DE CARVALHO

Nasceu em Iguatu a 21 de dezembro de 1834, sendo filho de João Alves de Carvalho e Luciana Maria de Góis.

Matriculou-se no seminário de Olinda e, posteriormente, no de Fortaleza, onde foi ordenado sacerdote no dia 30 de novembro de 1867.

Iniciou suas atividades sacerdotais como cooperador da paróquia de Santo Anastácio do Tamboril, tendo tomado posse a 14 de junho de 1868. Ali também se dedicou ao magistério, sendo nomeado Inspetor Literário dessa localidade, a 28 de junho de 1870, pelo Presidente da Província. Esteve em Tamboril até 12 de julho de 1871, quando foi surpreendido pela nomeação para o cargo de cooperador da paróquia de Iguatu. Na terra natal permaneceu até o mês de setembro de 1874.

Retornou a Tamboril para assumir a paróquia, já que nomeado a 4 de setembro, tomou posse de vigário a 4 de outubro de 1874. Voltava assim ao lugar de sua estimação, pois ali fizera muitas amizades durante sua permanência anterior. Infelizmente, problemas de saúde o obrigaram a deixar a freguesia no dia 5 de janeiro de 1876. Para se restabelecer, teve que retornar a Iguatu, onde esteve aos cuidados da família.

Refeito dos achaques, foi nomeado cooperador da paróquia de São Benedito a 7 de fevereiro de 1879, como auxiliar do Pe. João Rodrigues Alves de Mendonça, mais conhecido por Padre Joca que foi o fundador da cidade de Carnaubal. Com o falecimento deste, assumiu interinamente essa freguesia. Com a posse do sucessor, retornou às funções de cooperador.

A 13 de janeiro de 1887 passou a ser cooperador da freguesia de São Pedro de Ibiapina, assumindo interinamente a paróquia com a morte do Pe. Manuel Lima de Araújo ocorrida a 17 de dezembro de 1894. Nomeado oficialmente a 21 de dezembro, esteve à frente da paróquia durante dez meses. Com a posse do Pe. Francisco Inácio da Costa Mendes, continuou em Ibiapina como cooperador.

Com a morte do Pe. Bernardino Memória, vigário de Guaraciaba do Norte, esta paróquia foi anexada à de São Benedito. Pe. Tomé foi então indicado para assumir interinamente essa freguesia, ali permanecendo de 30 de agosto de 1897 até 16 de outubro de 1902, dia em que faleceu.

Sua morte ocorreu em circunstâncias curiosas. Sempre solicitado para ajudar em missões populares e desobrigas pelas freguesias vizinhas, Pe. Tomé, em outubro de 1892, desceu ao Ipu a fim de auxiliar as missões pregadas por Frei Davi. Ali se sentiu mal e resolveu voltar. Ao chegar em Guaraciaba do Norte foi solicitado a ouvir confissão do Pe. Custódio de Almeida Sampaio, então vigário de São Benedito. Enquanto ouvia a confissão do colega, foi fulminado por um enfarte do miocárdio. Morria aos 68 anos incompletos. Pe. Tomé morreu administrando um sacramento e recebendo outro. Enquanto ministrava a penitência ao Pe. Custódio, recebia deste a unção dos enfermos.

Nesta oportunidade, devo retificar a data do seu falecimento que, na minha "História Religiosa da Ibiapina", p. 80, saiu com erro de revisão como se fora no ano de 1892. Na realidade foi em 1902.

Pe. Tomé era muito simplório e de pouca cultura. Dele contam-se muitos gracejos e anedotas que ainda hoje estão na memória popular. Gostava de criar muitas galinhas que ele conhecia, uma a uma, pelo nome que lhes impunha. Pobre, faleceu admirado e amado pela alma do povo.

3. MONS. CUSTÓDIO DE ALMEIDA SAMPAIO

Nascido em Caucaia a 22 de junho de 1848, é filho de Antônio José Sampaio e Francisca Inácia Sampaio. Ali estudou as primeiras letras com o professor Vicente da Costa, irmão do Pe. Pedro Nolasco da Costa.

Foi matriculado no seminário de Fortaleza em 1871, ingressando no curso de teologia em 1876. Foi ordenado sacerdote por Dom Luís Antônio dos Santos, na capela da Prainha de Fortaleza, no dia 30 de novembro de 1879. Sua primeira missa solene cantou-a na Matriz de Maranguape, a 8 de dezembro do mesmo ano.

Sua primeira nomeação foi para assumir a capelania de Santana, hoje distrito do município de Pacoti, onde esteve durante dois anos. Ocorrendo a morte de seu pai a 17 de abril de 1883, deixou a capelania. Foi, então, nomeado vigário de Santa Quitéria, tendo tomado posse a 3 de junho e ali permanecido até ao fim de janeiro de 1892.

Nomeado vigário de São Benedito, foi empossado no cargo no dia 29 de fevereiro de 1892. Nessa paróquia, ampliou a matriz com a construção dos corredores laterais e adquiriu paramentos e alfaias necessários à dignidade do culto divino.

A 16 de outubro de 1902, com o falecimento do Pe. Tomé Alves de Carvalho, assumiu cumulativamente as funções de vigário interino de Guaraciaba do Norte, cargo que exerceu até à posse do titular, Pe. Pedro de Abreu Pereira ocorrida a 13 de março de 1903.

Em 1905, participou da primeira Peregrinação Brasileira à Palestina, em companhia de Dom Jerônimo Tomé da Silva e de mais 25 sacerdotes. Em 1916, foi agraciado com o título de Monsenhor camareiro secreto do Papa Bento XV.

Em 1922, foi exonerado da paróquia de São Benedito, mas continuou na cidade, onde residiu durante 34 anos. A 12 de fevereiro de 1926, transferiu-se para Fortaleza.

4. PE. PEDRO DE ABREU PEREIRA

Filho de Bernardo da Silva Pereira e Maria Antônia de Jesus, nasceu em Mombaça a 7 de julho de 1846. Foi batizado na matriz local de Nossa Senhora da Glória pelo Pe. Francisco Manuel de Lima Albuquerque, a 5 de agosto do dito ano.

Após os estudos primários realizados na terra natal, foi matriculado no Seminário de Fortaleza no dia 31 de julho de 1866 e ali recebeu a ordenação sacerdotal a 29 de novembro de 1874.

Começou a trabalhar como cooperador das paróquias de Pedra Branca (15 de fevereiro de 1875 a 15 de fevereiro de 1876) e de Canindé (16 de fevereiro de 1877 a 8 de fevereiro de 1878).

No dia 10 de março de igual ano, tomou posse do cargo de vigário de Quixadá, com permanência até 6 de abril de 1885.

Em seguida, viajou ao Pará, tendo ali exercido as funções de pároco de Alenquer e, posteriormente, de Óbidos.

Retornando ao Ceará em 1902, ficou sem função até ser nomeado vigário de Guaraciaba do Norte a 13 de março de 1903. Dirigiu esta paróquia com muito zelo e agrado da população. Deu início ao Livro do Tombo paroquial, do qual nada constava de seus antecessores. Foi o construtor da capela do cemitério local, inaugurada em 1905. A 20 de julho de 1910 deixou esta freguesia para assumir a de Messejana, onde demorou-se até 1913 no cargo, continuando, porém, a residir nessa localidade como padre avulso.

Faleceu no dia 3 de junho de 1919.

5. PE. JOÃO TEIXEIRA DE ABREU

É natural de Fortaleza, onde veio ao mundo no dia 29 de dezembro de 1879 e cursou todos os seus estudos. Foi ordenado sacerdote, na capela do Seminário da Prainha, a 8 de abril de 1905.

De 8 de maio a 18 de outubro do mesmo ano, foi cooperador na paróquia de São José da Granja, mas residindo em Camocim. Em seguida, serviu à paróquia do Patrocínio na capital cearense.

A 25 de setembro de 1906 foi nomeado vigário de Aratuba, antiga vila de Santos Dumont, cargo que exerceu até 27 de abril de 1908. A 7 de agosto, foi transferido para a freguesia de Araripe, onde esteve até 1.º de agosto de 1910.

No dia 20 de setembro, recebeu a nomeação para assumir a paróquia de Guaraciaba, com posse realizada a 2 de outubro de 1910. Nos dois anos que permaneceu à frente desta freguesia, demonstrou pouco zelo pelo bem espiritual dos paroquianos e bastante preocupação com os bens materiais. Do patrimônio, vendeu o sítio Salgado a Lúcio José da Silva por quatro mil réis; cinco braças de terra do sítio Mandu doada à Padroeira por Maria Angélica da Fonseca; parte das terras dos sítios Cruz das Almas, Pau-d'Arco, Frecheira de Dentro e Frecheira de Fora. Durante seu paroquiato, houve a Visita Pastoral de Dom Manuel da Silva Gomes, de 29 de agosto a 2 de setembro de 1912, em cuja ata deixou o Bispo as seguintes observações: "Encontrei a Matriz em obras e por isso desorganizada, notando-se falta de asseio nos altares laterais e os livros de batismos e casamentos em atraso". Foi o bastante para ser exonerado a 28 de dezembro.

Voltou, em seguida, a servir à Paróquia do Patrocínio, em Fortaleza, até 13 de junho de 1914, quando foi empossado no cargo de vigário de Jaguaruana, onde permaneceu por dois anos. Foi ainda pároco da freguesia de São Sebastião da cidade de Mons. Tabosa, de 27 de fevereiro de 1917 a 4 do mesmo mês do ano seguinte. Em julho de 1918, viajou ao Rio de Janeiro, de onde retornou no final do mesmo ano.

De volta ao Ceará, fixou residência em Farias Brito, antiga Quixadá, onde esteve como capelão da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Ali, morreu afogado no dia 11 de agosto de 1920. O local onde aconteceu o óbito ficou conhecido, desde então, pelo nome de "Poço do Padre".

6. PE. OLEGÁRIO RIBEIRO DE OLIVEIRA MEMÓRIA

Nasceu em Guaraciaba do Norte a 6 de março de 1885, filho de Manuel Ribeiro de Oliveira e Raimunda Petronila Ribeiro Memória.

Ficou órfão de mãe com menos de 15 anos de idade, pois Dona Petronila faleceu a 10 de janeiro de 1900. Estudou as primeiras letras com o professor José Florêncio de Carvalho que o preparou para entrar no seminário, a pedido de sua genitora que não viu realizado tal desejo, pois Olegário foi matriculado no seminário de Fortaleza a 12 de março, dois meses após seu falecimento.

Em 1906, transferiu-se para Teresina a fim de concluir teologia, e na capela do seminário da Capital piauiense foi ordenado sacerdote a 3 de maio de 1907.

Deu início às atividades sacerdotais na direção do Colégio São Luís, de Parnaíba. Em 1909 assumiu a paróquia de Nossa Senhora da Graça, da mesma cidade, cargo que desempenhou, com muito zelo, durante três anos. Restaurou a Matriz e começou a construir a capela de Santo Antônio do Colégio das Irmãs Catarinas. Deixando Parnaíba, trabalhou durante alguns meses em Piripiri e Piracuruca.

Após o falecimento do seu pai, ocorrido a 24 de junho de 1912, veio para o Ceará. Foi então nomeado vigário de Guaraciaba do Norte. No primeiro Livro do Tombo da paróquia, ele mesmo conta como se processou sua nomeação: "Tendo aos três de dezembro de 1912 obtido licença do Exmo. Administrador da Diocese do Piauí, onde me achava incardinado, para vir ao Ceará em visita à minha família nesta freguesia, aqui chegando encontrei os negócios da paróquia em verdadeira balbúrdia: o vigário Pe. João Teixeira de Abreu incompatibilizado com a totalidade dos habitantes desta vila; a igreja matriz em estado péssimo, com a frente completamente aberta, as sacristias em ruínas e a capela-mor em triste e deplorável desprezo e o patrimônio completamente desorganizado. Com minha estada aqui, foi-me logo oferecida, pelo Exmo. Revdo. D. Manoel, egrégio Bispo Diocesano, esta freguesia, recusando-a no começo, em seguinte aceitei-a por obediência e a mesma autoridade eclesiástica deu-me faculdades amplas, como se vê da portaria encarregando-me de reger esta freguesia e pediu ao governo diocesano do Piauí a minha excardinação, para, logo que a mesma chegasse, passar-me a provisão."

Foi realmente nomeado a 4 de fevereiro de 1913, tomando posse solene a 23 do mesmo mês. Logo no mês de maio do ano seguinte, fundou o Apostolado da Oração e a Irmandade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em setembro, comprou alfaias para a capela de Suaçunha.

A 1 de outubro de 1915 restaurou o Cruzeiro da Matriz. A 27 de setembro de 1916, começou a construir a capela de Nosse Senhora do Perpétuo Socorro de Várzea dos Espinhos, que foi benta e aberta ao culto público no dia 24 de junho de 1918.

A 7 de junho de 1917 preside à primeira missa do neo-sacerdote Pe. Eurico de Melo Magalhães. Em agosto do mesmo ano, foi nomeado Prefeito Municipal por ato do Presidente do Estado, Dr. João Tomé de Sabóia e Silva. Fez boa administração. Construiu o matadouro-modelo e uma escola noturna para adultos. Organizou um jardim zoológico e prestou assistência à lavoura.

Em março de 1919 viajou ao Rio de Janeiro, retornando a 24 de julho, quando foi festivamente recebido pelos paroquianos. Durante sua ausência, a paróquia ficou entregue interinamente ao pároco do Ipu.

Por ocasião da grande seca de 1919, encontrou a população desolada e sofrendo da epidemia de "gripe espanhola", com 150 vítimas fatais. Desdobrou-se nos esforços para atender e ajudar aos carentes.

Em setembro do mesmo ano, começa a construir a capela de Nossa Senhora das Dores, no cemitério local, cuja bênção realizou a 28 de fevereiro de 1920.

A seu pedido, foi exonerado do cargo de pároco de Guaraciaba do Norte a 27 de outubro de 1920, por Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, e nomeado vigário de Ipueiras, onde tomou posse a 10 de novembro. Regeu essa freguesia até 27 de janeiro de 1923. Poucos dias depois, viajou para o Rio de Janeiro, onde se secularizou com o fim de contrair matrimônio civil.

Faleceu, na antiga Capital do Brasil, no ano de 1942.

É tio materno de Mons. José Aristides Cardoso.

7. MONS. GONÇALO DE OLIVEIRA LIMA

Após a exoneração do Pe. Olegário, assumiu interinamente a freguesia de Guaraciaba do Norte o pároco do Ipu, Pe. Gonçalo de Oliveira Lima.

Segundo informação que me foi prestada por Mons. Antonino Soares, o pequeno Gonçalo nasceu na fazenda Ponta do Morro, município de Guaraciaba do Norte, a 10 de janeiro de 1884, mas desde tenra idade foi criado no Ipu. É filho de Joaquim de Oliveira Lima e Joana Gonçalves de Lima. Ficou órfão de pai, com 10 anos de idade, já que o genitor faleceu a 18 de março de 1894.

Estudou o curso primário, no Ipu, com o professor Antônio Alves Pereira. Foi matriculado no seminário de Fortaleza em 1898, onde concluiu os estudos preparatórios, filosóficos e teológicos, sempre com louvor e distinção.

Foi ordenado sacerdote a 30 de novembro de 1906, em Fortaleza, por Dom Joaquim José Vieira e cantou a primeira missa na Matriz do Ipu, a 8 de dezembro.

A 3 de março do ano seguinte, tomou posse da paróquia de Santa Quitéria, onde permaneceu até 19 de abril de 1916. Durante esse paroquiato, fundou o Apostolado da Oração e a Conferência Vicentina, deu incremento ao ensino do catecismo; reformou a matriz e todas as capelas da freguesia; construiu as capelas de Madalena, Macaraú e Cana-Brava. Graças aos seus esforços, foi inaugurado o telégrafo de Santa Quitéria.

Transferido para a paróquia do Ipu, com posse a 19 de abril de 1916, ali exerceu um apostolado exemplar durante quarenta anos.

De 12 de junho de 1920 a 2 de dezembro de 1922, assumiu cumulativamente a paróquia de Guaraciaba do Norte, como vigário interino. O que realizou neste comenos, ele mesmo o relata no Livro do Tombo: "Com a ausência do Revmo. Pe. Olegário Ribeiro Memória, que esteve no Rio de Janeiro, e com a sua transferência para Ipueiras, vagou esta paróquia do Campo Grande durante dois

anos e meio, ficando, por ordem do Sr. Dom José Tupinambá da Frota, aos meus cuidados, visto como outro sacerdote não se achava na Diocese para curá-la. Encarreguei-me desta paróquia a 12 de junho de 1920 até 2 de dezembro de 1922, quando tomou posse dela o respectivo vigário Pe. Luís Franzoni. Durante a minha regência freqüentei, quanto me foi possível, a Matriz e sempre desobriguei, ao menos uma vez por ano, em todas as capelas filiais, sendo grande a freqüência dos fiéis aos sacramentos e atos religiosos. O povo desta paróquia é ótimo, respeitador, atencioso, precisando apenas de instrução religiosa e de um certo cultivo de piedade. Em as festas do Sagrado Coração de Jesus, na Matriz, havia anualmente a comunhão geral das crianças das escolas, as quais eram preparadas pelas professoras. Em julho de 1922 instalei, com um grupo de homens vontadosos, uma Conferência de S. Vicente de Paulo e tentei reorganizar o Apostolado da Oração, em Campo Grande. Nesse mesmo ano, o Sr. Joaquim Marinho, encarregado da capela de Suaçunha, fez grandes melhoramentos na dita capela, sendo o seu bom exemplo imitado na capela do Croatá por Dona Raimunda Bezerra, encarregada da mesma. Data venia, recomendo instantemente ao digno vigário Pe. Luís a Conferência Vicentina, o Apostolado, a Associação N. S. do Perpétuo Socorro, bem como a difusão do ensino do catecismo pelos bairros e pelos sítios, o que certamente não lhe custará ingente sacrifício nem penosas fadigas. Incidentemente, lembro ao distinto vigário que o patrimônio de N. S. dos Prazeres do Campo Grande merece particular atenção do respectivo vigário e do fabriqueiro. Entregando ao Pe. Luís Franzoni esta paróquia, eu o felicito, pois o seu rebanho é dócil aos ensinamentos da nossa religião e, cumprindo um dever que se me impõe, agradeço de todo o coração a todos os habitantes da freguesia de Campo Grande o respeito, o carinho, as melhores intenções que sempre me dispensaram tão generosamente."

Com a saída do Pe. Luís Franzoni, assumiu, pela segunda vez em caráter interino, a paróquia de 26 de junho de 1923 a 28 de outubro de 1925, tem escrito mais no Livro do Tombo: "No dia 25 de junho deste ano, deixando esta paróquia o Revmo. Sr. Pe. Luís Franzoni, por haver sido transferido para a de Ipueiras, de novo o Exmo. Sr. Bispo me encarregou de reger os destinos espirituais de Campo Grande, onde o Pe. Luís Franzoni grande bem fizera no seu curto paroquiato, reanimando a fé, incrementando a piedade, afervorando as almas no cumprimento de seus deveres religiosos, outrora um pouco descuidados."

Essas duas prestações de conta, escritas em termos tão elevados, bem demonstram as virtudes do zeloso sacerdote e exemplar pastor de almas que sempre foi. Sacerdote de aprimoradas virtudes e de brilhante inteligência, faleceu no Ipu, a 11 de outubro de 1955, tendo deixado viva lembrança em todos quantos o conheceram.

É um exemplo de pároco a ser imitado.

8. PE. LUÍS FRANZONI

Italiano de origem, nasceu em Serle, província de Bréscia, a 24 de abril de 1883, sendo filho de Luigi Franzoni e Eugenia Badei.

Ingressou na Ordem dos Capuchinhos e recebeu o presbiterato em Milão a 14 de março de 1908 e tinha o nome religioso de Frei Dositeu de Serle. Enviado ao Brasil como missionário, desembarcou em Belém do Pará a 9 de novembro de 1912. Durante dez anos esteve em contínua peregrinação missionária pelo interior dos Estados do Pará, Maranhão e Ceará.

Chegou em Sobral no ano de 1922, quando solicitou à Santa Sé permissão para se desligar da Ordem dos Capuchinhos e se integrar no clero diocesano, o que conseguiu por indulto apostólico de 22 de novembro.

A 3 de dezembro do mesmo ano de 1922, tomou posse da paróquia de Guaraciaba do Norte, cargo que exerceu até 25 de junho de 1923. Dois dias depois, assumiu a paróquia de Ipueiras com permanência até ao final do ano de 1929. De 20 de fevereiro de 1926 a 31 de dezembro de 1927, regeu cumulativamente a paróquia de Santa Quitéria.

No dia 1 de janeiro de 1930 tomou posse da paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio de Sobral, dever que fielmente cumpriu até 31 de dezembro de 1935. No entretempo de 28 de janeiro a 11 de outubro de 1931, regeu cumulativamente a freguesia de Meruoca.

A partir de 1936 assumiu as funções de capelão da Santa Casa da Misericórdia de Sobral, onde foi exemplo notável de caridade e zelo na assistência religiosa aos enfermos.

Faleceu pobremente, no referido hospital, a 21 de abril de 1958.

Pouco antes de falecer, deixou dez cruzeiros na mão de uma religiosa da Congregação de Santana, valor de uma espórtula para celebração de uma missa em sufrágio de sua alma. Como alguém o interrogasse se desejava apenas uma missa em sua intenção, respondeu que sim, pois o sacrifício de Cristo tinha valor infinito, e uma só missa daria para salvar, não só a sua alma, mas as de toda a humanidade.

9. MONS. GONÇALO DE OLIVEIRA LIMA

(Já biografado sob o n.º 7)

10. PE. MACÁRIO BEZERRA DE ARRUDA

Filho de Vicente Bezerra do Vale e Herculana Bezerra de Arruda, nasceu no município de Guaraciaba do Norte a 17 de outubro de 1865.

Fez os estudos primários e secundários em Sobral com o professor Vicente Ferreira de Arruda. Matriculou-se no Seminário de Fortaleza a 13 de

março de 1886 e aí concluiu os estudos filosóficos. Em 1891, transferiu-se para o seminário de Olinda, onde terminou o curso de teologia e, em janeiro de 1894, recebeu a ordem do presbiterato.

Retornando ao Ceará, foi nomeado vigário de Independência a 20 de março do mesmo ano, tomando posse a 3 de maio. Permaneceu nesse cargo até 26 de dezembro de 1895, quando foi nomeado pároco de Santa Quitéria, com posse a 2 de fevereiro do ano seguinte e término a 3 de abril de 1899. No entretempo de agosto de 1896 a agosto de 1897, regeu cumulativamente a freguesia de Tamboril, na ausência do titular Padre Holanda.

A 7 de junho de 1899 foi transferido para a paróquia de Aratuba, função que desempenhou até 28 de maio de 1901.

Por ter sido suspenso de ordem, não pôde assumir no tempo determinado a paróquia de Trairi, para a qual fora nomeado. A posse foi adiada para o dia 8 de setembro de 1901, mas teve que deixá-la a 24 de fevereiro do ano seguinte, por ser novamente privado do exercício dos poderes sacerdotais.

Proibido de exercer função eclesiástica, veio fixar residência no Ipu e, posteriormente, em Reriutaba, onde fundou um colégio e se dedicou ao magistério. Com a criação da Diocese de Sobral em 1915, o primeiro bispo Dom José Tupinambá da Frota o reintegrou nas ordens sacras. Passou então a prestar assistência religiosa na capela de Santana de Macaraú, por ele reconstruída, e no distrito de Varjota, onde construiu o cemitério.

A 29 de outubro de 1925 foi nomeado vigário de Guaraciaba do Norte, mas, embora tenha tomado posse, deu pouca presença na paróquia, pelo que foi exonerado a 31 de dezembro do mesmo ano.

Com muita vocação para o jornalismo, colaborou na imprensa de Fortaleza e Sobral. Pelo jornal "A Cidade" de Álvaro Ottoni, manteve acirrada polêmica com o Capitão Dr. Tobias Barreto sobre a idéia de Deus.

Faleceu, em Sobral, a 19 de dezembro de 1927.

11. MONS. OLAVO PASSOS

Na qualidade de vigário da vizinha paróquia de São Benedito assumiu cumulativamente a de Guaraciaba do Norte, nos dois meses de ausência do Pe. Macário e no tempo que antecedeu a posse do Pe. Nelson Mota.

Nasceu em Viçosa do Ceará a 15 de novembro de 1898, sendo seus pais Antônio Honório Passos e Francisca Olgarina Passos.

Fez o curso primário no Colégio São Vicente de Paulo, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

A 22 de fevereiro de 1915 matriculou-se no seminário de Fortaleza, onde percorreu todos os estudos eclesiásticos.

Foi ordenado sacerdote por Dom José Tupinambá da Frota na Catedral de Sobral, a 31 de março de 1923. Cantou a primeira missa na Matriz de Viçosa, no dia 8 de abril.

Iniciou as funções sacerdotais como pároco de São Benedito, cargo de que tomou posse a 6 de janeiro de 1924. No decurso desse paroquiato, que perdurou até 31 de dezembro de 1926, fundou a Pia União das Filhas de Maria, a Congregação da Doutrina Cristã e a Obra das Vocações Sacerdotais, associações pias a que dedicou o melhor de seu entusiasmo de padre novo.

No entretempo de 1 de janeiro a 14 de setembro de 1926, regeu cumulativamente a freguesia de Guaraciaba do Norte, esmerando-se na assistência espiritual.

Em janeiro de 1927 foi transferido para Sobral com a missão de ser diretor espiritual do Seminário Diocesano, dever que fielmente cumpriu durante onze anos. Em março de 1929 foi agraciado com o título de Cônego Honorário do Cabido de Olinda e Recife e, em fevereiro de 1936, com o de Monsenhor Prelado Doméstico do Papa Pio XII.

No ano de 1939, assumiu a Reitoria do Seminário, exercendo também, por muitos anos, as funções de Vigário Geral da Diocese, quando visitou toda a Diocese no exercício de administrar o sacramento da crisma.

Em Sobral fundou a Congregação Mariana de Moços, a qual dirigiu com muito zelo e dedicação. Bastante versado em direção espiritual, era bastante procurado por inúmeros fiéis que nele encontrava o seguro orientador para a prática da virtude e solução dos problemas mais íntimos de consciência.

Humilde e calmo, transmitia paz a quantos dele se aproximavam.

Nos últimos anos de sua vida, fixou residência em Piracuruca, no Piauí, onde viveu pobremente, admirado e venerado pelo povo. Ali, faleceu a 13 de abril de 1987.

12. PE. NELSON NOGUEIRA MOTA

Natural da cidade de Independência, veio ao mundo a 13 de maio de 1899, sendo seus pais Francisco de Sousa Mota e Ana Nogueira Mota, casal de profundas convicções religiosas. É irmão do Pe. Elísio Nogueira Mota, bem como de várias freiras em diversas congregações religiosas.

Matriculou-se no seminário de Fortaleza em abril de 1914, tendo concluído, com distinção, os cursos preparatórios, filosóficos e teológicos.

Recebeu o presbiterato das mãos de Dom José Tupinambá da Frota, a 10 de agosto de 1924, na Catedral sobralense. Com a fundação do Seminário Menor Diocesano a 25 de fevereiro de 1925, foi nomeado seu primeiro reitor, tendo organizado, com muito desvelo, as atividades iniciais dessa benemérita casa de formação sacerdotal.

Nomeado vigário de Guaraciaba do Norte a 15 de setembro de 1926, permaneceu nessa paróquia até 31 de dezembro de 1931, desenvolvendo um apostolado voltado para a catequese e à pregação. Reativou as associações pias e reorga-

nizou o patrimônio paroquial. Em 1927 fundou a Congregação da Doutrina Cristã e a Pia União das Filhas de Maria.

Após deixar o paroquiato, sentindo vocação para a vida consagrada, ingressou na Companhia de Jesus, tendo trabalhado em muitas residências dos jesuítas, como autêntico filho do espírito de Santo Inácio.

13. PE. JOÃO DE FRANÇA MELO

Nasceu em Sobral, a 19 de julho de 1905. Seus genitores, Luís de França Melo e Maria do Carmo França, casaram-se a 5 de fevereiro de 1896. Os avós paternos, Luís de França Melo e Francisca Teresa de Jesus, contraíram núpcias a 25 de abril de 1846, e os avós maternos, Francisco Frederico Carneiro e Irene Maria de Vasconcelos, a 24 de outubro de 1876. Foi batizado por seu tio Pe. Manuel de França Melo, a 13 de dezembro do ano de seu nascimento, na capela do Menino Deus, em Sobral.

Depois dos primeiros estudos em Sobral, foi matriculado no seminário de Fortaleza em 1924, onde concluiu os cursos de filosofia e teologia. Foi ordenado sacerdote por Dom José Tupinambá da Frota, na Catedral sobralense, a 30 de maio de 1931.

Nomeado a 6 de janeiro de 1932, tomou posse a 6 de fevereiro da paróquia de Guaraciaba do Norte, onde permaneceu até 31 de dezembro de 1935. Realizou aí, de 7 a 14 de agosto, uma semana de orações e penitência, tendo havido 4.626 comunhões, conforme registra o Livro do Tombo paroquial. A 28 do mesmo mês, fundou o Círculo Operário São José, para promover a classe operária, obra prioritária de seu paroquiato.

A 22 de janeiro de 1933, criou a Liga Eleitoral Católica, seção local, e a 22 de outubro, a Obra Pontifícia da Propagação da Fé.

Transferido para a freguesia de São José da Granja, tomou posse a 12 de janeiro de 1936 e se afastou do cargo a 31 de dezembro do mesmo ano.

Em 1937 mudou-se para a cidade de João Pessoa, na Paraíba, onde serviu durante pouco tempo. No fim do mesmo ano, passou a residir em Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, diocese a que se acha incardinado atualmente. Ali dedica-se ao magistério e auxilia nos trabalhos pastorais da Catedral.

14. MONS. ANTONINO CORDEIRO SOARES

Nasceu no Ipu a 6 de agosto de 1908, filho de Francisco Soares Sampaio e Maria Cordeiro Soares.

Desde criança manifestou vocação para o sacerdócio. Em 1922 matriculou-se no seminário de Fortaleza tendo que deixá-lo, no ano seguinte, por motivo de saúde. Com a fundação do seminário de Sobral em 1925, foi aí matriculado no dia 8 de fevereiro de 1926, concluindo o curso secundário em 1930.

Retornou ao seminário de Fortaleza no ano subseqüente para estudar filosofia e teologia.

Foi ordenado sacerdote, na Catedral de Sobral, a 21 de setembro de 1935 por Dom José Tupinambá da Frota. Iniciou as atividades sacerdotais como vigário interino da paróquia do Massapê, no intervalo entre os paroquiatos do Pe. José Bezerra Coutinho (hoje Bispo) e o Pe. Francisco Linhares.

A 31 de dezembro do mesmo ano foi nomeado vigário de Guaraciaba do Norte, cargo de que tomou posse no dia 12 de janeiro de 1936. Desde então, há mais de cinqüenta anos, continua no mesmo posto pastoral, tornando-se o maior benfeitor daquela cidade.

Embora de saúde precária, tem sido um exemplo de trabalho incansável a serviço da igreja e da comunidade.

Organizou, na paróquia, a Cruzada Eucarística (1936) e a Congregação Mariana (1939); realizou dois congressos eucarísticos paroquiais (1941 e 1955); fundou o Patronato Benjamin Soares (1960); criou a Escola Profissional Mons. Antonino (1967); construiu capela em Betânia (1969) e em Espinhos (1974); realizou várias missões populares e reformou substancialmente a matriz e a casa paroquial.

A 12 de janeiro de 1986, o povo guaraciabano prestou-lhe merecidas homenagens por ocasião do jubileu de ouro de seu paroquiato.

Presentemente, prepara as comemorações do primeiro centenário da criação da paróquia.

SACERDOTES GUARACIABENSES

Há dez sacerdotes considerados naturais de Guaraciaba do Norte, cujos dados biográficos passo a registrar:

PE. ANTÔNIO MAURÍCIO MELO

Nascido a 23 de janeiro de 1931, é filho de Adriano Ribeiro Melo e de Gonçala Ribeiro do Amaral. Neto paterno de Antônio Ribeiro Melo Sousa e Maria Gonçalves Veras. Neto materno de Jacó Ribeiro do Amaral e Quitéria Rodrigues do Amaral.

Estudou as primeiras letras na terra natal. Em 1945 prestou exames de admissão ao Seminário Menor de Sobral, onde foi matriculado no dia 8 de fevereiro. Aí estudou o curso de humanidades, concluindo-os em dezembro de 1951.

Em fevereiro de 1952, ingressou no Seminário Maior de Fortaleza, onde concluiu os estudos de Filosofia e Teologia.

Foi ordenado Sacerdote por Dom José Bezerra Coutinho, na Catedral de Sobral, a 8 de dezembro de 1957.

Iniciou suas atividades como cooperador da paróquia de Nova Russas, cargo para o qual foi nomeado por provisão de 22 de fevereiro de 1958 e que exerceu até 31 de dezembro de 1965, durante o paroquiato do Monsenhor Francisco Soares Leitão.

Com a criação da Diocese de Crateús, cujo primeiro bispo Dom Antônio Batista Fragoso foi empossado a 9 de agosto de 1965, a freguesia de Nova Russas ficou pertencendo ao novo bispado. A partir de então, o Pe. Maurício passou a trabalhar em Tamboril e Sucesso, na qualidade de vigário, função que exerceu durante os anos de 1966 e 1967.

Não conseguindo se adaptar às novas linhas pastorais impressas na diocese pelo bispo de Crateús, retirou-se em 1968 para Nova Russas, onde continua a residir até hoje, mas sem assumir qualquer função eclesiástica. Ali dedica-se ao magistério e a trabalhar com os jovens, conservando-se fiel ao sacerdócio. Também, intermitentemente, presta auxílio aos párocos vizinhos pertencentes ao território da Diocese de Sobral, de onde é originário, tendo fama de bom orador e de compreensivo conselheiro na administração do Sacramento da penitência.

É primo legítimo do Monsenhor Eurico de Melo Magalhães e do Pe. Odilo Lopes Melo Galvão.

MONS. DOMINGOS GUSMÃO DE SABÓIA

Nasceu a 3 de outubro de 1915. São seus genitores Domingos Sabóia e Gonçala de Carvalho Sabóia. Neto paterno de Antônio Sabóia e Florência Mesquita de Sabóia e materno, de José Florêncio de Carvalho e Teodoro de Sousa Carvalho.

Estudou o curso primário na terra natal, com a professora Emília Fernandes que o preparou para se submeter aos exames de admissão ao Seminário Menor de Sobral, onde esteve de 1931 a 1937.

Em fevereiro de 1938, foi matriculado no Seminário Maior de Fortaleza onde concluiu os cursos de Filosofia e Teologia.

Na Catedral de Sobral, a 25 de outubro de 1942, recebeu a ordenação sacerdotal das mãos de Dom José Tupinambá da Frota. Com ele, ordenaram-se mais sete sacerdotes.

A 6 de fevereiro de 1943 foi nomeado vigário cooperador da Paróquia de Ibiapina, onde serviu ao pároco Mons. Antônio Cândido de Melo.

A 1 de janeiro de 1946 foi nomeado Vigário de Coreaú, tendo reformado a matriz e a capela de Moraújo.

Transferido para a freguesia de Ubajara em janeiro de 1948, ali permaneceu até 31 de dezembro de 1950, tempo em que construiu a torre da matriz e edificou a capela de Olinda.

Criada a paróquia de Santana do Mucambo a 1 de janeiro de 1951, dela tomou posse como primeiro pároco, cargo que exerce, com muito zelo, até os dias atuais. Reconstruiu a matriz e fundou o patronato. Edificou as capelas de São José do Carqueijo, São Francisco do Olho-d'Água, Nossa Senhora do Bom Parto do Poço Verde e São Sebastião de Caiçara.

Muito benquisto dos seus paroquianos, tornou-se o benfeitor maior da cidade do Mucambo pelos numerosos benefícios que tem prestado à comunidade.

MONS. EURICO DE MELO MAGALHÃES

Nascido em Ipueiras a 29 de novembro de 1894, mas criado em Guaraciaba do Norte desde 2 anos de idade, é filho de Antônio Gonçalves Magalhães e Cosma Isolina de Melo.

Fez os estudos primários no Colégio São Francisco de Canindé. Foi matriculado no Seminário de Fortaleza em 1911, onde estudou Filosofia e Teologia. Ainda estudante, lecionava música no curso de humanidades do mesmo Seminário.

Foi o primeiro sacerdote a ser ordenado por Dom José Tupinambá da Frota. A cerimônia realizou-se na Catedral de Sobral a 3 de junho de 1917. Celebrou a primeira missa, a 7 de junho, na matriz de Guaraciaba do Norte.

Iniciou suas atividades sacerdotais como secretário particular de Dom José, a quem acompanhou em algumas visitas pastorais.

Nomeado pároco de Santa Quitéria, tomou posse a 8 de novembro do mesmo ano e aí permaneceu até o fim do ano seguinte.

A 2 de fevereiro de 1919 assumiu o cargo de cura da Catedral de Sobral, tendo-se dedicado à catequese e à classe trabalhadora. Fundou o Círculo Operário São José, inaugurado a 1 de janeiro de 1921. Por motivo de desentendimen

to com o bispo Dom José Tupinambá pediu exoneração do cargo de cura da Sé, a 3 de julho de 1922.

Viajou, em seguida, para o Rio Grande do Sul, incardinando-se na Diocese de Pelotas, onde exerceu vários cargos na sede diocesana. Ali fundou um jornal, em que se manifestou exímio cronista e defensor da doutrina social da Igreja.

Permaneceu na diocese de Pelotas até seu falecimento.

PE. FRANCISCO DE ASSIS MEMÓRIA

Nasceu a 7 de julho de 1886. São seus genitores Antônio de Oliveira Memória e Joaquina Furtado de Farias.

Cursou os estudos primários em Sobral com o professor Vicente Ferreira de Arruda. Em 1899 foi matriculado no Seminário de Belém do Pará, para onde acompanhara os pais que para ali transferiram residência. Terminando o curso de Filosofia em 1905, seguiu para Fortaleza em cujo Seminário cursou Teologia. Ali foi ordenado sacerdote a 18 de janeiro de 1908.

Após a ordenação, retornou à capital do Pará, sendo nomeado professor de Filosofia e Latim do Seminário e Capelão do Colégio Gentil Bittencourt e do orfanato municipal. Nesse tempo colaborou no jornal "Província do Pará".

Posteriormente transferiu-se para Parnaíba, no Piauí, onde foi vigário e professor concursado do Arsenal da Marinha local com as honras de segundo tenente da Armada. Extinto o arsenal, passou-se para a Diocese de São Luís do Maranhão, sendo nomeado vigário de Tutóia e Araioses, função que exerceu durante seis anos.

Acometido de malária, viajou em 1920 ao Rio de Janeiro em busca de melhores recursos médicos e resolveu ali fixar residência. O cardeal Arcoverde nomeou-o vigário da Tijuca, cargo que exerceu com muito zelo.

Na antiga Capital da República, dedicou-se ao jornalismo, tendo colaborado assiduamente no "Jornal do Brasil" e na "Tribuna Sacra" notabilizou-se por seus excelentes dotes oratórios.

Em 1925 fundou a revista católica "A Ilustração", juntamente com Berilo Neves e Olímpio de Castro, e participou do grupo redatorial do periódico "Universal" do Conde Jerônimo Monteiro.

Durante três anos escreveu apreciadas crônicas para o semanário "Gazeta" e colaborou mais em outros jornais e revistas do Rio.

Foi membro da Academia Carioca de Letras, da Associação Brasileira de Imprensa e de outras sociedades culturais e literárias. Escreveu "Memórias de Um Cura", 1920 e "O Ceará e os Cearenses", 1947.

Foi biografado no "Dicionário Literário Brasileiro" de Raimundo de Menezes, no "Dicionário Biobibliográfico Brasileiro" de J. F. Velho Sobrinho,

e no "Dicionário de Literatura Cearense" de Raimundo Girão. Humberto de Campos analisou suas obras literárias em "Crítica", terceira série, segunda edição, p. 55-73.

MONS. JOÃO ALFREDO FURTADO

Nasceu a 15 de setembro de 1868, filho do Cel. João de Mendonça Furtado e Joana de Farias Furtado.

Neto paterno de Prudêncio Furtado de Mendonça e Maria Rodrigues de Mendonça. Neto materno de Joaquim Porfírio de Farias e Francisca de Paula Farias.

Seu pai nasceu em Santa Quitéria a 20 de janeiro de 1839 e, aos dezoito anos, foi residir em Guaraciaba do Norte, transferindo-se posteriormente para o Ipu, onde faleceu a 12 de dezembro de 1908.

Ordenado sacerdote em Fortaleza, a 6 de dezembro de 1891. Sua primeira atividade sacerdotal foi exercida em Sobral como cooperador do vigário. Posteriormente, foi pároco de Santa Quitéria (1893-1895) e de Pacoti (1896-1903).

A 29 de maio de 1904 tomou posse do cargo de Cura da Sé de Fortaleza, em substituição ao Mons. Pedro Leopoldo de Araújo. Pouco tempo depois, foi distinguido com o título de Cônego do Cabido da Bahia. Em 1917, recebeu a dignidade de monsenhor camareiro secreto do Papa Bento XV.

Passou os últimos anos de sua vida em Fortaleza, onde sempre foi muito estimado pela gentileza no trato com as pessoas e contínuo estado de bom humor. Foi professor do Colégio Militar. Faleceu em Fortaleza, a 29 de julho de 1937, ainda nas funções de Vigário Geral da Arquidiocese.

Publicou "Oração Sacra", sermão pronunciado no Te-Deum oficiado na Catedral de Fortaleza, a 17 de julho de 1904, por ocasião da chegada do Núncio Apostólico ao Ceará. Deixou inédita a tradução que fez da "Nova Apologia do Cristianismo" do jesuíta Pe. Eugênio Polidori. Colaborou no jornal "Correio da Semana" de Sobral e alguns jornais de Fortaleza.

MONS. JOSÉ ARISTIDES CARDOSO

Nasceu a 6 de janeiro de 1915, sendo filho de Meton Magalhães Cardoso e Quitéria Ribeiro Cardoso. São seus avós paternos José Cardoso e Teresa Magalhães Cardoso e, maternos, Manuel Ribeiro de Oliveira e Petronilia Ribeiro Memória de Oliveira.

Depois dos estudos primários na terra natal, foi matriculado no Seminário de Sobral, onde concluiu humanidades. Transferiu-se para o Seminário de Fortaleza em 1933, ali terminando os cursos filosóficos e teológicos.

Foi ordenado sacerdote na Catedral de Sobral a 20 de novembro de 1938. Iniciou suas atividades sacerdotais como cooperador da paróquia do Ipu, função que exerceu de 26 de fevereiro a 31 de dezembro de 1939. Em janeiro do ano seguinte, foi nomeado vigário de Reriutaba, onde permaneceu até 8 de abril de 1943. Veio então residir em Sobral, tempo em que exerceu o magistério no Colégio Sobralense durante três meses. De julho a dezembro do mesmo ano, esteve em Acaraú como cooperador do pároco Mons. Sabino de Lima Feijão.

A 6 de janeiro de 1944 foi nomeado vigário de Massapê, função que exerceu com muito zelo, durante cinco anos, até 31 de dezembro de 1948.

Voltou a residir em Sobral em 1949, assumindo a capelania do Colégio Santana e o magistério no Seminário, dedicando-se também à regência do coral do mesmo Seminário, quando manifestou seus dotes de musicista.

A 6 de janeiro de 1955, foi nomeado vigário de Ibiapina, pela primeira vez, tomando posse no dia 30 de janeiro, tendo renunciado a 24 de março do mesmo ano. Após dois anos, retomou os destinos espirituais dessa paróquia, empossando-se, pela segunda vez, a 13 de janeiro de 1957, aí permanecendo até 2 de junho de 1968.

Foi ainda pároco de Chaval e Cariré, tendo assumido esta última freguesia a 9 de janeiro de 1971 e aí permanecendo até 31 de dezembro de 1974.

No ano seguinte, transferiu-se para a Diocese de Tianguá criada em 1971, sendo então nomeado pároco de Carnaubal, onde, desde 1975, permanece gozando da admiração e do respeito dos seus paroquianos.

Em reconhecimento dos bons serviços prestados à Igreja, a Santa Sé o agraciou com o título de Monsenhor.

São ainda naturais de Guaraciaba do Norte, Mons. Gonçalo de Oliveira Lima, o Pe. Macário Bezerra do Vale Arruda e o Pe. Olegário Memória, todos já biografados neste livro, e o Pe. Luís Gomes Furtado, recentemente ordenado, que é o atual vigário da paróquia de N. Sra. das Dores de Croatá.

RESUMO CRONOLÓGICO

1712 — A Junta de Missões da Diocese de Pernambuco cria o Curato do Acaraú, a que pertence toda a Serra da Ibiapaba.

06 Dez 1718 — É concedida a Sesmaria do Buriti a Domingos Ferreira Chaves, na região do Campo Grande.

1722 — O carmelita Frei José da Madre de Deus vai à Serra dos Cocos, com o fim de construir a capela de São Gonçalo.

02 Fev 1728 — Pe. João Ribeiro da Costa, cura da ribeira do Acaraú, faz a primeira visita ao Campo Grande, no sítio Buriti.

11 Mai 1730 — Visita do cura Pe. Isidoro Rodrigues Resplandes ao sítio Buriti, onde administra o sacramento do batismo.

05 Fev 1734 — Prisão de Frei José da Madre de Deus, construtor da Capela de São Gonçalo da Serra dos Cocos que já funciona, embora inacabada.

01 Abr 1741 — Pe. Felipe Dias Santiago começa a missionar pela Serra dos Cocos. É o fundador de Guaraciaba do Norte, pois ali construiu a primeira capela, de que nasceu a cidade.

1742 — Pe. José da Cruz Canedo é incumbido de desobrigar os habitantes da Serra dos Cocos do preceito pascal.

04 Jul 1745 — Inauguração da primeira capela de Nossa Senhora da Conceição de Ipueiras, construída na fazenda do Cap. José de Araújo, cujo filho Manuel Martins Chaves é batizado na ocasião.

30 Ago 1757 — Criação da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, à cuja jurisdição o Campo Grande passa a pertencer.

19 Mai 1759 — "Derrota e Jornada" do piloto Manoel Rodrigues dos Santos, na qual aparece a primeira descrição sobre o Campo Grande.

06 Jan 1761 — Bênção da capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Campo Grande, construída pelo Pe. Felipe Dias Santiago.

05 Jul 1773 — Criação da Vila Distinta e Real de Sobral, a cujo território passou a pertencer a região do Campo Grande.

04 Set 1775 — Falece, em Sobral, o Pe. Francisco Vaz Leite, que foi o quarto vigário da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos.

1783 — Manoel Martins Chaves é nomeado Coronel do Regimento de Cavalaria da Serra dos Cocos e fixa residência no Campo Grande. Grande.

06 Fev 1785 — Posse do Pe. Joaquim da Costa Mendonça no cargo de vigário da Matriz de São Gonçalo. Passou a residir no Campo Grande.

1786 — Missões de Frei Vital da Penha no Campo Grande. Construiu grande Cruzeiro de Madeira em frente da capelinha primitiva.

13 Ago 1787 — Falece, em Sobral, o Pe. Antônio Tomás da Serra, primeiro vigário da Matriz de São Gonçalo.

12 Mai 1791 — Criação do município do Campo Grande, com o nome de Vila Nova d'El Rei.

10 Set 1793 – Francisco Esteves Marinho doa terras do sítio Inhuçu às Almas do Purgatório para celebração de missas.

1975 – Posse do vigário Antônio José Honorato Barros.

03 Mar 1795 – Assassinato do Juiz Ordinário Antônio Barbosa Ribeiro.

06 Jan 1799 – Demolição da primitiva capela e bênção da pedra fundamental da construção de uma maior, de pedra e cal.

23 Jan 1799 – Contrato é assinado entre o administrador Bernardino Gomes Franco e o pedreiro Félix Ribeiro Fialho para início da construção da capela.

27 Mai 1808 – Falece em Lisboa, na prisão do Limoeiro, o Cel. Manoel Martins Chaves.

Dez 1808 – Nomeação do Pe. Manoel Pacheco Pimentel para vigário de São Gonçalo.

Jan 1809 – O Pe. Mororó passa o ano no Campo Grande, como auxiliar do vigário Pe. Pimentel e professor em um colégio que funda e dirige.

24 Dez 1829 – Assassínio de Manuel de Ferro Mourão, no largo da Matriz de São Gonçalo.

12 Dez 1832 – Nasce, em Sobral, o Pe. Bernardino de Oliveira Memória, primeiro vigário de Guaraciaba do Norte.

26 Ago 1840 – Lei Provincial n. 200 transfere a sede da vila para o Ipu que passa a se chamar Vila Nova do Ipu Grande.

12 Jan 1841 – Lei n. 230 revoga a Lei anterior de 26 de agosto de 1840.

18 Mar 1842 – É criado um distrito policial no Campo Grande.

03 Dez 1842 – Lei n. 261 suprime a Vila Nova d'El-Rei e restaura o município do Ipu nos termos da Lei n. 200, de 26 de agosto de 1840.

1843 – Tem início a demolição da Matriz de São Gonçalo que está em ruínas. A Câmara Municipal de Campo Grande é transferida para o Ipu.

12 Abr 1844 – Ofício do Visitador Pe. Antônio Pinto de Mendonça comunica ao Presidente da Província que estando em ruínas a matriz de São Gonçalo, o vigário colado daí obteve licença para trasladar imagens e alfaias para a capela de São Sebastião do Ipu. A matriz já foi demolida e está sendo edificada a nova, mas o vigário continua a residir no Ipu.

26 Abr 1844 – O vigário colado Pe. Francisco Correia comunica ao Presidente da Província as dificuldades que tem encontrado para reconstruir a matriz de São Gonçalo, pela razão do penoso transporte dos materiais por extensas ladeiras íngremes.

11 Mai 1846 – O vigário Pe. Correia comunica ao Presidente da Província que, com a seca de 1845, morreram mais de trezentas pessoas de fome ou envenenadas com as raízes de plantas que lhes serviram

de alimento. A freguesia, diz ele, continua sem matriz e sem uma só capela decente para celebrar um ato religioso.

12 Jun 1848 – O Pe. Correia felicitou o Presidente Fausto Aguiar por ter assumido o governo da província e solicita providências para resolver o problema da freguesia sem matriz.

06 Jan 1850 – É seviciado o carmelita Frei Agostinho pelas ruas do Campo Grande.

07 Ago 1851 – Ofício do Pe. Correia comunicando ao governo provincial que os trabalhos de reconstrução da matriz de São Gonçalo continuam paralisados e que as capelas filiais do Ipu, Tamboril e Campo Grande estão desprovidas de paramentos e necessitadas de reparos.

1859 – Antônio Vicente Mendes Maciel e sua mulher Brasilina Laurentina vêm residir em Campo Grande, onde nasceram dois de seus filhos. Antônio Vicente é o célebre Antônio Conselheiro, chefe dos beatos de Canudos. Em Campo Grande foi caixeiro do comerciante Domingos Carlos de Sabóia e escrivão do juiz de paz. Tornou-se defensor da causa dos pobres. Em 1861, muda-se para o Ipu, onde sua mulher lhe foi infiel, razão por que tomou a vida nômade. Brasilina morreu em Sobral, como prostituta, vivendo da caridade pública.

02 Abr 1860 – É aprovado o compromisso da Irmandade de N. Sra. dos Prazeres, pela Assembléia Legislativa.

19 Mar 1862 – Dom Luís Antônio dos Santos, Bispo do Ceará, informa à Assembléia Legislativa que é perfeitamente regular que o vigário colado da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos resida no Ipu.

1864 – O Pe. José Tomás de Albuquerque constrói o primeiro cemitério público local.

20 Out 1874 – Dom Luís Antônio dos Santos comunica à Presidência da Província a exoneração do Pe. Antônio José de Lima do cargo de vigário coadjutor do Ipu.

1877 – Tem início a construção da cadeia pública, com sobrado.

03 Dez 1879 – A Lei n. 1.798 restaura o município de Campo Grande, mas a reinstalação só foi efetivada a 9 de janeiro de 1883.

13 Jun 1881 – Falece, no Ipu, o vigário da Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos, o Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva.

12 Set 1881 – Nomeação do Pe. João José de Castro para novo vigário da freguesia de São Gonçalo.

09 Jan 1883 – Reinstalação do município de Campo Grande, com a posse da nova Câmara de Vereadores, sob a presidência de João de Mendonça Furtado.

15 Jan 1883 – É aprovado o Código de Posturas do município.

27 Out 1883 – É extinta a Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, e, de seu território, são criadas as freguesias de Ipu e Ipueiras. A matriz de São Gonçalo passa a ser simples capela dessa última freguesia, depois de ter sido sede de paróquia durante 126 anos.

01 Jan 1884 – A população do município é calculada em 8.350 habitantes e o número de casas na sede é de 126.

06 Jul 1884 – Posse do Pe. João José de Castro como primeiro pároco da freguesia do Ipu. Até então era pároco de São Gonçalo, freguesia extinta a 27 de outubro do ano passado.

26 Nov 1884 – É fundado, por iniciativa de Aderson Ferro, o Gabinete de Leitura de Campo Grande, com biblioteca de 500 volumes.

25 Out 1886 – A Lei n. 2.125 cria a freguesia de N. Sra. dos Prazeres de Campo Grande.

30 Jun 1887 – O Presidente da Câmara, Jerônimo Porfírio de Farias, comunica ao governo provincial: "É exato que aqui já é freguesia, não sendo ainda inaugurada. Aqui existe um capelão, pago por particulares, que é o Revdo. Antônio José de Lima."

19 Jun 1888 – Provisão Diocesana institui canonicamente a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Campo Grande.

15 Jul 1888 – Posse do Pe. Bernardino de Oliveira Memória no cargo de primeiro pároco da freguesia de Campo Grande.

08 Jul 1890 – Decreto n. 26A cria a comarca de Campo Grande.

09 Jun 1891 – Decreto n. 196 extingue a comarca e anexa o termo de Campo Grande à comarca de Viçosa do Ceará.

20 Mai 1896 – Bênção da pedra fundamental da capela de Croatá.

26 Ago 1897 – Falece o Pe. Bernardino de Oliveira Memória, primeiro vigário da paróquia.

31 Ago 1897 – O Pe. Tomé Alves de Carvalho assume interinamente a paróquia.

17 Out 1902 – O Pe. Custódio de Almeida Sampaio, vigário de São Benedito, assume cumulativamente a paróquia de Campo Grande.

13 Mar 1903 – Provisão de nomeação do vigário Pe. Pedro de Abreu Pereira.

1904 – O dentista Aderson Ferro publica o livro "O Dedo de Deus". O autor residia em Campo Grande.

05 Mar 1905 – É inaugurada a estação telegráfica local.

02 Out 1910 – Posse do vigário Pe. João Teixeira de Abreu.

29 Ago 1912 – Início da Visita Pastoral de Dom Manuel da Silva Gomes.

23 Fev 1913 – Posse do vigário Pe. Olegário de Oliveira Memória.

08 Mai 1914 – Fundação do Apostolado da Oração na paróquia.

30 Mai 1914 – É criada a Irmandade N. S. do Perpétuo Socorro.

30 Jul 1914 – Circula o primeiro número do jornal "O Porvir", pioneiro da imprensa local.

10 Nov 1915 – Bula Pontifícia cria a Diocese de Sobral.

22 Jul 1916 – Posse de Dom José Tupinambá da Frota como primeiro bispo de Sobral.

07 Jun 1917 – Missa nova do Pe. Eurico de Melo Magalhães.

26 Jun 1918 – Bênção da capela de N. S. do Perpétuo Socorro de Várzea dos Espinhos.

05 Set 1918 – Início da primeira visita pastoral de Dom José Tupinambá da Frota.

1919 – Construção da capela do cemitério local dedicada a N. Sra. das Dores.

27 Out 1920 – Exoneração do vigário Pe. Olegário Memória.

28 Out 1920 – O Pe. Gonçalo de Oliveira Lima, vigário do Ipu, assume cumulativamente a paróquia de Campo Grande.

27 Nov 1922 – Nomeação do vigário Pe. Luís Franzoni. Tomou posse a 2 de dezembro.

15 Set 1924 – Lei n. 2.160 extingue o cargo de juiz municipal letrado.

14 Nov 1924 – Segunda visita pastoral de Dom José Tupinambá da Frota.

29 Out 1925 – Nomeação do vigário Pe. Macário Bezerra de Arruda.

01 Jan 1926 – O Pe. Olavo Passos, vigário de São Benedito, assume cumulativamente a paróquia de Campo Grande.

15 Set 1926 – Nomeação do vigário Pe. Nelson Nogueira Mota.

15 Mai 1927 – Fundação da Congregação da Doutrina Cristã.

29 Mai 1931 – Decreto n. 206 transfere o termo judiciário local para a comarca do Ipu.

10 Fev 1931 – É erigida a Pia União dos Filhos de Maria.

09 Jan 1932 – Nomeação do vigário Pe. João de França Melo. Tomou posse a 6 de fevereiro.

28 Ago 1932 – É criado o Círculo Católico São José.

22 Jan 1933 – É fundada a seção local da Liga Eleitoral Católica.

20 Dez 1933 – Decreto n. 448 eleva a vila à condição de cidade.

29 Mai 1934 – Decreto n. 1.271 anexa o termo judiciário à comarca de São Benedito.

31 Dez 1935 – Nomeação do pároco Pe. Antonino Cordeiro Soares. Tomou posse a 12 de janeiro de 1936.

26 Abr 1936 – É fundada a Cruzada Eucarística para crianças.

23 Nov 1936 – Criação da paróquia de Reriutaba.

26 Ago 1938 – Terceira visita pastoral de Dom José Tupinambá da Frota.

21 Nov 1939 – Missa nova do Pe. José Arestides Cardoso.

02 Jul 1939 – Fundação da Congregação Mariana de Moços.

15 Mai 1941 – Começa o I Congresso Eucarístico Paroquial.

28 Out 1942 – Missa nova do Pe. Domingos Gusmão de Sabóia.

01 Set 1943 – Início da quarta Visita Pastoral de Dom José Tupinambá da Frota.

30 Dez 1943 – Decreto n. 1.114 determina que a cidade passe a denominar-se Guaraciaba do Norte.

24 Ago 1955 – Início do II Congresso Eucarístico Paroquial.

04 Jan 1957 – Criação da paróquia de Carnaubal.

30 Jul 1957 – Visita Pastoral feita pelo bispo auxiliar de Sobral, Dom José Bezerra Coutinho.

12 Dez 1957 – Missa nova do Pe. Antônio Maurício Melo.

25 Set 1959 – Falece Dom José Tupinambá da Frota, primeiro Bispo de Sobral.

30 Set 1959 – Bênção da pedra fundamental do Patronato Benjamin Soares.

25 Mar 1960 – Inauguração do Patronato Benjamin Soares.

21 Set 1960 – Festa do Jubileu de Prata de ordenação sacerdotal do pároco Pe. Antonino Cordeiro Soares.

21 Mai 1961 – Posse do segundo bispo de Sobral, Dom João José da Mata e Albuquerque.

08 Out 1961 – Visita do bispo diocesano, Dom João José da Mata e Albuquerque.

08 Fev 1964 – Posse do primeiro vigário cooperador Pe. Antônio Edvar de Araújo.

09 Jul 1964 – Celebração do Jubileu de Prata de fundação da Congregação Mariana.

12 Dez 1964 – Começam as missões populares pregadas por dois frades capuchinhos.

19 Mar 1965 – Posse do terceiro bispo de Sobral, Dom Valfrido Teixeira Vieira.

09 Out 1966 – Bênção da capela São Francisco do Patronato Benjamin Soares.

01 Mai 1967 – Inauguração da Escola Profissional Mons. Antonino Soares.

08 Nov 1969 – Início da Visita Pastoral de Dom Valfrido Teixeira Vieira.

15 Ago 1970 – Dom Walfrido celebra a missa de encerramento do novenário da padroeira.

13 Mar 1971 – Bula Pontifícia cria a Diocese de Tianguá, a que passa a pertencer a paróquia de Guaraciaba do Norte.

30 Abr 1971 – Nomeação de Frei Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro, OFM Cap., para primeiro Bispo de Tianguá.

04 Jul 1971 – Ordenação episcopal de Dom Timóteo.

22 Ago 1971 – Posse de Dom Timóteo na Diocese de Tianguá.

Dez 1984 – Criação da paróquia de N. Sra. das Dores de Croatá.

21 Set 1985 – Festas do Jubileu de Ouro de ordenação sacerdotal do pároco Mons. Antonino Cordeiro Soares.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

- Livros de assentos de batismos, casamentos e óbitos do Curato do Acaraú arquivados na Secretaria do Bispado de Sobral. De 1725 a 1750 e de 1741 a 1769.
- Livros de assentos batismais da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos. Há três desses livros no arquivo da Secretaria do Bispado de Sobral – de 1865 a 1867, de 1882 a 1885 e de 1888 a 1889.
- Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Há 1349 documentos sobre o Ceará. Consultei pessoalmente a caixa n. 2, onde há vários documentos sobre o Curato do Acaraú, especialmente os referentes às desavenças entre os jesuítas e o Pe. Matinhos.
- Livro do Tombo da paróquia de Guaraciaba do Norte.
- Fichário das pesquisas de Leonardo Mota sobre os sacerdotes que viveram no Ceará. Arquivo da Secretaria do Arcebispado de Fortaleza.

OBRAS IMPRESSAS

- BARÃO DE STUDART – "Datas e Fatos para a História do Ceará". Fortaleza, 1896.
- BARÃO DE STUDART – "Notas para a História do Ceará", Lisboa, 1892.
- JOÃO BRÍGIDO – "CEARÁ – Homens e Fatos", Rio de Janeiro, 1919.
- ARAÚJO, Pe. F. Sadoc de – "Cronologia Sobralense" – 4 volumes.
- NOBRE, Geraldo da Silva – "História Eclesiástica do Ceará", Primeira Parte, Fortaleza.
- ARAGÃO, R. Batista – "História do Ceará", 2 vols., Fortaleza.
- GIRÃO, Raimundo – "Pequena História do Ceará", 2.ª Ed., Fortaleza, 1962.
- GIRÃO, Raimundo – "O Ceará", 3.ª ed., Fortaleza, 1966.
- GIRÃO, Raimundo – "Os Municípios Cearenses e seus Distritos", Fortaleza, 1983.
- FROTA, Dom José Tupinambá da – "História de Sobral", 2.ª ed., Fortaleza, 1974.
- FERREIRA, Pedro – "Dicionário Histórico e Geográfico da Ibiapaba", Fortaleza, 1935.
- MARTINS, Vicente – "Dioceses de Sobral", Fortaleza, 1944.
- MACEDO, Nertan – "O Clã dos Inhamuns", 3.ª ed., Rio, 1980.
- MACEDO, Nertan – "Antônio Conselheiro", 2.ª ed., Rio, 1978.
- MOURÃO, Gerardo Melo – "O País dos Mourões", Rio, 1972.
- BEZERRA, Antônio – "Notas de Viagem", 2.ª ed., Fortaleza, 1965.

– TORRES, Ismar de Melo – "Genealogia dos Mellos e História de Crateús", sem data.
– FERRO, Aderson – "O Dedo de Deus", Ceará, 1904.
– REIS, P. Jacinto dos – "Invocação de Nossa Senhora em Portugal", Lisboa, 1967.
– MEGALE, Nilza Botelho – "112 Invocações da Virgem Maria no Brasil", Petrópolis, Ed. Vozes, 1986.
– COUTO, Dom Loureto – "Desagravo do Brasil e Glórias de Pernambuco"
– BARBALHO, Nelson – "Cronologia Pernambucana", Recife, 15 volumes.

JAMSON
LEMOS

COLABOROU COM ESTA OBRA:

DEPUTADO EUFRASINO NETO